



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

THIAGO FELINTO OLIVEIRA DE QUEIROZ

**“OU FAZEMOS ELEIÇÕES LIMPAS NO BRASIL
OU NÃO TEMOS ELEIÇÕES”:**
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DESINFORMAÇÃO ACERCA DO PROCESSO
ELEITORAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DIALÓGICA DO
DISCURSO

João Pessoa
2024

THIAGO FELINTO OLIVEIRA DE QUEIROZ

**“OU FAZEMOS ELEIÇÕES LIMPAS NO BRASIL
OU NÃO TEMOS ELEIÇÕES”:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DESINFORMAÇÃO ACERCA DO PROCESSO
ELEITORAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DIALÓGICA DO
DISCURSO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Pedro Farias Francelino

João Pessoa
2024

THIAGO FELINTO OLIVEIRA DE QUEIROZ

**“OU FAZEMOS ELEIÇÕES LIMPAS NO BRASIL
OU NÃO TEMOS ELEIÇÕES”:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DESINFORMAÇÃO ACERCA DO PROCESSO
ELEITORAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DIALÓGICA DO
DISCURSO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

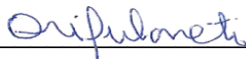
Data de aprovação: 31 / 07 / 2024

Banca examinadora



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Laurênia Souto Sales
Membro Interno



Profa. Dra. Oriana de Nadai Fulaneti
Membro Interno



Profa. Dra. Edjane Gomes de Assis
Membro Externo ao Programa

Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos
Membro Externo à Instituição

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

Q3o Queiroz, Thiago Felinto Oliveira de.
 "Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos
 eleições" : uma investigação sobre a desinformação
 acerca do processo eleitoral brasileiro na perspectiva
 da análise dialógica do discurso / Thiago Felinto
 Oliveira de Queiroz. - João Pessoa, 2024.
 109 f. : il.

Orientação: Pedro Farias Francelino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Análise do discurso. 2. Eleições - Discurso de
desinformação. 3. filosofia da linguagem. I.
Francelino, Pedro Farias. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-5(043)

*Esta pesquisa é dedicada a
James Alefantis*

Que você tenha a paz merecida

*“Em tempos de engano universal,
falar a verdade se torna um ato revolucionário.”*

(A autoria dessa frase foi falsamente atribuída a George Orwell)

RESUMO

O presente estudo, calcado na filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin, tem como intuito compreender de que maneira os discursos de desinformação sobre o sistema eleitoral se constituem e funcionam como gêneros discursivos de modo a elaborar uma rede de sentido assumida como verdadeira por parte dos sujeitos. Considerando que os discursos de desinformação não se constituem como um fenômeno inteiramente novo, esta pesquisa se orienta pelo seu encadeamento com a problemática da desinformação, tendo em vista fatores como o contexto político e as plataformas de mídias sociais para a consideração da análise. Assim, o objeto de análise da pesquisa são os discursos falsos relacionados ao sistema eleitoral brasileiro, os quais circularam nas plataformas de mídias sociais em 2022 e foram devidamente verificados por agências de checagem de informações. Enquanto orientação metodológica, esta pesquisa se pautou na perspectiva bakhtiniana de linguagem, analisando o *corpus* reunido principalmente segundo a categoria de gêneros discursivos, recorrendo a outras noções da Análise Dialógica do Discurso para complementar a discussão. Esta pesquisa se caracteriza como teórica de caráter exploratório, qualitativo e documental, visando à análise de um *corpus* ainda não tratado analiticamente. Como resultados, a pesquisa identificou um texto categorizado como “mensagem de denúncia”, dois textos identificados como “postagem de denúncia” e um quarto texto avaliado como “notícia digital de imprensa”. A pesquisa concluiu que os enunciados desinformativos são manifestações discursivas inerentemente ideológicas que se materializam em diversos gêneros a depender do público com que dialogam e os efeitos pretendidos pelo autor. Tais textos se constituem como reflexo de um ambiente político marcado pelo desrespeito às instituições e pela busca do poder a qualquer custo. Além de nocivas à democracia, tais discursos fomentam um antagonismo entre os cidadãos e geram obstrução para o alcance de informações verdadeiras.

Palavras-chave: desinformação; eleições; Análise Dialógica do Discurso.

ABSTRACT

This paper, based on the philosophy of the language of the Bakhtin circle, aims to understand how the discourses of misinformation about the electoral system constitute and function as discursive genres in order to elaborate a network of meaning assumed as true by those subjects. Considering that misinformation discourses are not an entirely new phenomenon, this research is guided by its chain with the problem of misinformation, considering the political context and social media platforms in the analysis. Thus, this research analyses the false discourses related to the Brazilian electoral system, which circulated on social media platforms in 2022 and were properly verified by fact-checking agencies. As a methodological orientation, this research was based on the Bakhtinian perspective of language, analyzing the corpus according to the category of discursive genres, using other notions of the Dialogical Analysis to complement the discussion. This study is characterized as an exploratory, qualitative, documentary, and theoretical research, aiming at the analysis of a corpus not yet analytically treated. As a result, the research identified a text categorized as a “denunciation message”, two texts identified as “denunciation post” and a fourth text evaluated as “digital press news”. The research concluded that the misinformation utterances are inherently ideological discursive manifestations that materialize themselves in various genres depending on the public with which they dialogue, and the effects intended by the author. Such texts reflect a political environment marked by the disrespect for institutions and the pursuit of power at any cost. In addition to harmful to democracy, such discourses foster an antagonism among citizens and generate obstruction to achieve true information.

Keywords: misinformation; elections; Dialogical Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mídiosfera extremista	59
Figura 2 – É falso que eleitor sem cadastro biométrico não poderá votar neste ano	73
Figura 3 – É falso que urna eletrônica deveria ser certificada pelo Inmetro	80
Figura 4 – É montagem foto de ministro do TSE com blusa de Lula	86
Figura 5 – Fotos originais utilizadas na montagem da foto de ministro	87
Figura 6 – É falso que eleitor de Lula não precisará votar no 2º turno	92
Figura 7 – Montagem e imagem original da desinformação sobre voto no segundo turno	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Pesquisas acerca da desinformação sobre as eleições	15
1.2	Introdução aos elementos teórico-metodológicos	19
2	O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DA DESINFORMAÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES	24
2.1	Histórico de falsas alegações de fraudes em eleições	24
2.1.1	HISTÓRICO DE FALSAS ALEGAÇÕES DE FRAUDES NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS	32
2.2	Bolsonarismo, populismo reacionário e polarização	37
3	PÓS-VERDADE, DESINFORMAÇÃO E MÍDIAS SOCIAIS	46
3.1	Reflexões sobre pós-verdade e desinformação	46
3.2	As redes sociais e seu papel na desinformação	50
3.3	Extrema direita e desinformação no Brasil	56
4	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	63
4.1	Conceitos da ADD	63
4.2	Procedimentos metodológicos da ADD	68
4.3	Caracterização do corpus	69
5	ANÁLISE DO CORPUS	72
5.1	Cadastro biométrico	73
5.2	Certificação pelo Inmetro	80
5.3	Ministro do TSE	85
5.4	Voto no segundo turno	92
5.5	Panorama da análise	96
6	ACABAMENTO TEMPORÁRIO	101
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

*Se o pensamento corrompe a linguagem, a linguagem também pode corromper o pensamento.
(George Orwell, “Por que escrevo e outros ensaios”)*

Em 11 de janeiro de 2017, durante a sua primeira coletiva de imprensa na Casa Branca, o presidente recém-eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, buscava intensamente se desvencilhar dos questionamentos de Jim Acosta, um experimentado correspondente da CNN na Casa Branca. Naquele dia, esse mesmo canal de notícias havia publicado reportagens acerca de investigações do serviço de inteligência estadunidense sobre a interferência russa na eleição de 2016, e o fato do presidente recém-eleito ter ignorado os relatórios governamentais sobre o assunto. Após insistentemente se negar a responder, ou mesmo a ouvir, a pergunta do jornalista sobre o assunto, Donald Trump emitiu a seguinte declaração: “*You’re fake news*” (Sulton, 2017). Essa não foi a primeira vez que a expressão havia sido usada, inclusive pelo próprio Trump, mas aquele evento irrepetível é considerado medular para a difusão do termo.

Ao dizer que a CNN, um veículo jornalístico eminentemente de caráter democrata (em oposição ao partido rebuplicano), representada ali na figura do jornalista, era um canal de notícias que apenas disseminava informações falsas¹, o então presidente Donald Trump não estava simplesmente enunciando uma mentira, mas sim atacando a credibilidade de um veículo de imprensa capaz de noticiar diversos dados sobre o país e o próprio presidente, incluindo dados cuja exposição não era do seu interesse. Essa afirmação obteve enormes repercussões no grande público estadunidense. Entretanto, o verdadeiro efeito de sua fala atingiu o seu fiel grupo de eleitores, para o qual era sinalizado que a CNN não era um veículo de imprensa confiável. Logo, aquela mensagem não consistia simplesmente em negar algum fato. Na realidade, estava sendo lançado um comando.

A discussão sobre a mentira e o seu uso político não é necessariamente algo novo. No livro “Porque os líderes mentem”, John Mearsheimer (2012) afirma que o uso da mentira é muito comum por políticos ao tratarem com o seu povo, apesar de os estadistas normalmente não mentirem tanto entre si. Segundo o autor, pode-se até dizer que líderes democráticos tendem a mentir mais do que os autoritários ou ditadores. Isso porque, em teoria, um líder democrático precisa mais da aprovação dos seus eleitores do que um autocrata, pois este seria capaz de fazer o que bem entendesse sem a necessidade de prestar contas à população. Desse modo, líderes de

¹ Para uma discussão sobre a terminologia que usaremos nesta pesquisa, ver a seção 3.

países democráticos estariam sempre calculando os riscos entre a verdade e a mentira para lidar com questões internas do governo.

Antes disso, autores como Hannah Arendt já refletiam a respeito do lugar da verdade (e da falsidade) na administração pública, na forma como os líderes se comunicariam com a população e, principalmente, com seus eleitores mais fiéis. Em 1951, no seu livro “Origens do Totalitarismo”, a filósofa descreve um retrato do cidadão ideal para um líder autoritário:

O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento) (Arendt, 2012, p. 526).

Arendt demonstra como nem mesmo a concordância com as pautas ideológicas são a coisa mais importante para um líder político (no caso, um autoritário). Isso porque uma plataforma política, como a luta anticorrupção ou as pautas morais, requer do líder o cumprimento de eventuais promessas relativas a essa agenda política. Uma eventual infração desse compromisso pode fazer o líder político ser considerado incapaz de levar à frente suas bases ideológicas de governo ou, pior ainda, um traidor. Para a autora, o cidadão ideal seria aquele com tamanho apreço ao seu líder que seria capaz de renunciar a suas próprias convicções e critérios para seguir no sentido apontado pelo seu chefe.

Retornando ao exemplo de Donald Trump, segundo o jornal *The Washington Post*, em seus quatro anos como presidente, ele fez um total de 30.573 afirmações falsas². Isso significa uma média de 21 alegações falsas por dia. O auge de declarações inverídicas se deu no dia anterior à eleição de 2020, com um de 503 falas enganosas. Esse número tão expressivo também se dá pelo perfil bastante vocal assumido pelo ex-presidente durante seu mandato. Seja pelas redes sociais ou mesmo em pronunciamentos, Trump constantemente se dirigia ao público, algo característico de perfis populistas, potencializado pela comunicação imediata e irrestrita proporcionada pelas plataformas de mídias sociais. Em suas falas, Trump comumente atacava determinados adversários políticos e assim conduzia a percepção de sua parcela eleitoral cativa de acordo com os seus interesses.

Sobre essa forma de condução, retomando Hannah Arendt, a autora descreve essas massas que são conduzidas por mentiras (ou “teorias da conspiração”, termo utilizado em seu texto) como pessoas que “não acreditam em nada visível, na realidade de sua própria experiência; elas não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que

² Cf. <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/01/24/trumps-false-or-misleading-claims-total-30573-over-four-years/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

pode ser capturada por qualquer coisa que seja ao mesmo tempo universal e consistente em si mesma” (2012, p. 401). Tal retrato descreve um público que dificilmente se deixa convencer por ideias distintas às de suas crenças, ainda que pertencentes ao campo do sensível. Isso torna a contra-argumentação – mesmo baseada em fatos, como a utilizada pelas agências de checagem de notícia³ – uma tarefa praticamente ineficaz. Em um governo populista⁴, como se caracterizou a administração Trump (2016-2020), esse tipo de público se torna “um cidadão de primeira classe”, o modelo ideal de eleitor que é indiferente às categorias de verdade ou falsidade, bastando determinados discursos serem enunciados ou estarem de acordo com as palavras de seu líder para receberem sua aprovação e acatamento.

Ainda nesse tópico, em “Como Funciona o Fascismo”, Stanley explana o estado de uma sociedade em que essas teorias da conspiração tomaram conta do discurso político e das ideias (de ao menos parte) da população.

O que acontece quando as teorias da conspiração se tornam a moeda da política, e a grande mídia e as instituições educacionais estão desacreditadas, é que os cidadãos não têm mais uma realidade comum que possa servir como pano de fundo para a deliberação democrática. Nessa situação, os cidadãos não têm outra escolha a não ser procurar referências para seguir que não apenas a verdade e a confiabilidade. O que acontece nesses casos, como vemos em todo mundo, é que os cidadãos buscam políticas pra identificações tribais, para lidar com queixas pessoais e para entretenimento (2018).

Ainda segundo o autor, tendo isso em vista, a própria política fascista (termo utilizado pelo autor) “procura abalar a confiança na imprensa e nas universidades”. Entretanto, é importante deixar claro que esse modelo político de ataque à credibilidade não gera consequências apenas para essas instituições, pois “a disseminação da suspeita geral e da dúvida [exceto no próprio líder] enfraquece os laços de respeito mútuo entre os concidadãos, deixando-os com profundas fontes de desconfiança [...] também em relação uns aos outros” (Stanley, 2018). Esse estado em que a política fascista coloca os concidadãos é ainda responsável por torná-los mais afeitos ao seu líder, já que ele seria a única fonte de informação confiável, além de que esses cidadãos sempre estão em busca da informação confiável para saberem como se portar e como enfrentar as outras fontes de informação (não-confiáveis). Como resume o autor,

³ As agências de checagem de notícias, ou agências de *fact-checking*, são organizações de cunho jornalístico que surgiram como mecanismos de defesa contra notícias falsas, as quais se propõem a verificar a veracidade de determinadas publicações ou informações que circulam no ambiente digital ou são enunciadas por agentes políticos e figuras públicas. Discutiremos um pouco mais sobre essas agências no capítulo da metodologia, na seção 4. Para conferir as informações de uma das agências cujo material está presente neste texto, Cf.: <https://www.aosfatos.org/quem-somos/>.

⁴ Trataremos mais sobre isso na próxima seção 2 desta dissertação, investigando pormenorizadamente o contexto brasileiro.

“quando a política fascista é mais bem-sucedida, o líder é considerado pelos seguidores como o único confiável” (Stanley, 2018).

No Brasil, a discussão sobre o uso de informações falsas como método de fazer política veio juntamente com o termo “*fake news*”, o qual ganhou tração durante as eleições de 2018, em que Jair Bolsonaro foi eleito como presidente do país. Obviamente, não se pode confundir esse momento com o início da divulgação de informações falsas no Brasil (ou no mundo), nem mesmo seu uso governamental. Chico Otávio e Cristina Tardáguila, autores do livro “Você Foi Enganado”, apontam que “não há como datar a mentira inicial na política brasileira”. Além disso, esses autores declaram que “a mentira é algo intrínseco à política, que faz parte dela há tempos e que continuará a existir” (2018, p. 10).

Entretanto, no caso do Brasil, pode-se dizer que é desde 2018 que se percebe um conjunto de fatores que distinguem o fenômeno que é objeto desta pesquisa. Nesse ano, durante as eleições, uma das informações falsas de maior destaque foi o chamado “*kit gay*”, que falsamente alegava a existência de um conjunto de materiais que seriam utilizados na escola para influenciar os alunos a adotarem a homoafetividade. Ao analisar o discurso falso acerca do suposto “*kit gay*”⁵, cuja criação do material foi atribuída ao então presidenciável Fernando Haddad, é possível identificar um conjunto de particularidades: 1) O alcance da informação falsa por meio das plataformas digitais; 2) A participação dos perfis (falsos e verdadeiros) de redes sociais no compartilhamento desse discurso, por comentários, *posts*, *memes* etc.; e 3) A recepção de uma grande fatia do público a esses discursos, insistindo em sua veracidade.

Sobre esse último ponto, Matthew D’Ancona insiste que os conteúdos falsos e, especialmente, o ambiente de pós-verdade⁶ em que são enunciados não trazem qualquer coisa de novidade quanto à “desonestidade dos políticos, mas à resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conveniência” (2018, p. 34). Acerca dessa conveniência, Menger afirma que a desinformação serve “de instrumento para a criação e manipulação de grupos ideológicos, de forma a suprir desejos pessoais de quem dissemina uma informação enganosa e de forma a organizar certos grupos que compartilhem das mesmas ideologias” (2019, p. 139).

Essa dinâmica de disseminação e manipulação se dá principalmente em um determinado espaço: as plataformas de mídias digitais. Foi nesse espaço em que esses grupos ideológicos não somente se reuniram, mas no qual eles foram precisamente constituídos. Esse tema (as

⁵ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

⁶ Trataremos mais sobre isso na seção 3 desta dissertação.

plataformas de mídias sociais) será abordado de forma mais abrangente na seção 3 desta dissertação. Isso porque há várias repercussões do fato de esses discursos serem reproduzidos nessas plataformas. Por exemplo, a maneira como as mídias sociais são engenhadas é em muito determinada pelo sistema de recompensa do cérebro humano. Nas palavras de Max Fisher, “a dopamina é a cúmplice das mídias sociais dentro do seu cérebro”:

Os aplicativos sociais se apoderam de uma compulsão – a necessidade de se conectar – que pode ser mais poderosa do que a fome ou a ganância. Eyal descreve uma mulher hipotética, Barbra, que entra no Facebook para ver uma foto que um familiar postou. Conforme ela clica em mais fotos e as comenta, seu cérebro une a sensação de estar conectada à gente que ela ama com os bips e pisca-piscas na interface do Facebook. “Com o tempo”, escreve Eyal, “Barbra começa a associar o Facebook à necessidade de conexão social” (Fisher, 2023, p. 38).

Considerando o ecossistema digital de diferentes plataformas de mídias sociais, com suas diferentes características e mecânicas, os usuários⁷ de redes sociais são estimulados a se engajarem com as notícias e informações relativas à sua ideologia política não apenas pelo assunto em si, mas pelo próprio funcionamento dessas plataformas. Esse meio digital também é responsável pela segmentação de informações, pelas notificações que estimulam o usuário a se conectar, pela forma como as notícias são redigidas, pela impressão de notoriedade de determinados assuntos, entre outros. Assim, esse meio de enunciação se mostrou extremamente eficiente na disseminação de informações falsas sobre as eleições.

Segundo a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP, 2018), os discursos falsos sobre um ficto “*kit gay*” foram a segunda notícia falsa que mais repercutiu nas redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e *Youtube*) no período de 22 de setembro a 21 de outubro de 2018⁸. Ainda de acordo com esses dados, as falsas alegações sobre esse tema mobilizaram 2,37 milhões de interações no *Facebook* e no *Twitter* nesse mesmo espaço de tempo. Entretanto, houve um discurso falso que mobilizou ainda mais os usuários das plataformas digitais nesse período: os discursos falsos sobre fraudes nas urnas.

Os discursos de desinformação concernentes ao sistema eleitoral de um país não objetivam afetar simplesmente as percepções do público acerca de um candidato adversário ou de um partido rival, mas sim a própria estrutura que propicia o exercício seguro do sufrágio e a garantia da eleição dos candidatos mais votados.

⁷ Trata-se de uma terminologia curiosa para designar as pessoas que estão inseridas nessas plataformas, visto que, assim como no caso dos dependentes químicos, há uma compulsão envolvida em sua prática.

⁸ Cf. <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Os resultados de um estudo de Berlinski *et al.* sugerem que discursos infundados sobre fraude eleitoral “minam a confiança do público nas eleições, particularmente quando as alegações são politicamente agradáveis, e que esses efeitos não podem ser facilmente atenuados por checagem de fatos ou por mensagens que visem se contrapor a essas alegações”. Os autores seguem dizendo que, ainda no caso de renúncia do candidato vencido (tendo propalado essas falsas alegações sobre o sistema eleitoral), “a crença na fraude eleitoral generalizada ameaça minar a confiança do público nas eleições, deslegitimar os resultados eleitorais e promover a violência ou outras formas de agitação” (2021, p. 3-4, tradução nossa⁹).

Tais resultados apontam para a percepção do público sobre a relação entre eleições e democracia, sendo o primeiro item um fator fundamental para a manutenção do segundo. Esse fenômeno também é ratificado pelas conclusões da pesquisa do cientista político Norris:

Quando se trata de como a democracia liberal funciona, as eleições desempenham um papel central. Se o público passa a acreditar que a má prática eleitoral é generalizada, sejam problemas de fraude eleitoral "massiva" ou restrições sistemáticas aos direitos dos eleitores, então, mesmo em democracias de longa data, isso pode corroer a fé pública na própria democracia, facilitando o retrocesso democrático sob pressão de líderes populistas autoritários (2018, p. 19, tradução nossa¹⁰).

Conforme apresentado, os discursos falsos que tentam desinformar acerca do sistema eleitoral, normalmente alegando fraude, insegurança ou parcialidade, têm o potencial de lesar os fundamentos democráticos de um país. Como apontado pelo FGV DAPP (2018), os textos de desinformação presentes no período da pesquisa estavam ligadas principalmente à falsa alegação de fraudes nas urnas. Desse modo, diversos pesquisadores despertaram interesse em estudar os discursos falsos quanto às eleições e seu potencial danoso à democracia e à ordem pública. Na próxima seção, expõe-se uma revisão bibliográfica de pesquisas que se detiveram sobre o tema.

1.1 Pesquisas acerca da desinformação sobre as eleições

Como fenômeno ligeiramente recente, o fenômeno da desinformação tem sido alvo de investigação de diversas áreas do conhecimento científico. Campos como ciência da

⁹ “Undermine the public’s confidence in elections, particularly when the claims are politically congenial, and that these effects cannot easily be ameliorated by fact-checks or counter-messaging [...] belief in widespread voter fraud threatens to undermine public trust in elections, delegitimize election results, and promote violence or other forms of unrest.”

¹⁰ “When it comes to how liberal democracy works, elections play a central role. If the public comes to believe that electoral malpractice is widespread, whether problems of ‘massive’ voting fraud or systematic restrictions on voters’ rights, then even in long-standing democracies this can corrode public faith in democracy itself, facilitating democratic backsliding under pressure from authoritarian-populist leaders.”

informação, comunicação, jornalismo, direito, antropologia, psicologia e a própria linguística têm se dedicado a esse tema. Não há, porém, um grande volume de trabalhos especificamente sobre a produção de discursos de desinformação relacionada a fraudes nas eleições. Ao considerar as plataformas de mídias sociais como um ator importante nesse processo, depreende-se que se trata de algo bastante novo, não tendo somado ainda muitas publicações em termos de teses e dissertações. A seguir, por meio da busca no portal de periódicos da CAPES, serão apresentadas algumas pesquisas acerca da desinformação especificamente sobre as eleições¹¹.

Em 2020, Eliana Loureiro defendeu a dissertação intitulada “‘Isso a Globo não mostra’: convocações afetivas ao consumo de desinformação e desacreditação da grande mídia nas eleições 2018”, na área de comunicação (Loureiro, 2020). Por meio da análise de elementos prosódicos e dos efeitos patêmicos, a autora investigou os efeitos convocatórios da expressão “isso a Globo não mostra” para difusão de notícias falsas, gerando descrédito de atores da grande mídia como fonte legitimada de informações. Assume-se nessa pesquisa que o consumo de conteúdos de desinformação está associado a aspectos convocacionais de tonalidade afetiva distintos daqueles normalmente praticados pela grande imprensa. Buscou-se assim compreender como os afetos relacionados à perda de legitimidade da grande mídia ativaram o compartilhamento de desinformação nas eleições de 2018.

Na área do Direito, Elaine Dutra defendeu a dissertação “Fake News: incursões à liberdade de expressão na propaganda eleitoral e sua influência no resultado do pleito” (2020). A pesquisa objetivou analisar o direito à liberdade de expressão em uma nova conjuntura caracterizada pelas relações virtuais. O estudo investiga como a propagação de notícias falsas pode afetar outros direitos fundamentais de caráter individual (a exemplo da honra) e sua capacidade de influenciar no resultado de uma eleição, quando utilizada como recurso na propaganda eleitoral.

Ainda em 2020, Tatiana Dourado defendeu a tese “Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil”. Sendo uma pesquisa na área da comunicação, a autora investigou a circulação de discursos falsos na eleição presidencial do Brasil em 2018 entre plataformas de mídias sociais, buscando determinar a natureza política e as principais características do fenômeno (Dourado, 2020). Em sua pesquisa, ela identificou que os discursos falsos e as mensagens políticas antidemocráticas ganharam visibilidade pública online sem um contrapeso

¹¹ As pesquisas elencadas possuem divulgação autorizada.

editorial ou moderação digital necessária para o debate público de qualidade, indicando ainda que a maior parte desses discursos falsos tinha caráter pró-Bolsonaro.

Em 2021, Bruna Sampaio defendeu sua dissertação intitulada “Mídias Sociais e Eleição Presidencial 2018: uma análise da dinâmica do WhatsApp na campanha eleitoral no Brasil”, na área da ciência política. A autora investigou as principais imagens compartilhadas entre grupos públicos do WhatsApp durante o período de campanha. Apesar de ser uma pesquisa mais abrangente em termos de conteúdos digitais compartilhados, a autora se dedicou ainda a investigar o fenômeno da desinformação, com base em autores como Dourado (2020) e Claire Wardle (2017). Em seu texto, há menção ainda acerca de notícias falsas sobre apreensão de urnas, interpretadas como indícios de fraude nas eleições (Sampaio, 2021, p. 55).

Ainda em 2021, na área de relações internacionais, André Pini defendeu a tese “Desinformação e populismo radical de direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016”. Investigando os efeitos da desinformação e do Populismo de Direita Radical nas eleições estadunidenses de 2016, o autor buscou compreender de que modo essas variáveis influenciaram na vitória de Donald Trump. Ele conclui que esses elementos foram responsáveis por fomentar o crescimento da ultradireita norte-americana e, por outro lado, cooptar parcelas do eleitorado democratas, diminuindo o seu comparecimento às urnas ou convertendo-os em eleitores de Trump. Esses fenômenos foram produzidos pela agência da direita religiosa fundamentalista norte-americana, a Alt-Right¹² e de Steve Bannon¹³ (Pini, 2021).

Laíssa Barbieri defendeu em 2021 a dissertação nomeada “Pós-verdade e fake news na eleição presidencial de 2018: sexualidade e pânico no contemporâneo”. Investigando os fenômenos da pós-verdade e da desinformação, a autora buscou compreender a maneira como a sexualidade foi utilizada como dispositivo para promover pânico moral durante esse pleito. Com base em um ponto de vista foucaultiano, a pesquisa concluiu que a sexualidade dos indivíduos ganha centralidade num emaranhado discursivo, identificando nos discursos falsos o “desprezo por homossexuais e por mulheres”, avançando ideologias que estabelecem “as hierarquias de gênero, identificando quais vidas merecem e quais não merecem ser vividas” (Barbieri, 2021, p. 101).

A dissertação “Democracia em risco: o embate entre fake news e liberdade de expressão/opinião no processo eleitoral” foi defendida por Werner Miltz Wypczynski Martins

¹² A Alt-Right (*Alternative Right* – Direita alternativa) é uma franja da extrema direita dos Estados Unidos e de alguns países europeus caracterizada pela rejeição do conservadorismo “clássico” e pela defesa dos brancos, do sexismo, do antissemitismo, entre outros.

¹³ Steve Bannon é um ideólogo da nova direita radical populista que atuou como principal estrategista da campanha de Trump.

em 2021. Trata-se de uma pesquisa na área de direito, a qual mobiliza uma análise comparativa das ações públicas contra a desinformação, com foco na legislação em vigor na Alemanha, a qual segue a estratégia de supervisão da plataforma, bem como na experiência da Malásia. Desse modo, o autor buscou esclarecer as principais discussões brasileiras sobre notícias falsas, com foco em medidas legislativas com potencial de fortalecer as instituições brasileiras em defesa do debate público e do regime democrático.

Em 2022, Luiza Portella defendeu sua dissertação “Desinformação e democracia: um panorama jurídico eleitoral”. Inserida nas ciências jurídicas, a pesquisa objetivou a interferência potencialmente causada pela desinformação no pleito eleitoral e as respostas que podem ser adotadas contra esse fenômeno. Ao considerar que a liberdade de voto, o direito à informação e a liberdade de informação são instrumentos fundamentais da democracia, a autora concluiu que a divulgação irrefreada da desinformação coloca em risco o seu exercício, por sua capacidade de macular a formação da vontade do eleitorado e deslegitimar a delegação do poder. Como formas de reprimir o fenômeno, Portella elencou: a identificação das fontes criadoras e o seu desmantelamento; o combate à atividade inautêntica nas redes sociais; a remoção de conteúdo via judicial; a concessão de direito de resposta; o cumprimento das políticas de uso das redes sociais; assim como a interrupção, por via da jurisdição, da transmissão de mensagens pelos aplicativos de compartilhamento de mensagens (Portella, 2022, p. 130-132).

Ainda em 2022, Ulisses Melo defendeu a dissertação “Feita sob medida: a estrutura de uma notícia falsa e seu papel no convencimento do eleitor”. O autor, oriundo da ciência política, intentou investigar as características estruturais do texto de um conteúdo de desinformação e os possíveis efeitos do consumo desse tipo de material. Utilizando diversas técnicas de análise de texto automatizada, os resultados indicaram maior presença de nomes de lideranças e ideologias políticas, bem como a maior citação de instituições entre as notícias falsas. Além disso, a pesquisa indicou que as desinformações são menores e significativamente mais legíveis que as notícias tradicionais.

Em 2023, Matheus Gomes defendeu a dissertação “Desinformação, fake news e a eleição presidencial de 2022: análises dos casos e formas de combate nas eleições”, um estudo na área do direito. Seu estudo buscou investigar a desinformação e verificar a influência dos discursos falsos nas eleições presidenciais de 2022. A pesquisa ainda analisou a questão da liberdade de expressão na internet na era digital. Levantou-se a possibilidade de proteção dada pelo Tribunal Superior Eleitoral na prevenção da divulgação de desinformação por meio dos discursos falsos, sobretudo no que diz respeito ao ambiente virtual. Dessa forma, seria possível

evitar a propagação de notícias falsas e ainda o discurso de ódio no âmbito das eleições brasileiras (Gomes, 2022).

Finalmente, também em 2023, Luciana Tudisco de Oliveira defendeu a tese intitulada “Limites da liberdade de expressão no âmbito eleitoral: o impacto da desinformação nas eleições presidenciais brasileiras de 2022”, também na área do direito. A pesquisa teve como objetivo analisar aspectos atuais do processo democrático brasileiro, especialmente as eleições gerais de 2022, tratando particularmente do combate realizado pela Justiça Eleitoral à desinformação propagada no decorrer das campanhas eleitorais. Em seu texto, a autora asseverou a importância de se debater a regulação eleitoral digital, seja pelo Poder Legislativo, seja pelo Judiciário Eleitoral para se alcançar o equilíbrio entre democracia e liberdade de expressão (Oliveira, 2023)¹⁴.

Como é notório nessa relação de pesquisas, o estudo da desinformação se mostra como um esforço de diversas áreas da ciência que investigam aspectos legais, retóricos e políticos desse fenômeno. Esta pesquisa visa se inserir nessa iniciativa multidisciplinar com base em um referencial teórico linguístico, particularmente da análise dialógica do discurso, para compreender a constituição e funcionamento desses discursos falsos relativos ao processo de sufrágio nacional. Além de situar as pesquisas que têm sido empreendidas nesse esforço de investigação, parte dos estudos citados embasarão questões extralinguísticas que darão suporte às conclusões deste trabalho.

1.2 Introdução aos elementos teórico-metodológicos

Como visto na seção anterior, diversos pesquisadores no Brasil (e no mundo, claro) têm se dedicado a investigar os discursos falsos enquanto um fenômeno atual e com potenciais danosos ao debate de ideias, aos valores democráticos e à confiança nas instituições públicas. O maior volume de materiais se encontra em artigos, livros, *podcasts* e mesmo vídeos em redes sociais, igualmente oriundos de diversas áreas do conhecimento. Isso se dá pelo desejo de se oferecer respostas mais instantâneas a um fenômeno cujas consequências têm impacto quase imediato. Nesse caso, esta dissertação intenta investigar cientificamente e com mais aprofundamento o fenômeno, dedicando-se a um maior apanhado de informações e a uma ponderação cuidadosa dos elementos relativos ao tema.

Nesta pesquisa, será adotada a perspectiva bakhtiniana de linguagem e a análise dialógica do discurso. A análise dialógica do discurso se baseia nas percepções e conceitos

¹⁴ Na revisão bibliográfica desta pesquisa, elencamos 8 dissertações e 3 teses das seguintes áreas do conhecimento científico: comunicação, direito, ciência política, relações internacionais e análise do discurso.

formulados no Círculo de Bakhtin. Segundo Volóchinov, um dos seus integrantes, “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (2017 [1929], p. 220), contrapondo-se à percepção então vigente nos estudos da linguagem. Bakhtin e seu Círculo compreendem assim que o discurso é produzido em meio às relações dialógicas e concretas presentes na sociedade, historicamente situada.

Assim, as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem (Bakhtin, 2008, p. 183, grifo do autor).

Esse caráter dialógico impacta integralmente na linguagem e na constituição dos discursos do sujeito, de modo que a maneira como ele “constrói seu discurso é determinada consideravelmente pela sua capacidade inata de sentir a palavra do outro e os meios de reagir diante dela” (Bakhtin, 2008, p. 197). Esta pesquisa utiliza a teoria bakhtiniana como sua base teórico-metodológica. Dessa maneira, a dimensão dialógica da linguagem é compreendida como primordial para a construção do conhecimento que parte do nosso objeto de estudo: os discursos falsos sobre o processo eleitoral brasileiro produzidos em 2022. Considerar a dialogia como atributo da linguagem possibilita uma ampliação na investigação dos discursos e, sobretudo, dos discursos de desinformação que constituem o *corpus* deste trabalho.

Segundo Molinari (2021, p. 51), “esse modo de fazer ciência compreende que a análise das significações, compreensões e interpretações de um texto se dá a partir do contato que o texto estabelece com os sujeitos e com outros textos e contextos”. Nesse sentido, cada enunciado, cada discurso de desinformação é analisado não como um item isolado hermeticamente, por ser produzido em contato com outros discursos, em um movimento de aproximação ou afastamento, que se inserem em um enorme painel dialógico.

Ainda no interior da perspectiva bakhtiniana, encontra-se a noção de gêneros do discurso. Para Bakhtin, os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinadas sócio-historicamente. Na realidade, para o autor, apenas nos comunicamos por meio de gêneros do discurso. Nós teríamos acesso a um repertório enorme de gêneros dos quais sequer nos damos conta. A compreensão desses gêneros se daria “quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática” (Bakhtin, 2016, p. 38).

Esses materiais foram coletados no *site* Aos Fatos, uma das agências checagem que integram e utilizam os protocolos de verificação de notícias da *International Fact-Checking Network* – IFCN, a exemplo de Agência Lupa, Projeto Comprova, entre outros. Tais textos foram devidamente checados por essas organizações, não sendo essa uma tarefa que cabe ao autor desta pesquisa. Esses discursos de desinformação estão apresentados em forma de texto verbal escrito, estando em circulação nas plataformas de mídias sociais em 2022 e relacionados tematicamente ao processo eleitoral desse mesmo ano. O interesse desta pesquisa não compreende os textos de desinformação que unicamente atacam outros candidatos do pleito, mas sim àqueles que põem em dúvida a segurança, a parcialidade e a validade do sistema eleitoral do Brasil.

Considerando o que foi estabelecido nesta introdução, esta dissertação é orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: como se caracterizam esses textos digitais de desinformação acerca do sistema eleitoral brasileiro em termos de gênero discursivo? A problemática então diz respeito aos aspectos que identificam a materialização desses discursos de desinformação enquanto gêneros discursivos, nos moldes do pensamento bakhtiniano.

Nesse mesmo sentido, o objetivo geral deste trabalho é compreender de que maneira os discursos de desinformação sobre o sistema eleitoral se constituem e funcionam como gêneros discursivos de modo a elaborar uma rede de sentido assumida como verdadeira por parte dos sujeitos.

Quanto aos objetivos específicos, essa pesquisa se propõe a: 1) investigar quais estratégias discursivas são recorrentes e de que maneira elas são materializadas nos enunciados analisados; 2) compreender como os textos de desinformação podem se beneficiar do contexto social de 2022, em que os fatos são contestados apesar das evidências; 3) identificar de que maneira esses discursos falsos buscam reforçar os grupos ideológicos já constituídos; e 4) analisar os possíveis efeitos pretendidos por esses discursos de desinformação.

A importância de pesquisas nesse molde se encontra em sua potencial contribuição para o entendimento desse fenômeno presente no Brasil e em outros países, o qual se mostra capaz de ameaçar os fundamentos democráticos das sociedades em que tais discursos sejam comumente difundidos. Entende-se que, dessa forma, será possível adicionar uma percepção crítica para a análise dos discursos falsos – fato puramente social, político e dialógico, que se realiza materialmente na linguagem.

Assim, incluindo esta primeira seção introdutória, esta dissertação é composta por seis seções. Na segunda seção, trataremos particularmente do contexto social em que se deram essas falsas alegações de fraudes nas eleições, tanto no mundo como no Brasil. Inicialmente, será

elaborado um histórico de episódios de falsas alegações sobre fraudes eleitorais em pleitos de todo mundo e do Brasil. Além disso, também se fará uma breve descrição dos elementos sociais e políticos que caracterizaram o período de 2022 em que se deram esses textos de desinformação. Por fim, utilizaremos o conceito de populismo reacionário (Lynch; Cassimiro, 2022) para interpretar esses elementos e a formação dos grupos ideológicos que integram o “bolsonarismo” (Nunes; Traumann, 2023).

Na terceira seção, trataremos de aspectos teóricos acerca desinformação enquanto fenômeno, mobilizando materiais e autores que discutem o tema em questão. Também serão tratados assuntos relativos a esse fenômeno, tais quais a ideia de pós-verdade e ainda um elemento essencial que condiciona a elaboração, produção e disseminação dos textos de desinformação: as plataformas de mídias sociais. Como dito anteriormente, essas plataformas influenciam diretamente nos discursos de desinformação por meio da segmentação de informações, pelas notificações que estimulam o usuário a se conectar, pela forma como as notícias são redigidas, pela impressão de notoriedade de determinados assuntos, entre outros. Tal influência justifica a redação de uma seção dedicada a esse tema.

A quarta seção se presta a desenvolver mais uma porção teórica, dessa vez acerca do referencial da Análise Dialógica do Discurso, particularmente a categoria de gêneros discursivos (Bakhtin, 2016). Essa categoria será utilizada para classificar os diferentes discursos de desinformação que farão parte do *corpus* desta pesquisa. Esse referencial será abordado com base nos escritos do próprio Bakhtin e de autores que se dedicaram a estudar sua filosofia de linguagem. Ainda na quarta seção, serão traçados os aspectos metodológicos que sustentam esta pesquisa, incluindo uma base dialógica de análise e o cotejamento como instrumento para recuperar parcialmente uma cadeia de enunciados. Além de estabelecer as diretrizes teórico-metodológicas da dissertação, será ainda descrito o *corpus* que fará parte da análise. Ademais, será tratada brevemente a metodologia utilizada pelas agências de checagem de fatos para verificação de discursos que circulam em plataformas de mídias sociais ou são proferidos por pessoas públicas com bastante influência política, tais como presidentes, senadores ou ministros. Compreende-se ser importante explorar essa metodologia para que sejam demonstradas a solidez e a integridade da classificação desse texto enquanto notícia falsa, de modo a não ajuntar ao *corpus* informações que, na realidade, são verdadeiras.

Na quinta seção, será analisado o *corpus* reunido nesta pesquisa, utilizando a Análise Dialógica do Discurso como arcabouço teórico-metodológico de análise, especialmente com base na noção de gênero discursivo. Por meio dessa categoria, são elencadas algumas

classificações que buscam dar conta da diversidade de realizações desses discursos falsos escritos, os quais intentam desinformar acerca do processo eleitoral brasileiro.

Por fim, a sexta seção (“Acabamento temporário”) é reservada para as considerações finais deste estudo. Será retomado o percurso desta pesquisa e serão traçadas algumas reflexões acerca do ambiente político de desinformação vivenciado em 2020. Finalmente, serão apontados possíveis caminhos para tratar a disseminação de notícias falsas em ambiente digital e resguardar a democracia.

2 O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DA DESINFORMAÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES

Descemos a um ponto tal que a reafirmação do óbvio é o primeiro dever dos homens inteligentes. (George Orwell, “An age like this: 1920-1940”)

Antes de começar a lidar com a materialidade específica dos textos de desinformação que foram reunidas nesta pesquisa, é necessário descrever as condições de produção em que se deram esses discursos. Isso porque tais conteúdos não foram produzidos no vácuo nem possuem uma existência hermética. Conforme a perspectiva bakhtiniana, que será adotada neste estudo, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (Bakhtin, 2011, p. 300). Tal assertiva aponta para o caráter responsivo do discurso a enunciados anteriores concretos e singulares situados no território da linguagem (Molinari, 2021, p. 23).

Nesta seção, iniciaremos a apresentação das condições de produção desses enunciados elencando um conjunto de casos na história de falsas alegações sobre fraudes eleitorais em pleitos em todo mundo, e particularmente no Brasil. Em seguida, será realizada uma caracterização breve do perfil sociopolítico brasileiro durante 2022, período em que foram produzidos os enunciados falsos que serão analisados nesta pesquisa. Nessa caracterização, abordaremos o conceito de populismo reacionário (Lynch; Cassimiro, 2022) para identificar elementos dessa mobilização política denominada “bolsonarismo”, além de discutirmos questões relativas à chamada “polarização” (Nunes; Traumann, 2023), termo normalmente utilizado para identificar o abismo ideológico-partidário em que se encontra o país nos últimos anos.

2.1 Histórico de falsas alegações de fraudes em eleições

Há um longo período, diversos agentes políticos e grupos opositores têm alegado falsamente contra a integridade do sistema eleitoral em diversos lugares. Aqui não se trata de simples contestações de resultados eleitorais, as quais são lícitas e inclusive reguladas por legislações de diversos países. Tais atos são importantes inclusive para resguardar o aparelho democrático, provendo aos eleitores a segurança de que seu voto foi direcionado inequivocamente ao candidato de sua preferência. Trata-se aqui de alegações infundadas de fraude, de pessoas que tentam apelar ao público para fazer valer a sua vontade, com direito a campanhas difamatórias e até mesmo o uso da força.

Tal distinção se mostra importante porque, em diversas ocasiões, foram realizadas eleições cujos sistemas eram marcados por uma série de falhas de segurança, maculando o resultado do pleito. Segundo o site¹⁵ do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Brasil, como também possivelmente em outros países, desde o Império, a fraude foi uma constante nas eleições brasileiras. Havia uma diversidade de técnicas utilizadas pelos fraudadores:

- A chamada urna “grávida”, em que as urnas já chegavam com cédulas em seu interior antes da votação;
- Substituição ou mesmo roubo de urnas, as quais eram trocadas por urnas “grávidas”;
- Voto “formiguinha”, em que um eleitor não preenchia a sua cédula, mas a entregava em branco para o organizador preencher e depositar;
- Preenchimento das cédulas em branco depositadas por eleitores como voto válido;
- Comunicação propositadamente errada dos votos na hora da contagem etc.

Um material disponível no site do TSE, chamado “Eleições no Brasil: uma história de 500 anos”, resgata o processo de sufrágio no Brasil, também elencando uma série de fraudes que ocorriam ainda em meados do Séc. XX.

Esse período foi visto como uma espécie de idade das trevas eleitoral. As eleições eram consideradas nada mais do que mera legitimação, por meio de artifícios fraudulentos, do poder de elites tradicionais. A expressão voto de cabresto, com suas inúmeras ilustrações, é recorrente ainda hoje para explicar o período. Entretanto, é bom lembrar que essa imagem – eleitores conduzidos à força às seções eleitorais pelos jagunços de poderosos coronéis – não pode ser vista como uma fotografia da experiência eleitoral do período. É claro que fraudes e violência eram elementos recorrentes, mas as eleições não se reduziam a isso. Elas tinham um papel estratégico, permitindo uma relativa circulação de elites, estabelecendo um mínimo de competição e renovação no mundo político. (Cajado; Dornelles; Pereira, 2014, p. 33)

Em entrevista a um *podcast* em 2018, Giuseppe Janino, então secretário de tecnologia de informação do TSE, adiciona o fato de o elemento humano ser um vetor de erros e ainda de lentidão, principalmente em comparação com o modelo eletrônico. Ele ainda menciona a própria interpretação¹⁶ que se dava aos preenchimentos de uma cédula, em que um texto pouco

¹⁵ TSE. **Por que o voto é eletrônico?** [20??]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/internet/temporarios/urna-seguranca/historico-das-fraudes-nas-eleicoes.html>. Acesso em: 27 dez. 2023.

¹⁶ Um dos participantes desse mesmo episódio do *podcast* conta uma história (a qual não foi verificada, mas pode servir como ilustração de uma prática comum no período em questão) sobre uma eleição que se deu na cidade de Santos (SP). Nesse pleito, concorria à prefeitura da cidade o político Oswaldo Justo. Naquele mesmo período, o humorista Chico Anysio interpretava um personagem chamado Justo Veríssimo, que era um político fictício. Seja por protesto ou por zombaria, conta-se que diversos eleitores colocaram o nome de Justo Veríssimo na cédula de

legível poderia ser mal interpretado convenientemente ou por um lapso qualquer (Nerdcast, 2018). Ele também relembra um caso de 1994, em que o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, então presidente da 25ª zona eleitoral, precisou lidar com uma série de fraudes naquela eleição. Segundo William Helal Filho, jornalista do O Globo:

A quantidade de fraudes encontradas naquela e em outras zonas eleitorais do Rio, além da falta de organização generalizada no processo de apuração, atrasou em semanas a contagem dos votos naquela eleição. Foram descobertas verdadeiras quadrilhas com esquemas montados para violar a vontade popular (Helal Filho, 2021).

Como se vê, havia várias formas de tentativas de fraudar as eleições no Brasil. Não à toa, o Brasil possui um conjunto de legislações e, além disso, uma própria instituição especificamente para lidar com o voto no país, versando quanto aos aspectos jurídicos e tecnológicos. Pode-se elencar as questões relativas ao cadastramento de eleitores, o qual sofria pelas limitações tecnológicas da época e pelas tentativas mal-intencionadas de burla dos votos.

Na década de 1980, o desenvolvimento de novos recursos tecnológicos e a ampliação no uso dos meios digitais possibilitaram as condições para o recadastramento geral do eleitorado em meio eletrônico feito em 1986. Antes não havia um registro nacional, cada um dos TREs realizava um registro de forma independente, o que abria espaço para a existência de fraudes no cadastramento eleitoral. Eleitores com registro em mais de um estado, pessoas mortas com cadastros ativos, por exemplo, eram algumas das situações de fraude possíveis, que foram evitadas com a criação do cadastro único com numeração nacional. (Cajado; Dornelles; Pereira, 2014, p. 67)

Isso posto, os casos que iremos elencar a seguir não correspondem à legítima contestação bem-fundamentada de resultados de eleições cuja segurança era questionável em diversas dimensões¹⁷. Na verdade, são casos em que os próprios contestantes são marcados por uma desconsideração pelo pleito, pelos eleitores e até mesmo pela democracia como sistema de governo.

votação, que era preenchida livremente pelos eleitores, sem que os nomes dos candidatos fossem pré-estabelecidos no papel. Contudo, segundo o participante, conta-se que os cidadãos responsáveis pela contabilização dos votos interpretaram diversas cédulas em que estava escrito “Justo Veríssimo” como votos para o “Oswaldo Justo”. Como já colocado, não foi possível verificar a veracidade dessa história, mas ela alude a um problema real que se dava nesse período. Um exemplo semelhante se deu com um macaco chamado “Tião”, o qual, embalado na campanha encabeçada pelo grupo “Casseta e Planeta”, recebeu 400 mil votos na eleição de prefeito do Rio de Janeiro em 1988. Cf. <https://natelinha.uol.com.br/canal-like/2020/02/26/rio-de-janeiro-quase-elegeu-um-macaco-para-prefeito-e-historia-vira-documentario-141398.php>. Acesso em: 27 dez. 2023.

¹⁷ Conforme amplamente fundamentado em seu histórico de legitimidade, além das atividades científicas, técnicas e jornalísticas sobre o tema, esta pesquisa pressupõe e se fundamenta na já bem estabelecida segurança e confiabilidade das eleições brasileiras. Como exemplos de pesquisas sobre o tema, as quais corroboram os posicionamentos adotados neste estudo, podem ser elencados os trabalhos de Dalson Figueiredo Filho, que submeteu os dados da eleição presidencial de 2018 a 5 testes estatísticos e não encontrou evidência de fraude eleitoral (Figueiredo Filho; Silva; Carvalho, 2022).

Segundo o jornalista David Litt, a falsa alegação de fraude dos eleitores é uma tradição quase tão antiga quanto a própria democracia americana:

Tomemos, por exemplo, o início do Século XIX em Nova Jersey. De acordo com a constituição original do estado, algumas mulheres tinham o direito de votar, e alguns políticos (a saber, os do partido federalista) sentiram que teriam maior probabilidade de vencer as eleições se esses direitos fossem retirados. Mas remover dos eleitores os seus direitos por razões puramente partidárias seria considerado algo indecoroso, mesmo pelos padrões dos anos 1800. Por isso, os parlamentares ambiciosos surgiram com uma justificativa. Os homens, eles acusavam, estavam depositando seus votos nas urnas, vestindo anáguas [um vestuário utilizado pelas mulheres] e depois votando pela segunda vez. A única maneira de impedir essa fraude de "mudança de gênero" era eliminar completamente os direitos de voto das mulheres. Como um argumento lógico, essa tentativa de retirar os direitos eleitorais das mulheres fazia pouco sentido. Mas a lógica nunca foi o ponto. Em 1807, auxiliado por sua desculpa teoricamente com princípios por sua captura de poder flagrantemente partidária, o Legislativo de Nova Jersey encerrou o experimento de seu estado no sufrágio feminino. (Litt, 2020¹⁸, tradução nossa)

Apesar de o texto indicar uma ambição eleitoral como justificativa da estratégia dos federalistas, não há dúvidas de que também havia o elemento da misoginia envolvido, o qual reduzia o valor do voto feminino. Dessa maneira, nota-se que a alegação imprópria de fraude nas urnas pode vir atravessada por outras mazelas sociais. Outro caso em que isso se nota diz respeito ao racismo, em tempos de segregacionismo estadunidense.

Em 1959, a paróquia de Washington, Louisiana, "purgou" o registro de parte dos eleitores. As autoridades locais alegaram que foram apenas removidos nomes registrados ilegalmente. Na realidade, eles eliminaram 85% dos eleitores negros da paróquia. Isso se mostrou muito audacioso, mesmo durante a era Jim Crow, e um tribunal federal derrubou o expurgo da paróquia. Mas, na maioria dos casos, os tribunais deram aos legisladores o benefício da dúvida. Contanto que eles pudessem reivindicar de maneira plausível a luta contra fraudes – ou, mais precisamente, desde que não possam ser comprovado que eles não estão lutando contra fraudes –, os legisladores podiam aprovar projetos de lei restringindo o acesso à votação, mesmo para os eleitores elegíveis, mesmo se os eleitores afetados são claramente mais propensos a pertencer a um partido do que a outro. (Litt, 2020¹⁹, tradução nossa)

¹⁸ “Take, for example, early 19th-century New Jersey. Under the state’s original constitution, some women had the right to vote, and some politicians (namely those of the Federalist party) felt they would be more likely to win elections if those rights were taken away. But stripping eligible voters of their rights for purely partisan reasons was unseemly, even by 1800s standards, so ambitious lawmakers came up with an excuse. Men, they charged, were casting their ballots, slipping into petticoats, and then voting a second time. The only way to prevent this gender-bending fraud was to eliminate women’s voting rights entirely. As a logical argument, the anti-fraud case for disenfranchising women made little sense. But logic was never the point. In 1807, aided by their theoretically principled excuse for their blatantly partisan power grab, the New Jersey legislature ended their state’s experiment in women’s suffrage.”

¹⁹ “In 1959, Washington parish, Louisiana, “purged” its voter rolls. Local officials claimed they were merely remove illegally registered names from the rolls. In fact, they purged 85% of the parish’s African American voters.

Novamente, não se trata de uma simples busca por quantidade de votos, ou mesmo a tentativa, nesse caso, de subtrair a quantidade de votos do adversário político, mas de impedir o acesso de determinados grupos ao direito de sufrágio e, mais ainda, aos espaços de poder.

Tais acusações ainda podiam se valer da falta de estrutura e dos problemas da época, os quais eram ligados principalmente a um desenvolvimento tecnológico aquém do necessário para garantir a segurança do pleito. Contudo, ainda em tempos recentes, há casos de candidatos que lançaram acusações ilegítimas contra as eleições em determinados períodos. Esse tipo de acusação se tornou uma verdadeira estratégia política de uma parte dos candidatos. Por exemplo, López Obrador, presidente eleito do México em 2018, não aceitou o resultado de duas eleições anteriores alegando supostas fraudes. Como dito anteriormente, Berlinski *et al.* apontam que discursos infundados sobre fraude eleitoral “minam a confiança do público nas eleições” (Berlinski *et al.*, 2021, p. 3). Em 2006, quando López Obrador contestou infundadamente o resultado das urnas²⁰, a confiança no sistema eleitoral mexicano despencou. Dados apontam que quase quatro em cada dez mexicanos não confiaram no resultado. Em 2012, quando ele foi novamente derrotado, sete em cada dez mexicanos já diziam acreditar em fraudes nas urnas (Magenta, 2021).

Na eleição de 2014, no Brasil, o presidenciável Aécio Neves também contestou infundadamente²¹ o resultado do pleito em que ele disputou com Dilma Rousseff, que havia conquistado a reeleição. Ainda um ano após a eleição, o PSDB (partido do então candidato) afirmou em documento que o relatório das urnas foi “conclusivo” quanto às fraudes, mas insistiu “que o sistema de voto eletrônico ‘não permite a plena auditoria’” (Venceslau; Chapola, 2015). Em 2021, Aécio Neves ainda mantinha a posição do seu partido anos antes, mas era menos vocal quanto à necessidade de mudanças para garantir a auditoria²². Sua percepção era de que tal discussão deveria estar menos contaminada pelo radicalismo político.

Em 2020, o então presidente Donald Trump foi extremamente explícito em sua campanha de acusação ilegítima de fraude durante aquela eleição. Do período da eleição anterior à eleição até esse período em que se postula como candidato em 2023, Trump declarou

This proved too audacious even for the Jim Crow era, and a federal court overturned the parish’s purge. But in most cases, courts have given lawmakers the benefit of the doubt. So long as they can plausibly claim to be fighting fraud – or more accurately, so long as they can’t be proven not to be fighting fraud – legislators can pass bills restricting access to the ballot, even for eligible voters, and even if the voters affected are clearly more likely to belong to one party than the other”.

²⁰ Cf.: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/instituto-eleitoral-nega-fraude-denunciada-por-lopez-obrador-a48yqhsskw5wrfm6rj16kau6m/>. Acesso em: 28 dez 2023.

²¹ Cf.: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-01/tse-isenta-urnas-eletronicas-suspeitas-apresentadas-psdb/>. Acesso em: 28 dez 2023.

²² Cf.: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/aecio-rebate-bolsonaro-nao-houve-fraude-urnas-2014/>. Acesso em: 28 dez 2023.

falsamente que ele foi o real vencedor das eleições de 2020, que ele venceu no estado da Geórgia (em que supostamente teria havido uma fraude maciça, com direito a cédulas misteriosas e votos em nome de pessoas falecidas), que 66 mil eleitores eram menores de idade (algo que seria irregular), além de diversas acusações infundadas sobre a lisura da eleição em outros estados²³.

Algo bastante marcante na administração Trump (2016-2020) foi o seu uso constante das plataformas de mídias sociais (particularmente o Twitter, atual X). Foi nesses espaços em que o ex-presidente frequentemente afirmou “que as eleições americanas são sempre fraudadas, porque milhões de imigrantes ilegais, que não podem votar, votam nos democratas – embora vários órgãos já tenham investigado as acusações e atestado nunca terá vindo logro” (Mello, 2020). A jornalista Patrícia Campos Mello aponta “a estratégia do governo Trump de ignorar a imprensa e se comunicar direto com os apoiadores”. Mas o esforço trumpista não se restringiu ao seu público cativo: “A campanha de Trump não se serviu das mensagens micro-direcionadas²⁴ apenas para empolgar segmentos específicos de seu eleitorado, mas também para manipular eleitores democratas, fazendo-os desistir de votar”.

Sua capacidade de cativar e coordenar um grupo ideologicamente constituído²⁵ se mostrou extremamente poderosa durante todo o seu governo. Ainda durante as eleições de 2020, Trump e seus seguidores deram início a uma campanha denominada “Stop the steal” (Parem com o roubo), em alusão à suposta fraude que havia acontecido naquela eleição. Centenas de milhares de perfis se reuniram em grupos do Facebook ligados à temática da falsa fraude eleitoral²⁶. Eram pessoas que não tinham exatamente como bandeira ideológica o fato de que as eleições americanas tinham falhas de segurança. Mas sua filiação ao pensamento trumpista os impelia a defender também essa pauta. Para a perspectiva bakhtiniana, a atitude desses sujeitos se traduz em uma resposta (um ato responsável) ao discurso de alegação de fraude produzido pelo então presidente Donald Trump. Tais pessoas decidem se alinhar ao discurso produzido pelo político, assumindo assim uma postura ideológica. Assim, para Bakhtin, “o sujeito-autor assina e assume uma responsabilidade ético-responsiva em cada discurso que materializa e que revela determinados valores éticos e determinada voz social” (Molinari, 2021, p. 80).

²³ Cf.: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/veja-27-mentiras-ditas-por-trump-sobre-a-eleicao-de-2020-segundo-acusacao-da-georgia/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

²⁴ Trata-se aqui do direcionamento de conteúdos específicos para públicos específicos, o qual se dá nas plataformas de mídias sociais pela utilização de um algoritmo responsável pela entrega desses materiais conforme as preferências evidenciadas no uso das contas pessoais.

²⁵ Essa temática será tratada com maior profundidade na seção 3.2.

²⁶ Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55042130>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Pode-se apontar que o ápice da demonstração do poder de liderança do Trump se deu em 06 de janeiro de 2021, no episódio que ficou conhecido como a invasão do capitólio. No dia em questão, no qual o então vice-presidente Mike Pence reconheceria o resultado das eleições, como parte do rito estadunidense de passagem de faixa, um enorme grupo de eleitores do Trump se encaminhou em direção ao Capitólio para exigir que Donald Trump fosse investido novamente da presidência. No início da tarde, Trump declamou um longo discurso.

Vamos caminhar até o Capitólio, e vamos celebrar com nossos bravos senadores, congressistas e mulheres, e provavelmente não vamos celebrar tanto com alguns deles. Porque vocês nunca terão de volta o nosso país com fraqueza. Vocês têm que mostrar força e vocês têm que ser forte. Chegamos aqui para exigir que o Congresso faça a coisa certa e apenas contar os eleitores que foram legalmente previstos. Sei que todos aqui em breve estarão marchando para o prédio do Capitólio, para fazer suas vozes pacíficas e patriotas serem ouvidas. (Naylor, 2021, tradução nossa²⁷)

Como visto, fica evidente o estímulo direto da parte de Donald Trump para as ações que se sucederam no prédio do capitólio. É difícil delimitar o quanto do ato foi idealizado pelo próprio governo Trump e o quanto foi elaborado pelos seus apoiadores, entre a população norte-americana. De todo modo, é inegável que Trump não apenas questionou o resultado da eleição de forma infundada, mas também pregou essa ideia para seu público, levando essas pessoas a responderem ao seu discurso por meio de atitudes mais drásticas para evitarem a concretização do suposto roubo propalado. Além do prejuízo patrimonial e à própria democracia estadunidense, o ataque ao Capitólio resultou ao menos na morte de dois manifestantes e três policiais nos dias seguintes ao ataque. Ademais, nos meses seguintes, quatro agentes de segurança que defenderam o Capitólio cometeram suicídio. Outros 140 policiais ficaram feridos²⁸.

Na eleição de 2021, no Peru, a filha de Alberto Fujimori – que presidiu o país de 1990-2000 e esteve preso nos 16 anos seguintes²⁹ –, Keiko Fujimori, alegou ainda no dia da eleição (07 jun. 2021) uma suposta série de irregularidades e vários indícios de fraude em seções rurais

²⁷ “We’re going to walk down to the Capitol, and we’re going to cheer on our brave senators and congressmen and women, and we’re probably not going to be cheering so much for some of them. Because you’ll never take back our country with weakness. You have to show strength and you have to be strong. We have come to demand that Congress do the right thing and only count the electors who have been lawfully slated, lawfully slated. I know that everyone here will soon be marching over to the Capitol building to peacefully and patriotically make your voices heard.”

²⁸ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

²⁹ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czk2z81jd00o>. Acesso em: 02 jan. 2024.

do país. Apesar do resultado acirrado, diversos órgãos internacionais descartaram a possibilidade de fraude nas eleições peruanas³⁰.

Em 2023, antes mesmo da eleição em 23 de julho, alegações sobre fraude eleitoral se espalharam nas mídias sociais e lançaram dúvidas sobre os resultados do pleito espanhol. Tais mensagens eram alinhadas aos apoiadores do Partido Popular e do Partido Vox, ambos ligados à direita no país (o segundo caracterizado como de extrema-direita por acadêmicos), acusando Pedro Sanchez, do Partido Socialista Operário Espanhol, de macular o pleito³¹. A estratégia de Alberto Feijóo se assemelha à utilizada por Trump ao arregimentar seus eleitores para sua investida contra o sistema eleitoral espanhol. Assim como no caso estadunidense, o candidato fez uma série de acusações contra o uso de cédulas pelo correio, chegando inclusive a apelar à integridade dos carteiros.

Em 2023, Javier Milei também alegou ter sido roubado no resultado eleitoral na Argentina. Sem apresentar provas, ele acusou as forças de segurança de alterarem o conteúdo das urnas para favorecer Sergio Massa. Tal caso se deu após o resultado do primeiro turno, que lhe foi desfavorável³². Segundo o documento enviado pelo partido do candidato, as violações teriam sido informadas por fontes que preferiram permanecer anônimas. Após a vitória de Milei no segundo turno, houve uma drástica redução no volume de mensagens que circulavam nas redes alegando supostas fraudes nas urnas³³.

Na eleição portuguesa de 2024, um dos principais representantes do partido de direita radical Chega, o político André Ventura, ainda em meados da campanha, utilizou a carta da fraude eleitoral, tática utilizada, como visto nesta seção, por vários políticos de extrema direita em todo mundo. Tal tentativa de desinformação se deu também das plataformas de mídias sociais, atingindo, segundo um estudo do ISCTE, cerca de 733 mil pessoas³⁴. Parte desse discurso falso alegou que emigrantes relataram não estarem recebendo os votos por correio e ainda que pessoas da esquerda iriam anular os votos de eleitores da direita³⁵. No final do pleito

³⁰ Cf. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/08/pedro-castillo-amplia-vantagem-e-keiko-fujimori-fala-em-fraude-no-peru.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2024.

³¹ Cf. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/21/alegacoes-sobre-fraude-eleitoral-e-discurso-de-odio-se-espalham-na-espanha-antes-de-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2024.

³² Cf. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/11/16/repetindo-trump-e-bolsonaro-campanha-de-milei-denuncia-fraude-colossal-dias-antes-das-eleicoes-na-argentina.ghtml>. Acesso em: 02 jan. 2024.

³³ Cf. <https://www.aosfatos.org/bipe/vitoria-milei-alegacoes-falsas-fraude-eleitoral/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

³⁴ Cf. <https://observador.pt/2024/03/07/alegada-fraude-potenciada-pelo-chega-no-x-atingiu-mais-de-733-mil-pessoas-diz-estudo-do-iscte/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

³⁵ Cf. <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/andre-ventura-o-aliado-de-bolsonaro-que-pode-consolidar-a-direita-radical-em-portugal,0dc036f5d2de735a55fc94b816acb43a0cc7ztfi.html>.

português, o partido Chega alcançou 18.1% dos votos, o dobro do percentual da eleição anterior.³⁶

2.1.1 HISTÓRICO DE FALSAS ALEGAÇÕES DE FRAUDES NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

No Brasil, desde 2018, o então candidato Jair Messias Bolsonaro criou uma enorme campanha de desinformação acerca da segurança e idoneidade das urnas eleitorais utilizadas no pleito no Brasil. Como dito, as falsas alegações sobre as fraudes nas urnas foram o conteúdo de desinformação mais compartilhado naquele período. Na eleição presidencial seguinte (2022), ficou ainda mais evidente o quanto esse conteúdo dominou as plataformas de mídias sociais, repercutindo na cobertura jornalística e no debate público.

Ainda em setembro de 2018, a poucos dias do primeiro turno, Bolsonaro iniciou o discurso de que as urnas poderiam ser fraudadas, em uma transmissão por uma rede social, indicando o medo de “perder na fraude”³⁷. Segundo o então candidato, o TSE teria entregado o código de segurança das urnas eletrônicas para uma empresa venezuelana, a OEA (Organização dos Estados Americanos) teria identificado fraudes nas urnas para beneficiar o PT, entre outros discursos que começaram a circular nas redes sociais.

Em outubro de 2018, mês em que se realizaram os dois turnos da eleição daquele ano, uma série de mensagens falsamente apontava a suposta apreensão pela PF (Polícia Federal) de urnas adulteradas com votos para Fernando Haddad (PT), que o ex-ministro petista Antonio Palocci havia dito que o partido teria encomendado urnas para fraudar as eleições, além de vídeos supostamente mostrando que urnas estavam autocompletando votos no Haddad. Em uma transmissão ao vivo, logo após o primeiro turno, Bolsonaro afirmou que, “se tivéssemos confiança no voto eletrônico, já teríamos o nome do futuro presidente da República decidido no dia de hoje”³⁸. Entretanto, logo após sua vitória no segundo turno, Jair Bolsonaro não citou supostas fraudes nem questionou o resultado do pleito.

³⁶ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v1r44lekdo>. Acesso em: 10 abr. 2024.

³⁷ Cf. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/16/pela-primeira-vez-apos-ataque-bolsonaro-usa-rede-social-para-fazer-campanha-ao-vivo.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

³⁸ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62311882>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Em 2019, a deputada alinhada ao bolsonarismo³⁹ Bia Kicis apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 135/2019) para implantação de cédulas impressas (comumente chamado de “voto impresso”) e “conferíveis” (termo presente na ementa da PEC) no sistema de votação brasileiro, que é eletrônico (Brasil, 2019). Apesar da iniciativa não ter sido do então presidente Jair Bolsonaro, a deputada, enquanto agente política, estava atuando como resposta colaborativa aos vários esforços realizados pelo presidente principalmente no período de sua campanha.

No ano seguinte (2020), em que aconteceriam as eleições municipais, o discurso falso sobre fraude nas urnas voltou à tona. Por um longo período, Bolsonaro afirmou que possuía provas de que as fraudes nas urnas o impediram de ser eleito no primeiro turno⁴⁰. Dois eventos acabaram desencadeando uma enorme quantidade de compartilhamento de mensagens falsas sobre fraudes eleitorais. O primeiro foi um suposto ataque hacker que invadiu o sistema do TSE. Esse caso acabou servindo de justificativa para o disparo de uma série de conteúdos desacreditando a segurança do sistema eleitoral brasileiro⁴¹. O segundo foi a derrota da maioria dos candidatos alinhados ao bolsonarismo nas eleições municipais. Esse fato catalisou a consolidação do chamado “voto auditável” (que, na verdade, tratava da inclusão retrógrada e ineficiente de cédulas impressas) como pauta entre os apoiadores de Jair Bolsonaro. O próprio presidente, ao atacar o ministro do STF Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, afirmou que apenas queria “transparência”⁴².

Em 2021, os discursos sobre fraudes nas urnas continuaram se avolumando. Foi em 8 de julho daquele ano que ele fez a declaração que dá título à essa pesquisa: “Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições”⁴³. Apesar de prometer apresentar as supostas provas de fraudes que teriam ocorrido no pleito de 2014, em uma transmissão ao vivo marcada para 29 de julho, Bolsonaro simplesmente repetiu desinformações antigas e já desmentidas⁴⁴. Em 10 de agosto de 2021, a chamada “PEC do voto impresso” foi arquivada na Câmara dos

³⁹ “Bolsonarismo” foi o termo que se convencionou para nomear o conjunto de ideias, traços identitários e pautas ligadas ao político Jair Bolsonaro. Trata-se de um movimento de caráter populista e reacionário. Trataremos sobre este tema com mais profundidade na seção 3.2.

⁴⁰ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-provara-que-houve-fraude-na-eleicao-de-2018/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

⁴¹ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/ataque-hacker-ao-tse-nao-violou-seguranca-do-sistema-das-eleicoes/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

⁴² Cf. <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/7412/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

⁴³ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/ou-fazemos-eleicoes-limpas-no-brasil-ou-nao-temos-eleicoes-diz-bolsonaro-em-nova-ameaca.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁴⁴ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-promete-provas-de-fraude-mas-apresenta-alegacoes-já-desmentidas-sobre-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Deputados⁴⁵, o que não arrefeceu os discursos de desinformação propelidos por Jair Bolsonaro e seu entorno sobre a dita necessidade do “voto impresso” e de fraudes e insegurança nas urnas. Em 7 de setembro daquele ano, data cívica que foi apropriada pelo movimento “bolsonarista”, Bolsonaro disparou ataques ao STF, particularmente na figura do ministro Alexandre de Moraes, que assumiria a presidência do TSE durante as eleições de 2022⁴⁶. Em novembro desse ano, Bolsonaro afirmou estar mais tranquilo quanto à segurança das urnas, pois as Forças Armadas haviam sido incluídas na Comissão de Transparência das Eleições⁴⁷, na figura do General Heber Garcia Portella, comandante de Defesa Cibernética⁴⁸.

Em 2022, o discurso de desinformação alegando fraude nas urnas chegou ao seu ápice, o que se deu justamente por ser o ano do pleito presidencial. Boa parte das mensagens disparadas em plataformas de mídias sociais questionavam a segurança das urnas e a parcialidade do TSE, além de atribuir aos militares uma suposta intervenção no órgão em nome da transparência das eleições⁴⁹. Em vários momentos, Bolsonaro falou do risco de “pairar a dúvida” sobre o resultado das eleições, independentemente do vencedor, além de várias vezes se evadir de responder ao questionamento sobre se aceitaria o resultado das eleições de 2022. Diversas organizações iniciaram então uma reação contra as declarações de Bolsonaro acerca da suposta insegurança das eleições brasileiras, formando uma espécie de frente democrática, incluindo TSE, entidades civis e partidos políticos⁵⁰. Bolsonaro, por conta de sua aproximação com o ex-presidente Donald Trump, também declarava ter havido fraude nas eleições estadunidenses, e o fez durante um discurso um pouco antes de encontrar o presidente eleito dos EUA Joe Biden⁵¹.

Em 18 de julho de 2022, já durante o período eleitoral, Jair Bolsonaro, usando a estrutura governamental, convocou mais de 70 países para fazer a posteriormente conhecida como “reunião com os embaixadores. Nessa reunião, ele fez uma série de afirmações alegando

⁴⁵ Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/10/em-derrota-para-bolsonaro-camara-rejeita-e-arquiva-pec-do-voto-impresso.ghtml>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁴⁶ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/em-discurso-no-7-de-setembro-bolsonaro-repete-alegacoes-falsas-para-atacar-adversarios-e-eleicoes/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁴⁷ Cf. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Setembro/tse-cria-comissao-para-ampliar-fiscalizacao-e-transparencia-do-processo-eleitoral>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁴⁸ É importante ressaltar que as Forças Armadas tiveram grande participação na elaboração da urna eletrônica brasileira, incluindo a logística de distribuição das urnas pelo país. Cf. <https://www.dw.com/pt-br/urna-eletr%C3%B4nica-foi-criada-com-a-ajuda-de-militares/a-62561206>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁴⁹ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/barroso-diz-que-forcas-armadas-sao-orientadas-a-atacar-processo-eleitoral/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵⁰ Cf. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5023399-reacao-em-peso-na-defesa-da-democracia.html>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵¹ Cf. <https://veja.abril.com.br/mundo/pouco-antes-de-encontro-com-biden-bolsonaro-cita-fraude-eleitoral-nos-eua>. Acesso em: 06 jan. 2024.

fragilidade na segurança das urnas eletrônicas⁵². Durante o período anterior e posterior à eleição de 2022, que aconteceu no mês de outubro, houve um número incomensurável de conteúdos de desinformação sobre as urnas que circularam em plataformas como WhatsApp e Telegram⁵³. Em 22 de novembro, o Partido Liberal (PL) questionou formalmente o funcionamento das urnas no segundo turno. Curiosamente, sua ação inquiria apenas o segundo turno da eleição, mas não o primeiro, em que vários candidatos do PL alcançaram a vitória por meio das urnas que eles posteriormente contestaram.

As ações de alegações infundadas contra as urnas do então presidente Jair Bolsonaro (que se deram desde 2018) não se deram como um ataque por si só, mas foram responsáveis por influenciar diversos apoiadores a serem bastante vocais nessa pauta. Após a derrota de Bolsonaro no 2º turno das eleições (30 de outubro), os autodenominados “patriotas” montaram acampamento em frente a diversas estruturas das Forças Armadas em várias cidades do país, defendendo pautas golpistas e antidemocráticas. Entre os manifestantes, imperava a tese de que seria necessário esperar “72 horas” em mobilização para garantir alguma repercussão contra o resultado das urnas. Os manifestantes permaneceram um total de 1.689 horas acampados esperando tal prazo⁵⁴.

Diversos atos violentos, discursos golpistas e cenas cômicas foram registradas durante esse período, incluindo diversos atos de vandalismo que ocorreram em 12 de dezembro⁵⁵, quando se deu a diplomação do presidente eleito. Nesses dois meses finais de seu mandato, o então presidente Jair Bolsonaro esteve em reclusão e se manteve longe das transmissões. Em 30 de dezembro, fez sua última transmissão ao vivo enquanto mandatário, falando com voz embargada algumas vezes e fazendo longas pausas. Na tarde daquele dia, ele embarcou no avião presidencial rumo aos EUA⁵⁶.

Em 2023, um evento se constituiu como o ápice do considerado golpismo e da influência do discurso de desinformação acerca da idoneidade do pleito de 2022. No dia 8 de janeiro, cerca de 3.900 manifestantes radicais bolsonaristas foram até Brasília e avançaram sobre a Esplanada dos Ministérios e, pouco tempo depois, depredaram os prédios públicos do Congresso Nacional,

⁵² Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/relembre-a-reuniao-de-bolsonaro-com-embaixadores-que-o-tornou-inelegivel.ghhtml>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵³ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63097867>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵⁴ Cf. <https://especiais.g1.globo.com/politica/2023/so-mais-72-horas-acampamento-bolsonaristas-radicaais/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵⁵ Cf. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/13/como-foram-os-atos-de-bolsonaristas-radicaais.ghhtml>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵⁶ Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/aviao-presidencial-decola-presidencia-nao-informa-se-bolsonaro-embarcou.ghhtml>. Acesso em: 06 jan. 2024.

do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto⁵⁷. Com inspirações no ataque ao capitólio norte-americano, os autodenominados “patriotas” esperavam, por meio desse ato, reverter o resultado das urnas e endossar um golpe militar, o qual, segundo pensavam os manifestantes, só seria possível mediante o apelo popular e o estado de caos e baderna. O resultado foi a detenção de mais de 1500 pessoas, além de uma série de investigações e decisões políticas, legislativas e judiciais em resposta ao ato golpista. Em 30 de junho de 2023, Jair Bolsonaro foi declarado inelegível por maioria de votos da corte do TSE⁵⁸.

Esse conjunto de ações do ex-presidente Jair Bolsonaro aponta para um modo de fazer política pautado no enfrentamento político (em vez de coalisão), ataque às instituições (contrariando o ideal de fortalecimento dos órgãos políticos), aspirações antidemocráticas (em lugar de manutenção da democracia) e desapego à verdade no ambiente político (adotando a falsidade nos discursos). Enquanto governante de caráter populista e ligado ideologicamente à extrema direita, a carreira política de Bolsonaro é marcada pelo militarismo (capitão reformado do Exército) e pelos diversos casos de “racismo, misoginia, xenofobia, homofobia e fascismo” (Dieguez, 2016, n. p.). Apesar de ter angariado sete mandatos legislativos, somente em meados de 2010 Jair passou a ter influência política nacional, a ponto de produzir um grupo de fiéis seguidores em volta de um conjunto de ideologias rotuladas após o seu nome (“bolsonaristas” e “bolsonarismo”).

Tal influência no meio público, considerando a dimensão axiológica circunscrita nas relações entre a linguagem e a vida social, se deu justamente por meio da linguagem, que é o lugar mais claro e também o mais completo de materialização do fenômeno ideológico. É na linguagem que reside todo tipo de interação, constituindo-se como o elemento de articulação entre de todo fluxo de comunicação na sociedade. Nesse fluxo, o ex-presidente Jair Bolsonaro, associado a uma mudança na atuação política de boa parte da sociedade brasileira, foi um ponto central para o discurso antidemocrático vigente fortemente durante o seu governo.

A palavra participa literalmente de toda interação e todo contato entre as pessoas: da colaboração no trabalho, da comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas etc. Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. [...] A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (Volóchinov, 2017, p. 106).

⁵⁷ Cf. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/100-dias-do-8-de-janeiro-relembre-o-ataque-aos-tres-poderes-e-seus-desdobramentos,a4baf6b15781b8da1eabd614c89162d4dki14ln2.html>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁵⁸ Cf. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Desse ponto de vista, ideologia e linguagem se fundem em realidades interligadas. Levando isso em consideração, a importância desse histórico de falsas alegações sobre fraudes nas eleições brasileiras também reside na sua direta influência para a produção dos discursos de desinformação que serão analisados na seção 5 desta dissertação, constituindo-se como reflexo e refração dos valores ideológicos pontuados por Jair Bolsonaro. Na perspectiva dialógica do discurso, “as vozes sociais se constituem na relação com vozes anteriores e, ainda, direcionam-se a outras vozes, suscitando novos diálogos e respostas”. Desse modo, o entendimento de sentido do diversos enunciados representados no *corpus* desta pesquisa se dá pela recuperação das “vozes sociais com as quais ele conversa, os discursos já-ditos que remetem a uma determinada ideologia e visão de mundo representativas de um dado grupo social” (Molinari, 2021, p. 73). Para compreender esse fenômeno, a subseção seguinte irá tratar desse painel ideológico com base em Lynch e Cassimiro (2022) e Nunes e Traumann (2023).

2.2 Bolsonarismo, populismo reacionário e polarização

À semelhança de outros movimentos personalistas, como o trumpismo e o fujimorismo, o chamado bolsonarismo é resultado de uma série de acontecimentos e fenômenos que se deram desde 2013. Assim, a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder e a estabilização de um movimento político-ideológico de extrema direita não se deu no vácuo, mas é fruto de um conjunto de elementos praticamente contemporâneos e que foram produzidos em uma cadeia de ações (Dieguez, 2022).

O primeiro fenômeno que podemos elencar é o produto de uma série de eventos que resultaram em um descrédito do poder e da representatividade política no Brasil⁵⁹. Desde as manifestações de junho de 2013, passando pela atuação da operação “Lava Jato” e chegando até o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o país foi marcado por um grande momento de desestabilização política (Lynch; Cassimiro, 2022). A resposta pública ao descontentamento patente nas manifestações de 2013 veio do setor judiciário, particularmente por meio de iniciativas como “As 10 medidas contra a corrupção” e pela performance largamente afiançada por parte significativa da imprensa. Tais iniciativas, porém, acabaram por reduzir a solução dos problemas da nação, incluindo, por exemplo, desigualdade social e desemprego, ao mero combate à corrupção em seu sentido de ilicitude, vantagem indevida. Desse modo, todo o mérito

⁵⁹ Este se trata de um tema com uma dimensão bastante ampla e não é do interesse desse trabalho exaurir esse histórico. Para mais informações sobre o tema, é indicada a leitura dos livros “O Brasil dobrou à direita”, do sociólogo Jairo Nicolau, “O populismo reacionário”, dos professores Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro, “Limites da democracia”, do filósofo Marcos Nobre, e “O ovo da serpente”, da jornalista Consuelo Dieguez.

da atividade política era reduzida a esse aspecto moral (que é importante, mas não suficiente), ao mesmo tempo alavancando a carreira de diversas figuras do judiciário.

O ativismo Judiciário, ou judiciarismo, expresso pela Lava Jato, passou a representar, aos olhos da população frustrada, uma resposta para promover a renovação das práticas políticas - resposta que, por óbvio, projetou os próprios juízes e promotores como novos atores políticos, na medida mesma em que "cassavam" políticos profissionais acusados de corrupção (Lynch; Cassimiro, 2022).

Ao mesmo tempo em que nomes como Janaina Paschoal, Deltan Dallagnol e Sérgio Moro passaram a representar ao grande público uma chance de renovação no sistema político mediante sua ação no campo judiciário, a classe política era cada vez mais enxergada como a banda podre do poder público, criando uma atmosfera de ojeriza à política como uma prática típica de "ladrões". Assim, por um lado, o judiciário ganhou um aval público para "refundar o país com base em princípios constitucionais republicanos e democráticos" (Lynch; Cassimiro, 2022); por outro lado, os políticos perderam sua legitimidade enquanto representantes eleitos constituídos para administrar o bem público⁶⁰. Essa conjuntura de vazio de representatividade política contrastada com a promoção de agentes judiciários (ilustrada por frases cotidianas como "todo político é ladrão", "entra na política pra roubar" etc.) marcou largamente esse período de 2013 a 2017.

A criminalização da política decorrente da Operação Lava Jato acentuou a divisão entre petistas e antipetistas, com o segundo núcleo catalisando vários movimentos diversos que discordavam entre si, mas concordavam em se opor ao PT. Junto a ela, a recessão econômica que ocorreu entre 2015 e 2018 produziu uma significativa crise de legitimidade do sistema político brasileiro. Os jornais e suas manchetes contribuíram para a consolidação de uma crise generalizada que tornou o sistema partidário em algo fluido. Com o clima antipolítica criado, abriu-se espaço para que um candidato antipolítica tomasse o lugar do antipetista tradicional, o PSDB. É nesse contexto que o centro político explode, fragmenta-se, e Bolsonaro aparece como a alternativa mais viável eleitoralmente para aplacar a raiva contra a política (Nunes; Traumann, 2023).

⁶⁰ O primeiro capítulo do livro "O populismo reacionário" (Lynch; Cassimiro, 2022) é bastante eficaz na descrição dos embates internos e externos do poder judiciário que evitaram, por exemplo, uma atuação conjunta na mobilização por uma república semipresidencialista ou mesmo parlamentar. Houve também da própria parte da classe política uma reação antilavajatista que reduziu o poder de ação do judiciário e foi capaz de manter o governo popular de Michel Temer ainda no poder.

O segundo fenômeno que podemos considerar parte do que promoveu o bolsonarismo foi a ascensão das novas direitas⁶¹ internacionais. O processo de surgimento das novas direitas tem sido localizado globalmente na Europa, fomentado por questões referentes à recessão econômica de 2015, além da intensificação dos fluxos migratórios e a consequente crise dos refugiados (Santos; Obregon, 2019). Com isso, partidos marcados por uma nova configuração daquilo que se convencionou chamar de direita passaram a pautar mais intensamente temas ligados a um anticomunismo, política anti-imigração, islamofobia em países como França, Alemanha, Hungria etc. Posteriormente, essas bandeiras passaram a ter uma representação mais personalista por indivíduos que se destacavam no cenário político de cada país, a exemplo de Marine Le Pen (França) e Viktor Orbán (Hungria). Entretanto, em termos de representação internacional e poder de influência, o fenômeno mais significativo foi a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos.

Uma das principais fontes internacionais de inspiração para o governo Bolsonaro foi a vitória e o governo de Donald Trump nos Estados Unidos, modelo de populista reacionário. Trump explora de modo sistemático e deliberado, no plano político, o mal-estar do homem branco de classe baixa, de origem europeia, com a crise econômica e as transformações sociais da última globalização. A "decadência americana" é atribuída a uma desnaturação cultural da "América tradicional e autêntica", provocada pelo crescente contingente hispânico e afro-americano, e pelo predomínio de um establishment "globalista" de empresários, burocratas e intelectuais progressistas. A reação contra essa "elite" se dá pela adoção de um conservadorismo societal radical, reacionário e nacionalista, mas também antiestatista, fundado no imaginário de uma "boa e velha América", formada por famílias de pequenos proprietários rurais chefiadas por brancos (Lynch; Cassimiro, 2022).

Tal influência que a chegada de Donald Trump ao poder teve no restante do mundo pode se fundamentar em duas principais razões. Em primeiro lugar, devido a sua histórica hegemonia político-econômico-cultural desde o Século XX, o contexto social estadunidense é particularmente conhecido globalmente, seja pela sua indústria cultural ou pelos vários casos de intervenção política global. Assim, toda a movimentação política do país acontece em uma espécie de palco para o mundo, que já conhece o chamado “estilo de vida americano” e acompanha boa parte dos conflitos internos do país (por outro lado, os conflitos nos balcões ou em países menores da América Latina não costumam receber a mesma atenção do interesse

⁶¹ Neste trabalho, por não se tratar de uma proposta de descrição exaustiva desse grupo ideológico, termos como “nova direita”, “direita radical” e “direita alternativa” serão utilizadas com sentido semelhante. Já o termo “extrema direita” será usado para designar governos ou figuras com pouco compromisso com os valores democráticos.

global e dificilmente influenciam politicamente o público de outros países). Desse modo, os EUA em si já detêm um poder de influência bastante elevado.

Mas, em segundo lugar, a própria atuação do Donald Trump pode ser elencada como razão para compreender seu poder de influência. Fazendo uso de várias quebras de protocolo e estabelecendo uma dinâmica de enfrentamento e crise constante, Trump se colocou como representante de um “povo” contra o “sistema”, desacreditando a imprensa liberal, estabelecendo uma comunicação direta com seus seguidores em redes sociais e produzindo informações falsas ou distorcidas (Lynch; Cassimiro, 2022). Como visto nas seções 2.1 e 2.1.1, vários políticos da direita radical em todo o mundo adotaram um modelo trumpista de falsas alegações de fraudes nas eleições, além do emprego de outras estratégias ligadas ao uso de redes sociais e a um modelo autoritário de governo, como se vê em nomes como Narendra Modi, Nayib Bukele, Javier Milei e Jair Bolsonaro. Tal mobilização recebe ainda o suporte de uma série de supostos intelectuais, jornalistas e influenciadores⁶² dessa nova direita que atuam sobretudo no ambiente digital para impulsionar a propaganda da direita alternativa em todo o mundo. Para Nunes, esses influenciadores usam as plataformas digitais para se conectarem com as demandas sociais e emocionais de um público específico, variando entre frustrações, mágoas e outros desejos. Eles então buscam oferecer acolhimento, explicações, soluções simplistas e válvulas de escape que estejam alinhadas à pauta da direita radical (Nunes, 2022, p. 85).

Por fim, o terceiro fenômeno ligado ao avanço da direita radical no Brasil foi em si mesmo um movimento de reacionarismo. A mobilização reacionária se caracteriza como um movimento de regressão dos “processos de democratização, liberalização e secularização que marcaram a modernidade” (Lynch; Cassimiro, 2022). Em outras palavras, não se trata de uma mera interrupção de um desenvolvimento evolucionário (o que poderia ser identificado como uma forma de conservadorismo), mas sim da restauração de um estágio anterior mitologicamente identificado como superior.

No conservadorismo, a sociedade deve preservar suas instituições e valores fundamentais, de modo que, se a mudança social for inevitável, ela deve ser produzida e conduzida ‘dentro da ordem’, preservando as instituições e evitando rupturas. Já o horizonte do reacionarismo aponta para a possibilidade de regeneração de uma ordem perdida por meio de uma aceleração da ruptura com a ordem vigente, capaz de reconstruir no futuro uma sociedade equivalente àquela perdida no passado (Lynch; Cassimiro, 2022).

Esse tipo de pensamento possuía caráter minoritário no Brasil, sendo normalmente identificado em movimentos como o integralismo, que remetia às raízes católicas no Brasil e a

⁶² Para mais discussões sobre o papel dos influenciadores políticos, Cf. seção 5.2.

um passado heroico da conquista da terra pelos bandeirantes. Tendo o Brasil vivido uma administração de centro-esquerda no poder executivo por cerca de treze anos (2003 até abril de 2016), logo o Brasil passou a ver destacada uma mobilização “anticomunista”, a qual identificava aquele governo como pertencente a essa faixa ideológica. O chamado “anticomunismo” pressupõe que a esquerda seria movida por um projeto de poder com vinculação internacional e com finalidade revolucionária (Lynch; Cassimiro, 2022). Assim, a direita no Brasil conseguiu, ao representar a esquerda como símbolo de corrupção, banditismo e perversão, colocar a si mesma como uma ideologia respeitável, com defesa dos valores corretos e que combatia esse inimigo da nação (a esquerda). Tais perspectivas ideológicas estão bastante transparentes em dois dos quatro textos de desinformação analisados nesta pesquisa (cf. seções 5.1 e 5.3). Contudo, é possível argumentar que todos os demais casos de discursos de desinformação política no Brasil são frutos desse embate ideológico nacional.

Outro aspecto bastante importante nessa mobilização foi o seu apelo a elementos religiosos da sociedade brasileira. Seja nos discursos que representavam o embate político nacional como “uma guerra do bem contra o mal” ou pela própria participação em ritos e eventos religiosos, como o batismo e a presença em várias edições da chamada “Marcha para Jesus”, Jair Bolsonaro alcançou o alinhamento principalmente da população evangélica (incluindo distintamente, em termos de quantidade e forma, membros de igrejas históricas, pentecostais e neopentecostais), aderindo a suas pautas religiosas e recebendo também apoio dessa população em sua campanha e governo.

Um evento marcante dessa relação se deu em junho de 2013, quando o então deputado federal participou de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios organizada pelo pastor Silas Malafaia em protesto à aprovação do projeto de lei número 122, mais conhecido como Lei Anti-homofobia. Bolsonaro foi o único parlamentar de fora da bancada evangélica convidado para o evento. No final de seu discurso, no qual acusava a esquerda de querer desvirtuar “as nossas criancinhas”, ele soltou o seu já estabelecido slogan “Brasil acima de tudo” e, após uma breve pausa, acrescentou “e Deus acima de todos” (Dieguez, 2022).

Apesar de ainda apontar simbolicamente o início desse processo como nas manifestações de junho de 2013, é importante salientar a existência de expressões reacionárias anteriores a esse momento. É justamente por haver esse aparelho ideológico, ainda que em escala curta, que foi possível identificar cartazes como “não à ditadura comunista no Brasil” e “chega de doutrinação marxista”, os quais requerem uma elaboração pretérita para efetivar alguma comunicação. Tais ideias, incluindo a concepção de “marxismo cultural”, já eram versadas no Brasil por autores como Olavo de Carvalho, no livro “O Imbecil Coletivo:

atualidades inculturais brasileiras”, no qual o autor, em 1996, faz menção a Antonio Gramsci como propagador de uma estratégia de domínio global por meio da cultura, gerando uma espécie “intoxicação ideológica” no meio cultural e intelectual brasileiro. Assim, diversos atores da sociedade passaram a defender ideias como “bandido bom é bandido morto” e outros pensamentos que se sedimentaram no imaginário brasileiro em programas policiais sensacionalistas e em fóruns e plataformas de mídias sociais. É possível destacar o caso de um indivíduo chamado Marcello Reis e sua atuação engajada nas redes Orkut e Facebook desde 2006.

O empresário Marcello Reis – neto de militares e fruto de uma família de classe média baixa do bairro da Parada Inglesa, em São Paulo – tinha, desde 2006, uma página chamada Revoltados On Line (primeiro no Orkut e depois no Facebook), cujo objetivo era denunciar pedófilos na internet, mas que já semeava valores conservadores e o repúdio à corrupção em seus fóruns. Nos protestos de 2013, porém, Reis se transformaria no rosto mais visível da nova direita. Na onda das manifestações, o obscuro caçador de pedófilos ganhou notoriedade ao escrever improperios e xingamentos em sua página contra governos e políticos, principalmente os de esquerda. Nos vídeos que postava, aparecia, de boné e óculos escuros, defendendo intervenção militar (Dieguez, 2022).

Além da Revoltados On Line, páginas do Facebook como a Organização de Combate a Corrupção (com 400 mil seguidores à época, a qual já fazia elogios a Jair Bolsonaro) e o Movimento de Combate a Corrupção (com incríveis 1 milhão de seguidores naquele período) se caracterizavam pelo grande poder de mobilização política, ainda que distante dos espaços institucionais e caráter aparentemente apolítico. Em contraposição aos partidos políticos tradicionais, Sergio Silveira aponta como as novas lideranças e os articuladores políticos que já estavam inseridos no movimento se beneficiaram do fenômeno (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015). Como comunidade digitais já organizadas, esse tipo de concentração teve condições de se apropriar das pautas de junho de 2013, algo que não foi antecipado por alguns movimentos de esquerda que deram início aos protestos, ainda ao buscar a redução da passagem de ônibus.

Tal movimentação acabou marcando o fim da hegemonia da esquerda em movimentos sociais (especialmente em grandes protestos). Boa parte dos presentes eram pessoas difusamente insatisfeitas com os governos de então, sem definição de uma ideológica clara. O raciocínio óbvio era que, se eles estavam ali contra um governo de esquerda, logo, eles faziam parte da direita. Era o momento germinal de um ativismo de direita que começou a despontar em torno de figuras políticas chave (Dieguez, 2022). A percepção era que a representação política tradicional não era capaz de expressar a vontade popular, principalmente quando essa vontade parecia estar representada por algumas figuras fora das instâncias e poder ou com

ínfima participação enquanto agente político. Era então necessária uma reaproximação com uma suposta identidade autêntica do “povo”. Tal forma de representação pode ser nomeada como populismo. Trata-se de um conceito disputado politicamente. Nesta pesquisa, adotaremos o conceito de populismo de Lynch e Cassimiro:

Por “populismo” designaremos um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de **uma maioria contra o restante da sociedade**. Sua legitimidade reside na crença de que a competição eleitoral não visa a criar um consenso, mas revelar a maioria **autêntica** através de seu intérprete virtuoso, o líder carismático. Esse modelo populista de representação recorre a discursos baseados preferencialmente na linguagem dos afetos ou nas paixões, apelando a um “povo” concebido como um singular coletivo, não fictício e formado por indivíduos diferentes, mas como uma entidade homogênea dotada de vontade própria. O povo é considerado um agregado social **homogêneo** e exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível do povo, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou impedida na democracia liberal por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade, monopolizaria os recursos políticos, sociais e econômicos de poder (Lynch; Cassimiro, 2022, *kindle*, grifo nosso).

Como se percebe no excerto, um governo populista envolve a fabricação da imagem de um povo homogêneo⁶³ e unânime reunido em torno de um indivíduo que sintetiza seus valores. Para Lynch e Cassimiro (2022), o populismo pode ser de direita ou de esquerda, de acordo com os valores que orientam esse mecanismo de ação política. Além disso, o populismo também pode ser moderado ou radical. Enquanto, na modalidade moderada, o populismo não confronta a democracia e ainda pode fortalecê-la, na modalidade radical, o populismo é capaz de desafiar o Estado de Direito em nome de uma possível democracia iliberal, encarnada exclusivamente na figura do líder carismático. Tal modelo de autoritarismo é apresentado como o governo de um herói antissistema, capaz de enfrentar as limitações constitucionais da democracia em nome da derrubada do *establishment* e da almejada vitória do “povo”.

Desse modo, o populismo reacionário seria a expressão de um populismo radical de direita, marcado por uma defesa irrestrita da liberdade de expressão contra um suposto totalitarismo do sistema (enxergando a internet como um refúgio para essa liberdade) e pela resistência ao avanço social em nome de uma suposta cultura de um “povo verdadeiro”. A ideologia pressuposta por esse líder político envolve a ideia reacionária de restaurar a ordem, separando o mundo entre “bons nacionalistas e conservadores (o ‘povo’) e maus cosmopolitas

⁶³ Tal tentativa de homogeneização, em que se busca produzir um grupo uniforme, é também reproduzida em um dos textos de desinformação presentes no *corpus* dessa pesquisa, buscando contrapor o leitor a determinados grupos representados como inimigos (cf. seção 5.1).

e progressistas (o ‘antipovo’))” (Lynch; Cassimiro, 2022). Essa categorização dos cidadãos passou a vigorar largamente no Brasil, vinculando-se à forma como cada um se identificava: “a posição política passou a ser parte da identidade de cada um e o seu diferencial em relação ao outro” (Nunes; Traumann, 2023).

Nunes e Traumann também apontam essa chamada “polarização”⁶⁴ como um fenômeno vinculado à volta do populismo mundial, caracterizado por um forte antagonismo entre as partes e a centralidade do debate no âmbito moral. Em países como Estados Unidos e Brasil, os autores advogam a existência de um engessamento das opiniões políticas que se transformaram na identidade de cada eleitor. Assim, a escolha entre Lula e Bolsonaro não se resumiu ao momento da eleição em 2022, mas ultrapassou para questões de apreço a artistas, empresas ou veículos de imprensa que dão suporte a um dos lados. Essa cristalização da posição política é o que Nunes e Traumann denominam “calcificação”.

A calcificação crescente é uma consequência lógica da polarização crescente, mas os conceitos não são idênticos. A polarização significa maior distância entre os eleitores de candidatos opostos em termos de valores, ideias e pontos de vista sobre política. A calcificação significa menos disposição de desertar do seu grupo, romper com seu candidato a presidente ou até votar no partido oposto. Há, portanto, menos chances de eventos novos e até dramáticos mudarem as escolhas das pessoas nas urnas (Nunes; Traumann, 2023).

Conforme afirmam ainda Nunes e Traumann, a capacidade de ouvir, respeitar e tolerar outros pontos de vista se constitui como um elemento essencial para o funcionamento de um regime democrático. Todavia, tal posicionamento parece impensável na lógica de um populismo reacionário, em que a disseminação de notícias que ajudam seu candidato, ainda que falsas, torna-se um ato necessário de pertencimento e de agência individual dos apoiadores (Nunes; Traumann, 2023). Essa participação ativa dos eleitores, transformados agora em reais militantes, tornou-se um marca em governos populistas reacionários, como os de Donald Trump e Jair Bolsonaro. No caso brasileiro, essa atuação se demonstrou nas urnas, nas manifestações, em contatos familiares, mas principalmente no ambiente digital das plataformas de mídias sociais, colaborando para a construção de um ambiente de desinformação e constante embate público.

Tratar dos aspectos sociais e políticos da maneira como se fez nessa seção é parte de um percurso teórico-metodológico preconizado pela Análise Dialógica do Discurso, tendo em vista

⁶⁴ “Polarização” é um termo considerado problemático por alguns pesquisadores por pressupor uma possível simetria entre as partes e compor a narrativa de algum grupo que argumenta pela radicalidade da porção antagonista (ainda que só o primeiro tenha adotado posturas radicais). Sobre isso, cf. o capítulo 6 do livro “Do transe à vertigem”, de Rodrigo Nunes.

a própria natureza do enunciado, cuja tecedura ideológica toca em outros fios do discurso, no caso, naqueles responsáveis por fomentar as pautas e valores desse populismo reacionário no Brasil.

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (Bakhtin, 1993, p. 86).

No caso da chamada “polarização”, será possível reconhecer em parte dos textos de desinformação elencados na análise elementos de embate contra determinados grupos representados como adversários. Esse caráter bélico nos textos de desinformação se constituem como justamente como prolongamentos, reelaborações de discursos anteriores, particularmente do ex-presidente Jair Bolsonaro, que representavam determinados setores como a esquerda, a imprensa e o STF como inimigos a serem combatidos. Tal comportamento do líder populista determinou várias das características desses discursos de desinformação, colaborando para firmar essa atmosfera de valorização das emoções em detrimento da verdade. Na próxima seção, abordaremos algumas características desse ambiente de pós-verdade e desinformação e questões relativas ao espaço em que acontecem esses discursos falsos: as redes sociais.

3 PÓS-VERDADE, DESINFORMAÇÃO E MÍDIAS SOCIAIS

O próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. As mentiras passarão para a história. (George Orwell, “All Art Is Propaganda: Critical Essays”)

O advento da internet foi acompanhado por um enorme otimismo cuja expectativa era centrada em elementos como liberdade de expressão, acesso livre e direto à informação e descentralização da produção de novas informações. Há uma série de pesquisadores que relatam a esperança daquele momento, de que “novos tempos para uma política radicalmente democrática e livre” (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015, p. 213), que “apenas mudanças positivas ocorreriam quando vivêssemos em comunidades hiperconectadas” (Wardle, 2017, p. 8), com uma “promessa de libertação e empoderamento das minorias” (Barbosa, 2022, p. 7).

Entretanto, tal expectativa não se consolidou. A rede passou por um processo de “plataformização” (o consumo de conteúdos digitais ocorre quase exclusivamente nas plataformas de mídias sociais) que afunilou o tráfego virtual. Assim, essas plataformas de mídias sociais geridas por *big techs* se tornaram verdadeiras proprietárias da internet. Além disso, o volume dessa conectividade mundial permitiu a ascensão de ideias e grupos conspiracionistas e reacionários anteriormente à margem da sociedade (Wardle, 2017). O enorme acesso à informação não garantiu o amplo acesso à verdade factual para todos os usuários da rede digital, tanto pela enorme quantidade de dados conflitantes quanto pela manipulação de atores da sociedade e agentes políticos, assim “nos levando para as trevas da desinformação” (Barbosa, 2022, p. 7). Além disso, se é possível falar em “empoderamento das minorias”, Sergio Silveira afirma que também se pode apontar um domínio massivo da nova direita em vários setores da rede digital quanto a temas politicamente influentes, fortalecendo “lideranças que aspiram a derrocada das democracias” (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015, p. 214).

Nesta seção, discutiremos alguns conceitos essenciais para compreender o fenômeno investigado nesta pesquisa, incluindo pós-verdade, filtros, desintermediação, desinformação e *fake news*. Além disso, trataremos do ambiente em que esses fenômenos se realizam: as plataformas de mídias sociais.

3.1 Reflexões sobre pós-verdade e desinformação

O termo “pós-verdade” ganhou relevância mundial quando o Oxford Dictionaries o escolheu como palavra do ano em 2016. Sua escolha pareceu óbvia, considerando que o termo obteve um crescimento 2000% do seu uso no ano anterior, dado o contexto político, com a

atuação da nova direita na concretização do chamado “Brexit”, a saída da Inglaterra da União Europeia. Segundo esse dicionário, pós-verdade é um fenômeno relativo a “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo à emoção ou crença pessoal⁶⁵” (McIntyre, 2018, tradução nossa). Nesse sentido, o prefixo “pós” não possui sentido temporal, como é o caso de pós-guerra ou pós-treino, em que esses elementos fazem parte de um passado. Na verdade, a ideia seria de que a verdade teria sido eclipsada, perdido a relevância para o debate público.

Assim, a pós-verdade é vista como um movimento internacional crescente em que alguns sujeitos se sentem em condições de tentar dobrar a realidade às suas crenças pessoais, em vez de seguir no sentido oposto (McIntyre, 2018). Isso traduz no fato de que figuras públicas ou agentes políticos não desenvolvem diretamente uma campanha contra a verdade enquanto crivo apropriado para as opiniões. Na realidade, eles se preocupam em apresentar fatos selecionados e convenientes que podem ser reinterpretados conforme o contexto político.

Assim como a discussão sobre “*fake news*” não é de fato algo novo, pois sempre houve mentiras, boatos e manipulação, é importante salientar que a ideia de uma verdade simples e objetiva sempre esteve em disputa. Desse modo, a ideia de pós-verdade não significa o rompimento de um período de pleno acordo sobre a precedência de critérios factuais para definição de opiniões particulares (McIntyre, 2018). Há até certa facilidade em citar exemplos anedóticos de casos já antigos em que crenças particulares se sobrepõem a aspectos factuais, ou ainda científicos (como a recomendação para não misturar manga e leite, por exemplo, a qual carece de base factual, ou mesmo dos chamados “remédios caseiros”).

Entretanto, há na contemporaneidade um aspecto essencial de distinção, que é o amplo acesso de boa parte da população à informação factual produzida por especialistas e normalmente comunicada por diferentes veículos de imprensa ou mesmo disponibilizada em diferentes *sites* na web. Apesar de não podermos pormenorizar o impacto do baixo nível de escolaridade de parte significativa da população brasileira, além de outras questões que serão debatidas em seguida, pode-se dizer que há informações factuais bastante disponíveis sobre diversos assuntos de interesse público. Não obstante, alguns líderes e agentes políticos passaram a desempenhar um comportamento negacionista, rejeitando determinados fatos e selecionando outros que justificariam a sua ideologia.

Os negacionistas e outros ideólogos adotam rotineiramente um padrão obscenamente alto de dúvida em relação aos fatos que eles não querem

⁶⁵ “Circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal beliefs”.

acreditar, em contraposição à completa credulidade quanto a quaisquer fatos que se encaixam em sua pauta política. O principal critério é favorecer suas crenças preexistentes. Isso não significa o abandono dos fatos, mas uma corrupção do processo pelo qual os fatos são coletados com credibilidade e se tornam confiáveis para moldar as crenças sobre a realidade. De fato, essa rejeição mina a ideia de que algumas coisas são verdadeiras, independentemente de como nos sentimos sobre elas, devendo ser do nosso interesse (e dos agentes políticos) aderir a elas (McIntyre, 2018, tradução nossa).⁶⁶

Percebe-se assim uma espécie de “supremacia” da ideologia, em que determinados fatos que ameacem essa ideologia são tratados como inconvenientes, sendo assim rejeitados. Assim, “estamos vivendo em um período de desvalorização dos fatos, uma vez que eles perdem crédito perante as crenças e emoções de cada indivíduo, que opta por crer e divulgar notícias que estejam de acordo com os seus desejos e com as suas convicções” (Molinari, 2021, p. 35). Tal atitude parece ter relação com aspectos da psicologia humana que colaboram com posturas como essa, como discutem Fernanda Bruno e Tatiana Roque:

Estudos de psicologia, como os de Stephan Lewandowsky, mostram que uma informação tida inicialmente como válida continua a influenciar o julgamento das pessoas, mesmo se provada falsa. Além de difundidas em grande volume, as mensagens da máquina de propaganda provêm de diferentes canais, o que favorece a credibilidade. Quando submetidas a um grande volume de informação, as pessoas usam heurísticas variadas para determinar se uma informação é digna de crédito, e a multiplicidade das fontes é um fator decisivo (Barbosa, 2022, p. 15).

É nesse ambiente em que determinados indivíduos performam discursos falsos intencionalmente, a chamada desinformação. Optando pela não utilização do termo “*fake news*”⁶⁷, Claire Wardle define a desinformação como um conteúdo intencionalmente falso e criado para causar danos (2020, p. 10). Ainda segundo a autora, a produção de desinformação é motivada por três fatores distintos: ganhar dinheiro; ter influência política, seja internacional

⁶⁶ “Deniers and other ideologues routinely embrace an obscenely high standard of doubt toward facts that they don’t want to believe, alongside complete credulity toward any facts that fit with their agenda. The main criterion is what favors their preexisting beliefs. This is not the abandonment of facts, but a corruption of the process by which facts are credibly gathered and reliably used to shape one’s beliefs about reality. Indeed, the rejection of this undermines the idea that some things are true irrespective of how we feel about them, and that it is in our best interests (and those of our policy makers) to attempt to find them”.

⁶⁷ Segundo a autora, além da expressão “*fake news*” não captar a múltipla realidade de discursos digitais falsos (conteúdos verdadeiros usados fora de contexto, memes, vídeos manipulados, mimetização de veículos de imprensa etc.), ela tem sido utilizada para atacar a imprensa e o jornalismo profissional. Nesta pesquisa, salvos alguns momentos excepcionais, optaremos também pela não utilização do termo “*fake news*”. Contudo, não condenamos completamente o uso do termo por acreditar que tal estratégia, ao menos nesse momento, é válida para comunicação com o grande público, que utiliza primordialmente esse termo. Além disso, trata-se de uma terminologia bem mais presente nos meios digitais, de modo que seu uso (no título da publicação, por exemplo) oferece mais chance de acesso do grande público. Este texto, no entanto, se caracteriza como um conteúdo de ordem técnica, demandando escolhas terminológicas mais apropriadas.

ou nacional; ou simplesmente causar problemas. Wardle ainda distingue a desinformação da “mesinformação”, em que alguém compartilha uma informação falsa sem saber de sua falsidade e sem a intenção de enganar, e da “malinformação”, que se refere a um conteúdo genuíno compartilhado com o interesse de prejudicar, como a fatídica divulgação do grampo da ligação entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o então ex-presidente Lula⁶⁸. O conjunto de desinformação, mesinformação e malinformação é denominado pela autora como “desordem informacional” (Wardle, 2020, p. 9)⁶⁹.

Apesar da discussão sobre pós-verdade remeter a séculos de atividade filosófica e científica sobre o tema, o interesse desta pesquisa se restringe principalmente à atuação de agentes políticos em meio a e na formação desse ambiente avesso à precedência dos fatos sobre as opiniões. Longe de ter uma ação de caráter apenas individual, o fenômeno da desinformação demonstrou seu potencial danoso durante a pandemia de COVID-19. Sobre isso, Molinari apontou que a “abundância de (des)informações sobre o tema, proveniente das mais diversas fontes, dificultou a procura por fontes e orientações confiáveis quando são efetivamente necessárias” (2021, p. 27). Nesse período, vários agentes públicos produziram conteúdos de desinformação sobre o tema, reduzindo a importância do vírus, promovendo curas milagrosas, provendo falsas origens da doença etc. Essa desinformação, elaborada principalmente pela extrema direita global, produziu – para uma grande parcela da população – um verdadeiro mundo alternativo de informações conflitantes com o mundo real, denominado por Leon Festinger e trabalhado por pesquisadores como o João César de Castro Rocha como dissonância cognitiva coletiva.

A dissonância cognitiva coletiva, ou seja, a criação de um mundo alternativo, de uma autêntica realidade paralela cujos delírios são tomados como verdade absoluta porque não mais ocorrem no plano individual, mas na arena pública, reunindo dezenas de milhões de pessoas conectadas o tempo todo por meio das redes sociais. O fenômeno é planetário, um desdobramento não planejado do alcance inédito do universo digital no dia a dia, em todas as esferas da vida. A extrema direita decifrou a Esfinge com rapidez, e, com uma sagacidade ainda maior, transferiu seu potencial para o domínio da política com o propósito nada secreto de despolitizar a *pólis* (Rocha, 2023, p. 37).

⁶⁸ Cf. <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 17 abr. 2024

⁶⁹ Há bastante mérito nas categorizações produzidas por Claire Wardle e demais autores na First Draft News, além de uma categoria específica para reunir todos esses itens. Entretanto, neste trabalho, não iremos adotar a nomenclatura “desordem informacional”, muito menos “caos informacional”, por acreditar que a ordem não é uma característica natural da informação, cujo fluxo se dá desordenadamente até mesmo no campo da informação. Cf. CARDOSO, L. H.; PEREIRA, E. C. Teoria do caos e gestão da informação: uma integração na complexidade dos negócios e dos sistemas de informação. **Transinformação**, v. 17, n. 3, p. 221–233, set. 2005.

Como já tratado na introdução, o uso político da mentira não é algo novo, principalmente em ambientes democráticos, em que os líderes governamentais recorrem à falsidade para manter a aprovação popular mesmo em meio a escolhas políticas de baixa adesão dos eleitores. Entretanto, o volume, a intensidade e as consequências que marcam a maneira como o debate público é atravessado pela desinformação somente foram possíveis com o advento das plataformas de redes sociais.

3.2 As redes sociais e seu papel na desinformação

Ao tratar de pós-verdade e desinformação como fenômenos contemporâneos, é necessário estabelecer que o ambiente em que se realizam boa parte dos discursos falsos não corresponde ao chamado “Mercado Competitivo de Ideias” de Stuart Mill. Para o filósofo iluminista (2017), a censura deveria ser algo inaceitável, pois mesmo as pessoas mais sábias já estiveram erradas sobre determinados temas. Assim, era necessária a confrontação pública e sem restrições de diferentes ideias para que a verdade pudesse emergir. Não que ele estivesse alheio ao fato de que questões como manipulação e preconceito poderiam afetar a aferição da verdade. Entretanto, para o autor, simplesmente não havia melhor opção do que o debate público.

A tese de Mill não é exatamente um consenso já em sua atuação no meio analógico (Cf. Stanley, 2018, p. 74-77). Contudo, a validade desse argumento em ambientes digitais de monopólios capitalistas parece ainda menor. Nas plataformas de mídias sociais como o Facebook, que anunciou um processo de mudança no algoritmo⁷⁰ em 2014⁷¹ para atender a demandas de experiência do usuário e publicidade (Martini; Costa, 2019, p. 149), a propagação de mensagens depende diretamente da ação das audiências, tanto no sentido de elas também serem as produtoras do conteúdo que circula na rede como pelo fato de seu comportamento (reações, comentários, curtidas, compartilhamento etc.) premiar alguns conteúdos e torná-los

⁷⁰ A ideia clássica de algoritmo é basicamente uma programação em código para que as plataforma tomem “decisões com base em instruções passo a passo e forneçam apenas saídas programadas”. Porém, o tipo de algoritmo do qual estamos tratando é uma forma mais poderosa de programação com potencial de aprender autonomamente novas instruções com base em tendências: o algoritmo com *machine learning*. “Os algoritmos com aprendizado de máquina [...] aprendem a tomar decisões por conta própria após serem expostos a dados de treinamento. Isso significa que eles se tornam mais complexos à medida que evoluem, tornando suas operações opacas até mesmo para os programadores” (Donoghue; Vieira, 2022).

⁷¹ Nesse ano, o Facebook anunciou a mudança no *feed* de notícias do usuário, que deixaria de apresentar conteúdos de acordo com a ordem cronológica e passaria a privilegiar conteúdos com maior interação e do maior interesse do usuário, segundo os dados coletados. É importante ainda salientar que autores como Eli Pariser já falavam em 2011 sobre a existência e os malefícios desse mecanismo, que são uma espécie de “autopropaganda invisível, doutrinando-nos com as nossas próprias ideias”. Além disso, tratando do aspecto sensacionalista e altamente motivado por emoções positivas da internet, “questões importantes, porém complexas ou desagradáveis [...] têm menos probabilidade de atrair a nossa atenção” (Pariser, 2012).

virais, atingindo ainda mais usuários de plataformas como Facebook, Instagram, Tiktok e Twitter/X. Assim, uma notícia (seja falsa ou verdadeira) ganha mais repercussão à medida que corresponda aos desejos e emoções de seu público, como aponta Eugênio Bucci:

A fórmula de fabricação de valor na indústria do imaginário implementada por empresas como Facebook e Twitter é genial e devastadora. Os usuários entram no jogo como mão de obra (gratuita e, logo, escrava), como matéria-prima (também gratuita) e, por fim, como mercadoria. Graças a esse modelo originalíssimo, o Facebook não gasta um centavo para comprar conteúdo; seus usuários atuam como digitadores, fotógrafos, locutores, atores, sonoplastas, escritores e tudo o mais. Os usuários, que fornecem alegremente a matéria-prima, são também os operários que confeccionam e empacotam textos, áudios e vídeos. Embora se vejam como "clientes" de um "serviço que imaginam gratuito, são por fim a mercadoria. São seus olhos que são vendidos aos anunciantes, o que, longe de aborrecê-los, parece alegrá-los (Barbosa, 2022, p. 46).

Diferentemente do plano analógico, em que os discursos visam diferentes propósitos, como comunicação, convencimento, críticas etc., na navegação digital (principalmente) interna e (também) externa às plataformas de mídias sociais, todo ato (seja verbal ou de caráter interativo) do indivíduo é (desde pelo menos 2014) coletado e utilizado para categorizá-lo e entregar o melhor conteúdo segundo suas crenças e interesses, de modo a manter esse indivíduo por mais tempo na plataforma (o qual é seu interesse, inclusive para categorizar esse usuário de maneira mais precisa e ser capaz de vender mais anúncios). Nas palavras de Dora Kaufman:

O Facebook monetiza sua gigantesca base de dados utilizando algoritmos de IA capazes de mapear a personalidade dos usuários, segundo informação da plataforma, com 80% de precisão. Com base em cliques e curtidas, contempla atributos como gênero, idade, formação, etnia, "desvios" de personalidade, orientação sexual, política e religiosa, doenças, uso de substâncias. De posse desse "conhecimento" sobre seus usuários, a rede social vende aos anunciantes uma potencial comunicação hipersegmentada ou personalizada de seus produtos e serviços (Barbosa, 2022, p. 55).

Por meio dessa hipersegmentação, os indivíduos passam a consumir conteúdos circunscritos à chamada “bolha” ou “filtro”, um ficto espaço discursivo digital que encapsula o indivíduo conforme suas interações. Se, por um lado, tal fenômeno parece inofensivo, ao indicar recorrentemente conteúdos de jogos eletrônicos para sujeitos interessados no assunto, por outro lado, ele pode significar um processo de radicalização para indivíduos que acabam não tendo acesso ao dissenso, sendo sua opinião reforçada por milhares de usuários (ou *bots*) com quem interage. Para Eugênio Bucci, em vez de ter aberto “vasos comunicantes entre múltiplas esferas públicas”, as redes sociais em sua arquitetura recente ajudaram a fortalecer “as muralhas que

separam as preferências egóicas e narcísicas” (Barbosa, 2022, p. 45). Ainda segundo Dora Kaufman:

[Esses filtros] promovem a homogeneização das relações sociais, mantendo as pessoas em círculos sociais fechados, formados por aqueles que pensam igual. Para a professora Lucia Santaella, a personalização dos filtros apresenta tendenciosidades que afetam significativamente o acesso à informação. A limitação dos indivíduos a uma exposição seletiva, alimentada pelos algoritmos, intensifica as tendências homofílicas – aquelas de só se buscarem concordâncias e fugir das discordâncias (Barbosa, 2022, p. 52).

Com as plataformas de mídias sociais exercendo pouca gerência em nome da divulgação de informações de qualidade, o chamado “engajamento” (repercussão de um conteúdo no âmbito interno da rede social) de determinado discurso se torna menos determinado pela sua veracidade e mais influenciado pela sua vinculação a um conjunto de convicções coletivas ou pelo potencial de suscitar fortes emoções, como medo, raiva ou indignação. Para Bruno e Roque, com a repetição desse discurso dentro da bolha, o indivíduo passa a acreditar em seu conteúdo, pois “as pessoas são mais suscetíveis a aceitar uma informação consistente com outras mensagens nas quais elas já acreditam” (Barbosa, 2022, p. 21). Esse conjunto de escolhas dessas plataformas não apenas individualiza a experiência digital, mas também influencia na forma como nos relacionamos com o mundo externo/analógico.

Tudo isso converge em tratar um erro bastante predominante nos primeiros debates acerca de desinformação, que justificavam a crença em informações falsas pela mera questão de ignorância, no sentido de formação. Tal asserção não se mostra verdadeira, pois, como já debatido, essa aderência a um discurso falso (ao menos da parte do grande público) se dá por questões de desejo, das crenças pessoais que coadunam e que são estrategicamente atingidas pela desinformação. Conforme descrevem Bruno e Roque, o autor do livro “A teoria da dissonância cognitiva”, Leon Festinger, demonstrou em 1957 que “as pessoas tendem a aceitar informações compatíveis com suas crenças anteriores e as processam com mais fluência”. Esse fator as torna mais resistentes à refutação ou à correção. Assim, o conteúdo presente na internet “não é uma foto nítida e em alta resolução da realidade; ela se parece mais com uma das manchas do teste de Rorschach” (Barbosa, 2022, p. 17). É possível afetar significativamente a leitura que o sujeito faz do panorama da realidade com base “em sua agenda política e ideológica” (Morozov, 2018, p. 21).

Ao retomarmos o conjunto de expectativas otimistas que cercavam a internet na primeira década do Século XXI, é possível destacar outra característica que veio a se mostrar um problema: a desintermediação. A expectativa anterior era de que o fim da intermediação da

política pela mídia traria um desenho da democracia mais transparente, até a própria representação eleitoral se daria de maneira mais direta e sem manipulações. Isso significaria o fim do império de massa da mídia e do controle dos meios de comunicação sobre as narrativas. Contudo, a utopia da desintermediação fez apenas surgir um desprezo pelo jornalismo e novas formas de conexão dos políticos com suas bases, incluindo a desinformação como estratégia política. As plataformas de mídias sociais, também mobilizadas por interesses capitalistas, tornaram-se o intermediário. Conforme corrobora Francisco Brito Cruz:

Se na mídia de massa a política era retratada quase como um esporte, a internet destravou as portas entre o campo e a arquibancada, franqueando a entrada de novos atores e lógicas no campo. Com efeito, diferentemente das emissoras de TV, por exemplo, esses novos intermediários não produzem o conteúdo que será consumido, e sim as suas condições de circulação. Quem produz ou propulsiona também somos nós: na foto do prato de comida que postamos, na curtida ou no compartilhamento. Ao nosso lado, empresas de mídia, jornais e revistas são convidadas a ocupar esse lugar. Assim, é inegável que isso abriu espaços inéditos de participação para muitas novas vozes no debate (Barbosa, 2022, p. 29).

Além de não atingir os objetivos esperados com o fim da intermediação por meio da mídia e da imprensa, a ascensão das redes sociais para desempenhar essa função gerou um problema de confiabilidade nas fontes de informação. Como garantir a veracidade das postagens que acessamos diariamente nas plataformas de mídias sociais se essas plataformas se idealizam como um território “neutro”⁷² no qual a informação simplesmente é distribuída sem qualquer ingerência?

Com o declínio na verificação e correção de informações, como devemos saber quais histórias são confiáveis? Embora as notícias da imprensa tradicional ainda estejam por aí, está ficando cada vez mais difícil dizer o que é uma peça bem checada e orientada por fatos e o que não é. E é claro que algumas pessoas preferem ler (e acreditar em) notícias que já se encaixam em seu ponto de vista anterior (McIntyre, 2018, tradução nossa)⁷³.

Ao utilizar as redes sociais como fonte de notícias ou informações, o usuário poderia (com auxílio da plataforma provendo conteúdos alinhados ao uso e preferências na rede) se

⁷² Durante um longo período, as tentativas de regulação das redes sociais, principalmente na Europa, consideraram as plataformas como “meras intermediárias passivas”, sem que elas fossem responsabilizadas pelo conteúdo nelas publicado por terceiro, exceto no caso de serem notificadas e não excluíssem o conteúdo. Contudo, com base em uma série de pesquisas, foi demonstrada a “influência da arquitetura das redes sociais para a disseminação de conteúdo nocivo à sociedade, como discurso de ódio e negacionismo” (Lopes, 2022). Assim, o discurso das plataformas como ambientes neutros caiu por terra. Entretanto, essa argumentação continua a ser utilizada por essas big techs, juntamente com questões como liberdade de expressão etc.

⁷³ “With the decline in vetting and editing, how are we supposed to know anymore which stories are reliable? While traditional news is still out there, it’s getting harder and harder to tell what is a well-sourced, fact-driven piece and what is not. And of course some people just prefer to read (and believe) news that already fits their point of view anyway.”

desfazer de fontes de notícia das quais ele não gosta. Dentro da rede social, o prometido acesso ilimitado a informações se transformaria em uma câmara de eco reforçando informações e opiniões do sujeito. A eleição de Donald Trump em 2016 demonstrou esse fenômeno com enorme didatismo.

A ascensão das mídias sociais como fonte de notícias embaçou ainda mais a distinção entre notícia e opinião, pois as pessoas compartilhavam histórias de blogs, sites de notícias alternativos e Deus sabe onde como se fossem todos verdadeiros. À medida que as eleições presidenciais de 2016 esquentaram, cada vez mais conteúdo nas mídias sociais se tornava partidário, o que se encaixava bem com uma onda de "raciocínio motivado" habilitada pela tecnologia. Poderíamos clicar nas "notícias" que nos eram mais agradáveis (independentemente de apuração ou checagem) em oposição a um conteúdo factual da grande mídia que seria menos palatável. Sem saber que eles estavam fazendo isso, as pessoas poderiam alimentar seu desejo de viés de confirmação (para não mencionar um conteúdo de notícias gratuito) diretamente, sem se preocupar em patrocinar fontes de notícias tradicionais. Por que pagar por uma assinatura de jornal quando você pode obter quantas notícias quiser advindas de amigos que tinham tanto a dizer sobre os eventos em que você estava interessado? (McIntyre, 2018, tradução nossa).⁷⁴

No Brasil, há um fenômeno concernente à conectividade capaz de potencializar o alcance e adesão às notícias falsas. Parte significativa dos brasileiros acessa a internet apenas por meio do celular, utilizando planos pré-pagos de telefonia. Vários desses planos de menor custo costumam oferecer acesso ilimitado a aplicativos como Facebook e WhatsApp, mas disponibilizam uma franquia (quantidade limitada de dados) para acesso à web. Assim, “terminado o pacote de dados, o usuário só pode acessar esses aplicativos, mas não pode abrir links, fazer uma simples pesquisa na internet ou ler notícias em portais de jornalismo ou de outras fontes” (Gagnani, 2018). Apesar dessa prática chamada *zero rating* trazer algum benefício aos usuários de baixa renda, já que lhes dá acesso gratuito à internet por meio de alguns aplicativos, aumentando como um todo a sua conexão à internet, ela acaba restringindo o acesso do usuário a todo o conteúdo disponível na internet, algo importante para prover

⁷⁴ “The rise of social media as a source of news blurred the lines even further between news and opinion, as people shared stories from blogs, alternative news sites, and God knows where, as if they were all true. As the 2016 presidential election heated up, more and more content on social media skewed partisan, which fit well with a motivated reasoning" vibe enabled by technology. We could click on "news" stories that told us what we wanted to hear (whether they had been vetted for accuracy or not) as opposed to some of the factual content from mainstream media that may have been less palatable. Without knowing that they were doing so, people could feed their desire for confirmation bias (not to mention score some free news content) directly, without bothering to patronize traditional news sources. Why pay for a newspaper subscription when you could get as many stories as you wanted from friends that had just as much to say about the events you were interested in?”

autonomia ao sujeito, condições de checar informações e a possibilidade de consumir conteúdos distintos às suas preferências e crenças pessoais⁷⁵.

Plataformas como Facebook e Twitter/X atuam com parte de seu tráfego de dados de forma pública, principalmente o último, com exceção de mensagens pessoais (*chatting*) e comunidades fechadas. Os usuários podem postar textos imagens de maneira privada, mas também publicamente, habilitando curtidas, comentários e compartilhamento de quaisquer usuários da rede e ficando sujeitos à entrega do seu conteúdo de acordo com questões relativas à propagação determinada por algoritmos. Contudo, essa dinâmica não está presente nas plataformas de mensagem pessoal, por meio de aplicativos de conversa e grupos fechados, como WhatsApp e Telegram. Enquanto tais aplicativos de mensagens com criptografia são importantes pela liberdade de expressão em ambientes privados, como apontam diversos ativistas, esses espaços que podem promover a propagação de notícias e informações praticamente sem monitoração se tornam um terreno fértil para propagação de desinformação, não sendo possível identificar como “os rumores começaram e como se espalharam pela rede” (Wardle; Dotto, 2020).

Instalado em 99% dos celulares no Brasil (Araújo, 2021), o fluxo de informações no aplicativo WhatsApp é marcado tanto pela desintermediação, em que o usuário envia e recebe mensagens com bastante autonomia e baixíssima monitoração, quanto pela potencial formação de grupos de câmara de eco – grupos de usuários com perspectivas ideológicas semelhantes que consomem informações internamente, graças à conexão ilimitada, e reforçam as crenças particulares. Em contraposição à descredibilização da imprensa, as mensagens que circulam dentro de um grupo fechado de pessoas próximas tendem a ser lidas com mais credibilidade, sem necessariamente um embasamento factual para tal, considerando também as crenças anteriores de cada usuário.

Por se tratar de uma plataforma mais difundida e com grande capilaridade em todos os segmentos da população, o WhatsApp funciona como um poderoso instrumento de confirmação de viés (*confirmation bias*). Por exemplo, se alguém já predisposto à xenofobia passa a ser bombardeado por mensagens que dizem que o vírus da covid-19 foi fabricado em um laboratório chinês com a intenção de quebrar as outras economias ao redor do planeta, o mais

⁷⁵ Outro fator de impacto no acesso a notícias, não somente no Brasil, é a adoção de *paywall* – mecanismo de acesso ao site da notícia apenas mediante assinatura do veículo de imprensa –, que impede o acesso a determinadas informações por aqueles que não pagam pelo serviço. Trata-se de um complexo. Por um lado, o jornalismo demanda bastante trabalho e precisa de custeio para produção de informação de qualidade. Por outro lado, restringir o acesso à informação de qualidade afeta o fluxo dos dados na internet, favorecendo a propagação de desinformação, a qual é barata, fácil de produzir e apela às emoções do público (Barbosa, 2022, p. 21). Sobre o tema, Cf. OWEN, Laura Hazard. Pessoas que pagam por notícias geralmente só têm uma assinatura, diz estudo. **Poder 360**, 23 jun. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/pessoas-que-pagam-por-noticias-geralmente-so-tem-uma-assinatura-diz-estudo/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

provável é que essa mesma pessoa que se identificou com tal teoria conspiratória a repasse imediatamente (Araújo, 2021).

Considerando o enorme consumo e produção de dados em um mecanismo de acesso fácil e constante da população, a construção de uma realidade alternativa – dissonância cognitiva coletiva, como apontado pelo João Cézar de Castro Rocha (Rocha, 2023) – se torna um instrumento de enorme potencial de manipulação político-ideológica, seja pela promoção de notícias ideologicamente alinhadas ao agente político ou pela própria difusão de desinformação acerca de algum desafeto político. Tal iniciativa de um partido, candidato ou alguém inserido na classe política é estimulada pelos desafios de regulamentar e penalizar o uso lesivo das plataformas de mídias sociais, permitindo atuação irregular impune no Brasil e no mundo⁷⁶.

3.3 Extrema direita e desinformação no Brasil

Conforme mencionado na segunda seção, a extrema direita no Brasil conseguiu com enorme sucesso utilizar a estrutura das plataformas de mídias sociais em benefício próprio, tanto em termos eleitorais quanto para fins populistas, aproveitando as diferentes arquiteturas digitais para criar um ecossistema de caráter reacionário. Essa mobilização digital, que cresceu ininterruptamente desde 2013, desembocou em 2018 com um enorme sistema constituído de apoiadores fortemente engajados em um projeto de poder populista, o qual se mostrou capaz, contrariando várias previsões da imprensa na época, de vencer as eleições naquele ano. Nesse meio tempo, Bolsonaro foi capaz de agregar pautas como anticorrupção e antipetismo, mas também religiosas, armamentistas, conservadoras e de setores como o “agro” e o “mercado”⁷⁷. Para Bruno e Roque, tal disparidade de bandeiras se concretizou em uma enorme capilaridade na rede, alcançando vários setores no meio digital em torno de um mesmo objetivo.

Um dos pontos fortes da estratégia eleitoral de Bolsonaro foi a difusão de mensagens em grupos, de confiança nos quais as relações entre os participantes vêm sendo construídas há tempos – desde 2014 – e a partir de interesses que não se restringem a política. Mensagens produzidas pelo aparato de campanha eram compartilhadas nesses grupos, de modo voluntário, por apoiadores reais do candidato. Após receber as mensagens, essas pessoas decidiam passá-las adiante, enxameando a rede. Ao fazer isso, a campanha de

⁷⁶ Cf. PIMENTEL, Matheus. Como está a ação sobre uso ilegal do WhatsApp na eleição de Bolsonaro. **Nexo Jornal**, 09 out. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/09/como-esta-a-acao-sobre-uso-ilegal-do-whatsapp-na-eleicao-de-bolsonaro>. Acesso em: 20 abr. 2024.

⁷⁷ “Bolsonaro foi capaz de reunir a seu redor evangélicos, empresários, ruralistas, operadores do mercado financeiro, militares, jovens ativistas, eleitores de centro ressentidos por ser chamados de fascistas, além de milhões de deserdados que pularam para o seu barco depois de o ex-presidente Lula ser impedido pelo Supremo de concorrer à presidência” (Dieguez, 2022).

Bolsonaro incorporou um pressuposto que vem sendo usado por estratégias de segmentação de propaganda: pessoas que repassam mensagens para seus grupos de afinidade têm papel particularmente relevante, pois geram confiabilidade, ou seja, a propagação de uma mensagem é mais efetiva quando feita por pessoas com as quais as outras se identificam, e não por agentes facilmente reconhecíveis como propagadores interessados (Barbosa, 2022, p. 14).

Por meio de um processo de “politização” de diversos meios (inserção de interesse político-partidário em ambientes com pouca adesão ao tema), a campanha de Jair Bolsonaro foi capaz de obter lucro político em ambientes pouco acessados pela política tradicional. Parte desse apelo se deu pelo uso do sentimento de medo nos conteúdos produzidos para as redes sociais. Tal sentimento é capaz de produzir uma sensação de indignação e urgência por conta da maneira sombria como a realidade é representada, induzindo ao compartilhamento com pessoas próximas, as quais estão dentro de um vínculo de confiança que atribui veracidade à mensagem. Segundo a jornalista Consuelo Dieguez, assuntos como criminalidade, atividades do MST, problemas econômicos e escândalos de corrupção eram “amplificados e trombeteados incessantemente na internet, dando a impressão de que o país estava mergulhado na miséria, na violência e na desordem” (2022). Esse caráter sensacionalista dos textos produzidos captou uma enorme adesão da sociedade em torno da figura populista, pois, “ao incutir nas pessoas a sensação de que os valores familiares estão por um fio, a segurança está ameaçada, a propriedade está em risco, esses políticos se apresentam como os líderes salvadores que evitarão o esfacelamento do mundo” (Dieguez, 2022). Assim, os usuários de redes sociais adeptos ao projeto político não apenas compartilham os “problemas”, com caráter de urgência e enorme gravidade, mas igualmente divulgam a sua “solução”.

Além do medo, aspectos como a indignação antissistema (como o sentimento de que os políticos estão nos roubando) e a defesa dos valores familiares (um tema de enorme apropriação pela direita conservadora) colaboraram para um ambiente de pouco interesse pela veracidade e factualidade⁷⁸. Torna-se mais importante proteger um mundo que estaria sob ameaça. Nas eleições de 2018, parte significativa da desinformação compartilhada sequer mencionava os candidatos. Eles reforçavam as pautas de antipetismo, temores e tabus assumidas por Jair Bolsonaro no pleito. Outros sentimentos, como o ódio (o qual pode se constituir como uma etapa seguinte ao medo), também mobilizaram seguidores nas redes sociais. A franja olavista

⁷⁸ Tal atitude reflete e é estimulada pelo próprio líder populista. Em uma entrevista ao programa Pânico na TV, o então presidente Jair Bolsonaro afirmou: “Eu acho que até o *fake news* é válido, com todo respeito”. Cf. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hibridos-zumbificados-interagem-com-o-5g/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

do governo era bastante marcada por uma enorme repulsão aos adversários políticos da direita, considerados comunistas e, por isso, inimigos (Dieguez, 2022).

Além de desinformação, também sobravam nas redes sociais conteúdos que reinterpretavam positivamente determinadas atitudes de Jair Bolsonaro. Ainda em 2014, o então deputado afirmou que a única coisa boa em Maranhão era o presídio de Pedrinhas, encampando ainda um discurso contrário aos “direitos humanos” e de defesa da maioria. A repercussão desse discurso se deu de formas diferentes na imprensa e nas redes sociais.

Enquanto imprensa, políticos e lideranças da sociedade civil criticavam a selvageria desse discurso, as redes sociais exaltavam Bolsonaro. Em vez de perder apoio, como seria de esperar, ele foi endeusado, e a fala acabou transformada num meme comum à época, ao som de "Turn Down for What", do rapper norte-americano Lil Jon com o francês DJ Snake. A música, assim como os óculos escuros rajados de branco que caíam sobre o rosto de Bolsonaro cada vez que ele respondia aos que o desafiavam, era marca registrada da página de Facebook Bolsonaro Zuero, acompanhada do bordão "Mitou". A exaltação às mortes no presídio foi uma de suas primeiras "mitadas" (Dieguez, 2022).

Apesar de não se tratar exatamente de desinformação (nos moldes que estamos tratando nesta pesquisa), esse reforço de uma imagem disruptiva, rebelde, que “enfrenta a mídia”, torna o seu público ainda mais alinhado à figura populista. Esse público passa a se mostrar ainda mais resistente a conteúdos que circulam nas redes sociais contrários à reputação do líder e adeptos a informações positivas sobre ele, ainda que falsas. Assim, certos problemas eram ainda considerados “brincadeiras inocentes” por parte do seu público. A esquerda era acusada de não ter senso de humor e ser professoral, enquanto a direita (particularmente a bolsonarista) era tida como descolada e informal e, logo, antissistema – contrastando com a típica formalidade⁷⁹ da classe política corrupta. Ele era então enxergado como “espontâneo, verdadeiro, transparente”, seus comentários preconceituosos “como piadas, daquelas feitas entre amigos muito íntimos” e os ataques a jornalistas como “corajosos” (Dieguez, 2022).

Esse conjunto de elementos, incluindo desinformação, discurso de ódio e apoio político dos bolsonaristas, funcionava de forma bastante ampla, segmentada e específica a cada ambiente. Na experiência populista reacionária brasileira, foi constituído um verdadeiro

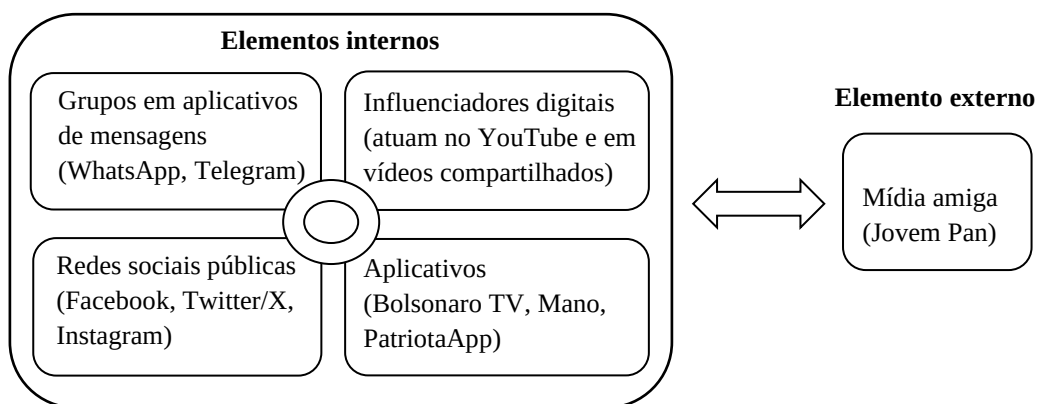
⁷⁹ Em 2021, durante um discurso no Rio Grande do Norte, Jair Bolsonaro chegou a imitar o modo de falar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, acusando-o em seguida de corrupção. Também nessa ocasião, o então presidente contrastou seu linguajar cheio de palavrões com a fala bonita de políticos corruptos: “E alguns falam ‘o presidente é mal-educado, fala palavrão’. Mas eu não roubo! Eu devo lealdade a vocês. Ah ‘o presidente é grosso, falou palavrão’. Quantos porcarias me antecederam que falavam bonito? Até aquele que falava [assim] – disse Bolsonaro, imitando depois o modo de falar de Fernando Henrique, e acrescentando em seguida: Lembram? Era roubalheira o tempo todo”. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-02-09/bolsonaro-ataca-o-pt--fhc-e-stf-em-discurso-no-nordeste.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ecossistema digital bolsonarista de modo a promover discursos alinhados ideologicamente, reinterpretar eventos de interesse do governo, instruir as mobilizações dos seguidores e se constituir enquanto espaço de interação entre indivíduos. Rocha nomeou esse espaço como “Mídiosfera extremista”.

A mídiasfera extremista é composta de cinco elementos: quatro internos e um externo. Os elementos internos formam uma grande cadeia de desinformação. São eles: as tristemente célebres correntes de WhatsApp, que em 2018 tiveram um efeito avassalador na campanha presidencial e foram usadas com maestria pelo bolsonarismo; um circuito integrado de canais do YouTube, verdadeiro centro produtor de radicalização ideológica e de criação de teorias conspiratórias; as redes sociais, que até muito recentemente eram território, por assim dizer, exclusivo da extrema direita; aplicativos, como a TV Bolsonaro⁸⁰ no Facebook ou Mano, cujo garoto propaganda era ninguém menos do que Flávio Bolsonaro. No interior dessa mídiasfera circula sem interrupção um conteúdo audiovisual preparado com base em *fake news* e teorias conspiratórias, numa escalada de violência que permitia vislumbrar as ações terroristas de 8 de janeiro. A validação desses delírios depende em boa medida do quinto elemento da mídiasfera extremista. Podemos chamá-lo de “mídia amiga” do lucro fácil gerado pela monetização do radicalismo. Nos Estados Unidos, a Fox News assumiu esse papel; no Brasil, a Rádio (e TV) Jovem Pan. O efeito da “mídia amiga” na mentalidade de seita da militância fanatizada é devastador, pois, ao dar voz a apoiadores de teorias conspiratórias e ao conceder visibilidade às notícias mais delirantes, a crença dos partícipes da mídiasfera extremista torna-se inabalável. Nos dois países, o procedimento se irmana: cortes de matérias da Jovem Pan e da Fox News são vertiginosamente distribuídos nos quatro elementos internos do ecossistema de desinformação (Rocha, 2023, p. 34-35).

A Figura 1 representa visualmente a relação entre esses elementos, com algumas alterações que julgamos mais precisas.

Figura 1 – Mídiosfera extremista



Fonte: Adaptado de Rocha (2023)

⁸⁰ Trata-se de um aplicativo lançado em 2022 com o objetivo de unificar “as redes sociais de toda a família Bolsonaro”. Cf. <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-lanca-aplicativo-bolsonaro-tv/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Conforme apontado na Figura 1, foi construído um verdadeiro ecossistema digital em torno da mobilização bolsonarista. Assim como a desinformação não se deu isoladamente, mas agregou discursos de ódio, propaganda etc., a comunicação em torno de Jair Bolsonaro no Brasil se deu por meio de diferentes meios com atuações distintas. Os grupos em aplicativos de mensagens tinham a capacidade de integrar usuários, servir como uma curadoria das informações, mobilizar para manifestações, direcionar os votos em outros cargos, mas também divulgar vídeos de caráter reacionário hospedados no YouTube⁸¹. Esses vídeos costumam ser produzidos por influenciadores digitais internos ao bolsonarismo, com pautas supostamente nacionalistas, religiosas e de anticorrupção. Tais influenciadores também atuam nas redes sociais públicas, inclusive para mobilizar usuários comuns ligados ao bolsonarismo, por exemplo, contra iniciativas vistas como adversárias, como pode se ver na seção de análise desta dissertação (cf. seção 5.2). Essas redes sociais públicas não apenas abrigam os influenciadores digitais, mas também podem direcionar usuários para grupos em aplicativos de mensagens de determinadas cidades ou circunstâncias ligadas à figura do Bolsonaro. Elas também são capazes de fornecer as informações mais recentes, assim como os aplicativos disponíveis para dispositivos móveis, os quais se constituem em uma central de informações tuteladas ideologicamente, e não factualmente.

Esse conjunto de elementos internos ainda se associa com um elemento externo ao ambiente digital, que é a chamada mídia amiga. No Brasil, conforme apontado por Rocha (2023), ela é representada pela Jovem Pan. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), essa rede desempenhava uma comunicação formal e característica da grande imprensa, mas alinhada ideologicamente ao bolsonarismo. Utilizando-se de vários colunistas e cobrindo o noticiário político, a rede atuava por meio de transmissão ao vivo e gratuita por meio do YouTube, com acesso privilegiado à comunicação com o ex-presidente e ocupando um espaço digital considerável, com capacidade de agregar novos sujeitos à estrutura interna do ecossistema.

É importante considerar esses espaços de comunicação e sua função na estratégia política de determinados grupos porque isso irá terminar vários aspectos da materialidade dos textos de desinformação, incluindo questões de gênero e de tonalidades discursivas. Conforme apontado por Volóchinov, “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na

⁸¹ Segundo reportagem do grupo O Globo, Telegram e WhatsApp eram utilizados para impulsionar conteúdo do YouTube, os quais estavam ocultados do grande público para não serem barrados pela plataforma de vídeos. Ao divulgar os links desses vídeos nos grupos, além de passar a informação para os membros, é gerada uma remuneração para esses produtores de conteúdo (entre US\$ 0,25 e US\$ 4,50 para cada mil visualizações). Assim, o YouTube possuía enorme importância para produtores de conteúdo bolsonarista por ser a plataforma com mais opções de monetização. Cf. <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-testa-mano-se-prepara-para-lancar-aplicativo-com-fotos-videos-dia-16-22938747>. Acesso em: 25 abr. 2024.

comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (2017, p. 220). Esse ponto de vista acerca da realidade fundamental da língua interfere na análise linguística, preconizando a consideração dos elementos extralinguísticos para compreensão de aspectos semânticos e retóricos.

Para encerrar esta seção, a citação a seguir descreve o processo de captação de indivíduos para uma estrutura reacionarista que ocorreu desde 2013 (ou mesmo antes), conforme relata a jornalista Consuelo Dieguez:

Alex Melo, então com 45 anos, nunca se interessara por política. [...] Nas manifestações de 2013, contudo, começou a achar que não podia mais ignorar o que estava acontecendo no Brasil. [...] Embora as primeiras manifestações tenham sido organizadas pelos movimentos de esquerda, dos quais sempre estivera apartado, Alex se deu conta de que "milhares de pessoas estavam desgostosas com alguma coisa, por algum motivo". Nas conversas com os amigos, começou a refletir sobre o que era, afinal, "aquilo que estava atrapalhando o país". Mesmo sem enxergar o cenário com muita clareza, também foi para a rua protestar e, de cara, estranhou a ausência de lideranças guiando a multidão. Deu-se conta de que, como ele, a maioria das pessoas estava ali apenas pela sensação de que "tinha algo errado no Brasil" [...].

O que no início parecia ser um bando de insatisfeitos sem comando logo se organizou em grupos de WhatsApp, que em pouco tempo se desdobrariam no Brasil Indignado, movimento de milhares de cearenses, que passaram a culpar os governos do PT e a esquerda por todo o seu descontentamento. Essa turma, ao lado de outros movimentos de direita surgidos da mesma forma Brasil afora, não deixaria as ruas até o impeachment de Dilma. E esse seria o maior combustível para a campanha de Jair Bolsonaro à presidência.

Antes de participar das conversas nos grupos, Alex não tinha noção de que, no espectro ideológico, seria carimbado como um sujeito de direita. Tal qual seus companheiros do Brasil Indignado, ele era conservador, religioso, defensor dos chamados "valores da família", contrário ao comunismo e a favor da ordem, dos militares e da propriedade privada. Se pensar assim era ser de direita, então ele se orgulhava de seu posicionamento político [...]. Trocar ideias nas redes sociais o fez começar "a conectar as coisas". Pelas informações que recebia nos grupos, entendeu que "o problema no Brasil era a esquerda, que ridicularizava tudo o que eles mais prezavam". E a esquerda não era só o PT: tinha também o PCdoB, o PSOL, o PSB. A julgar pelo que se dizia nas redes com as quais ele se afinava, até o centro-direitista PSDB integrava o rol dos comunistas".

Nessas conversas, ele era alertado de que a esquerda queria transformar o Brasil numa grande Cuba ou numa Venezuela, embora a maioria ali jamais tivesse colocado os pés na ilha caribenha e desconhecesse que a situação da Venezuela era bem diferente da do Brasil. Alex acabou convencido de que o regime militar tinha sido bom e de que os relatos de tortura aos presos políticos, a censura, a cassação de políticos e funcionários públicos e a perseguição a estudantes eram uma "invenção da esquerda para desmoralizar o Exército". Espalhavam-se também informações falsas, como a de que Dilma Rousseff tinha sido "terrorista e que sequestrara aviões". Alex não tinha por que duvidar, já que as informações vinham de pessoas que pensavam como ele (Dieguez, 2022).

Esse relato mostra de forma até mesmo familiar a maneira como determinadas emoções, crenças e expectativas de determinados sujeitos foram capitalizados por uma nova direita em formação. O processo de “formação” de sujeitos como Alex se deu simplesmente com base em uma circunstância sócio-histórica, mas ocorreu mediante um conjunto de construções discursivas capazes de afetar “diretamente a relação existente entre linguagem e realidade, já que o setor de comunicação se configura como uma esfera decisiva na dinâmica que rege a sociedade” (Molinari, 2021, p. 23). Tal fenômeno aconteceu dessa maneira com o Alex em 2015, mas de forma ainda mais eficiente nos anos seguintes, validando determinados discursos e mobilizando ativamente indivíduos que aderiram ao bolsonarismo. Na próxima seção, trataremos do referencial teórico-metodológico desta pesquisa, que se baseia na Análise Dialógica do Discurso de Bakhtin. Ainda será descrito o *corpus* deste estudo, o qual foi coletado da agência de checagem de fatos Aos Fatos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As pessoas podem prever o futuro apenas quando ele coincide com seus próprios desejos, e os fatos mais óbvios podem ser ignorados quando não são bem-vindos. (George Orwell, “London Letter”)

Como apontado na seção introdutória desta pesquisa, o objetivo deste estudo não reside no levantamento de conceitos e informações acerca do fenômeno da desinformação ou mesmo em uma caracterização do contexto sociopolítico nacional em termos históricos e ideológicos. Ambas essas questões foram descritas de maneira a compreender como os discursos de desinformação sobre as eleições se constituem e funcionam como gêneros discursivos de modo a elaborar uma rede de sentido assumida como verdadeira por parte dos sujeitos.

As reflexões de caráter histórico e de outros campos da Ciência feitas até aqui se mostram necessárias porque, conforme a perspectiva bakhtiniana, os enunciados não são produzidos hermeticamente: eles são elaborados conforme os discursos passados e futuros (antevistos), situados sociohistoricamente. Desse modo, as análises que serão realizadas na próxima seção levarão em conta o painel ideológico em que tais discursos falsos estão inseridos. Para isso também, nesta seção, articularemos o referencial da Análise Dialógica do Discurso, particularmente a noção de gêneros discursivos (Bakhtin, 2016). Essa categoria será utilizada para compreender os diferentes discursos de desinformação que farão parte do *corpus* desta pesquisa. Ademais, trataremos dos aspectos metodológicos que sustentam este estudo. Em seguida, descreveremos o *corpus* da análise e a metodologia utilizada pelas agências de checagem de fatos para verificação de discursos que circulam em plataformas de mídias sociais, de maneira a explorar os mecanismos de checagem.

4.1 Conceitos da ADD

As construções teóricas propostas pelo Círculo de Bakhtin podem ser pensadas como essencialmente dialógicas. Isso porque seus textos apresentam conceitos e reflexões em grande articulação. Cada categoria ou tese se relaciona com outras ideias dos autores. Por exemplo, ao discorrer sobre a realidade fundamental da língua, Volóchinov (2017, p. 220) aponta que “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Tal percepção de Volóchinov caracteriza a linguagem como algo distante de elaborações como a saussureana, definindo-a como um organismo “vivo” e situado. Assim, Bakhtin e seu Círculo dão origem a uma teoria da interação discursiva, em que os estudos da linguagem priorizam o

uso da língua em situações concretas de interação, concebendo o signo em sua natureza social, concreta, dialógica e ideológica.

Desse modo, para o Círculo, a linguagem é construída continuamente por meio da interação dos sujeitos em uma determinada situação comunicativa e em um determinado contexto sócio-histórico e ideológico (Molinari, 2021). O falante assim seria minimamente orientado por um sistema abstrato da língua e mais pela concretude e irrepetibilidade do enunciado. Emergindo da interação discursiva, o enunciado é, portanto, constitutivo do ato discursivo e não pode ser compreendido como fenômeno individual do falante, pois sua natureza é fundamentalmente social. Assim, deve-se pensar no enunciado enquanto categoria analítica para compreender como ele se forma dentro do contexto comunicativo pesquisado. Sobre interação discursiva, Volóchinov apresenta que “toda palavra serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’” (2017, p. 117), constituindo-se necessariamente como fruto de um contato entre falantes, os quais são necessariamente concretos, não abstratos.

Não pode haver um interlocutor abstrato, por assim dizer, isolado; pois com ele não teríamos uma língua comum nem no sentido literal, tampouco no figurado [...]. Na maioria dos casos, pressupomos um certo *horizonte social* típico e estável para o qual se orienta a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos; isto é, para um contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, das nossas leis (Volóchinov, 2017, p. 205).

Para Bakhtin, a compreensão do enunciado exige bem mais do que a simples observação de sua estrutura abstrata. É necessário observar a sua relação e resposta a outros enunciados, sejam eles passados ou futuros. Dessa forma, todo enunciado é fundamentalmente dialógico e não pode existir isoladamente, pois ele “é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272). É impossível, em toda enunciação viva, concreta e comum, a elaboração de um discurso que não dialogue com outros discursos precedentes ou futuros.

O enunciado é sempre orientado para um interlocutor – trata-se de um projeto enunciativo de alguém para outro alguém. Desse modo, o ato enunciativo estabelece uma interatividade entre sujeitos, um eu para um outro, podendo debater, completar os sentidos, concordar ou refutar o que está sendo enunciado. Os sujeitos atuam de forma ativa na responsividade dos enunciados. Isso porque, em essência, a compreensão do enunciado convoca uma resposta.

Nesse processo de comunicação social, o “interlocutor” do enunciado não é um ser passivo diante daquilo que compreende, mas assume para si mesmo uma entendimento

ativamente responsivo. Em algum momento, o que foi enunciado encontrará um eco no discurso ou no comportamento de outro sujeito e a responsividade se fará visível “na tonalidade do sentido, na tonalidade da expressão, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição”, pois “o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*” (Bakhtin, 2011, p. 298, grifos do autor). Os enunciados que compõem os discursos de desinformação evidenciam a relação dialógica apresentada, já que eles surgem como resposta e ganham destaque à medida que outros enunciados (enganosos ou não) estão em evidência.

Para Bakhtin (2011), é impossível que o enunciado seja absolutamente neutro, já que toda enunciação é construída considerando um horizonte apreciativo específico em que há disputas de sentido. A relação que o enunciador possui com o objeto do seu discurso determinará a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais de seu enunciado. No entanto, o enunciado não se volta somente para o seu objeto, mas, ainda, para os discursos do outro sobre ele. Desse modo, o seu endereçamento é de fundamental importância para compreender o motivo pelo qual determinada estratégia discursiva foi utilizada. Ao produzirmos um enunciado, consideramos as opiniões, preconceitos, posicionamentos e conhecimento de mundo que atribuímos ao nosso interlocutor, como também ao tema do enunciado (Molinari, 2021).

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios linguísticos, isto é, o estilo do enunciado (Bakhtin, 2011, p. 302).

Ao transpormos essa questão para o nosso objeto de estudo, o endereçamento dos discursos falsos nos permite compreender qual o público-alvo ao qual eles se dirigem, e com o qual estabelecem diálogos. A finalidade discursiva é alcançada de maneira efetiva quando materializa, de forma explícita, enunciados que concordam com o que foi informado e quando os sujeitos compartilham ou encaminham determinada desinformação. Ou ainda, de forma indireta, quando as pessoas tomam atitudes que são decorrentes da desinformação que consumiram.

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do

diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto (Bakhtin, 1993, p. 86).

Ressaltamos a prática da antecipação sobretudo para o discurso de desinformação, pois se trata de uma desinformação fabricada para atingir os mais diversos fins. Para tanto, elas necessitam de uma assimilação do que foi dito antes por parte dos grupos com os quais dialogam para que, assim, disponham dos recursos necessários para atingir a finalidade para a qual foram criadas.

Ao tratar particularmente da relação entre desinformação e relações dialógicas, os discursos falsos são uma construção histórica que dialoga com dizeres anteriores numa perspectiva coletiva e social, podendo ainda fazer uso da narrativa jornalística ou de seus recursos para atingir fins diversos. Isto significa, de acordo com os postulados bakhtinianos, que elas não escapam ao dialogismo, fenômeno intrínseco à linguagem.

Desse modo, adotar um método dialógico de análise significa investigar os enunciados situados em uma cadeia discursiva. Nesse sentido, consideramos os discursos falsos como essencialmente valorativos, uma vez que incorporam as variadas posições dos sujeitos e diversas vozes sociais.

Por isso, ao analisarmos o nosso *corpus*, fazemo-lo sempre na relação com outros enunciados que se encontram em diálogo, anterior ou posteriormente, investigando como os diálogos implícitos e explícitos nos discursos refletem e refratam a conexão entre discursos e a realidade concreta de quem os produz. Assim, analisar os discursos presentes e materializados nos textos implica compreender o sujeito e o contexto em que ele se insere, revelando suas motivações, crenças, inclinações ideológicas, interlocutor(es) pressupostos, além do tempo e espaço de produção de seus discursos (Molinari, 2021).

Estabelecidos esses conceitos advindos da filosofia de linguagem do Círculo de Bakhtin, os gêneros discursivos são concebidos como “tipos *relativamente* estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 12, grifos do autor). É por meio dos enunciados – orais e escritos – concretos e únicos que efetuamos o uso da língua, ou seja, a língua mobilizada na interação discursiva. Tais enunciados se constituem de acordo com a variedade das atividades sociais. Por isso, é fundamental considerar que há um vínculo indissociável existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas nos mais variados campos. Assim, esses enunciados:

Refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional (Bakhtin, 2016, p. 11-12).

Conforme indicado na citação, Bakhtin concebe os gêneros com base em uma estrutura triádica, formada por conteúdo temático (o domínio do sentido, o seu tema elegido), construção composicional (a maneira como se organiza a materialidade do texto) e estilo da linguagem (seleção dos meios linguísticos para compreensão responsiva ativa do enunciador pelo seu interlocutor). Ainda segundo Bakhtin (2016, p. 17), “todo estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso”. Além disso, por estarem ligados aos diversos campos da atividade humana, há uma grande heterogeneidade dos gêneros de discurso, visto que são infinitas as possibilidades da atividade humana e porque cada campo dessa atividade humana utiliza um repertório de gêneros discursivos.

Na perspectiva bakhtiniana, os gêneros são constituídos nas relações dialógicas estabelecidas e evocam discursos em determinadas interações discursivas, tratando-se assim de um item construído socialmente. O autor ainda atribui o desenvolvimento e a transformação dos gêneros, bem como o surgimento de novos gêneros, ao desenvolvimento e complexificação nos diversos campos da atividade humana e da comunicação e às novas motivações sociais decorrentes dessa complexidade, que se concretizam nas interações sociais.

Além de Bakhtin, Medviédev (2016, p. 193) define o gênero discursivo como “uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado. Uma obra só se torna real quando toma a forma de determinado gênero”. O autor ainda aponta que a totalidade do gênero é perpassada por uma dupla orientação:

Na primeira orientação a obra entra em um espaço e tempo real. [...]. A obra ocupa certo lugar na existência, está *ligada ou próxima a alguma esfera ideológica*. [...]. Desse modo, uma obra entra na vida e está em contato com os diferentes aspectos da realidade circundante mediante o processo de sua realização efetiva, como executada, ouvida, lida em determinado *tempo, lugar e circunstância*. Ela ocupa certo lugar, que é *concedido pela vida*, enquanto corpo sonoro real. Esse corpo está disposto entre as pessoas que estão organizadas de determinadas formas (Medviédev, 2016, p. 195, grifo nosso).

Enquanto essa primeira orientação tem caráter externo, ligado à vida e a alguma ideologia, a segunda orientação possui caráter interno, acerca da forma, estrutura e conteúdo temático do enunciado. Assim, o gênero é um conjunto de meio de orientação coletiva dentro de uma determinada realidade, por meio do qual é possível compreender novos aspectos da realidade. Além disso, nossa visão e compreensão da realidade se realiza no processo de comunicação social. Nas palavras do autor, “o gênero lança uma luz sobre a realidade, enquanto a realidade ilumina o gênero” (Medviédev, 2016, p. 201).

Com base no que foi postulado, compreende-se a ideia de gênero discursivo não como uma fórmula pronta de identificação de determinados tipos textuais, mas como a estabilização

de formas de enunciado constituídas dialogicamente com base no uso da língua nas diversas atividades sociais. Tais gêneros sofrem contínuas transformações pelo fato de a sociedade não ser estanque, mas evoluir suas demandas e interações discursivas. Assim:

A perspectiva linguístico-filosófica de Bakhtin e o Círculo possibilita, portanto, estudar os gêneros do discurso como prática social e situada, que emerge das relações de interação, as quais se realizam nas relações dialógicas geradoras de sentido. Dessa forma, estudar os gêneros é compreender as relações dialógicas entre os textos, os discursos ditos, entre os sujeitos envolvidos na interação discursiva; é compreender quem diz, por que diz e, mais importante, para quem diz (Bortoloni; Valério, 2021, p. 236).

A consideração do gênero discursivo dos textos de desinformação desempenha uma função essencial ao identificar, por exemplo, tendências de configuração de estrutura e uso de determinados itens léxico-gramaticais. Um determinado texto de desinformação que tente se passar por uma conversa informal entre pessoas de um grupo de WhatsApp evitará o uso de um registro formal, poderá comportar erros gramaticais, utilizará expressões relativas à plataforma (“repasse essa mensagem para os seus amigos”) etc. Por outro lado, caso tente mimetizar uma notícia de determinado veículo de imprensa, sua linguagem, visual e tema se limitará àqueles que são esperados em um jornal.

4.2 Procedimentos metodológicos da ADD

Uma das características das proposições bakhtinianas sobre a formalização de um método científico é justamente a ausência de uma fórmula ou grupo de normas a serem aplicadas em um objeto de análise. Em outro sentido, empenha-se uma formulação metodológica construída singularmente, de acordo com cada objeto de estudo. Assim, a base teórico-metodológica da pesquisa se constitui na dimensão dialógica da linguagem para construção de nosso objeto de estudo.

Essa perspectiva de fazer ciência concebe que a análise das significações, compreensões e interpretações de um texto se dá mediante o contato que o texto estabelece com os sujeitos e com outros textos e contextos. Nessa concepção, o sujeito é constituído pela linguagem, refletindo e refratando suas experiências, valores e visões de mundo (Molinari, 2021).

Ao se adotar o percurso metodológico proposto pelo Círculo de Bakhtin, deve-se reconhecer o dialogismo como constitutivo de todas as relações e interações da atividade humana. Em sequência, esse percurso requer o estabelecimento da compreensão dos sentidos do texto que, devido à sua natureza dialógica e social, só poderá ser entendido em profundidade

no processo de cotejamento com outros textos e contextos em um movimento incessante na cadeia discursiva.

O cotejamento de textos recupera parcialmente a cadeia infinita de enunciados a que o texto reage e, por isso, é entendido por Geraldi (2012, p. 31) como “a única forma de desvendar os sentidos”. Diante dessa perspectiva, nosso trabalho compreende o cotejamento de textos e de seus contextos, ou seja, do horizonte discursivo que permite compreender esses enunciados como indispensáveis para o conhecimento que pretendemos obter com o estudo do nosso objeto.

Sendo a compreensão completa do texto uma atividade interpretativa e ativa, o cotejo possibilita ao pesquisador expandir os contextos e reconhecer quais vozes são reverberadas nos discursos, recuperando significações e dialogando com outros enunciados. Ainda de acordo com Geraldi (2012, p. 33),

Ao ir cotejando os textos com outros textos [Bakhtin] vai elaborando conceitos ou reutilizando conceitos produzidos em outros estudos (até mesmo em outros campos) com que se aprofunda a penetração na obra em estudo. O resultado apresentado é uma “tese” no sentido de que contém um ponto de vista argumentado em que se sustenta a interpretação construída. A tese que aqui se constrói é por adição, de modo que os sentidos são inacabáveis. Interpretar é construir um sentido para um discurso, para um texto, e a validade dessa interpretação se mede por sua profundidade e pela consistência e coerência de seus argumentos.

Assim, o movimento dialógico a princípio parte de um dado texto e vai se desdobrando no movimento de conexão com textos anteriores (em um contexto do passado) e posteriores (antecipando o início de outro contexto). O cotejamento então nos permite recuperar parte desse fluxo de forma a ser possível uma análise mais ampla dos objetos de estudo.

Ademais, esta pesquisa se caracteriza como teórica de caráter exploratório, qualitativo e documental, visando à análise de um *corpus* ainda não tratado analiticamente com base na perspectiva bakhtiniana de linguagem. A categoria de análise seria principalmente a de gêneros discursivos, identificando em cada texto seu conteúdo temático, construção composicional e estilo da linguagem. Ademais, outras categorias da Análise Dialógica do Discurso serão mobilizadas para analisar elementos periféricos, como responsividade, tonalidades dialógicas, relações dialógicas etc.

4.3 Caracterização do corpus

Considerando a infinitude do processo dialógico, nossa pesquisa buscou lidar com a tarefa complexa de oferecer um acabamento temporário do nosso tema de análise ao estabelecer alguns dos seus critérios e limites. O desafio se faz ainda maior no caso das falsas alegações de

fraude sobre as eleições por meio de desinformações no meio virtual, por conta da quantidade numerosa de discursos que circulam nas redes, de forma recorrente e em várias plataformas simultaneamente. Tais textos de desinformação são compartilhados por milhares de usuários nas plataformas de mídias sociais sem que seja possível a indicação de sua origem ou mesmo autoria.

Nossa opção para o cotejamento dos discursos falsos se formou na seleção de conteúdos de desinformação relacionados ao sistema eleitoral brasileiro, os quais foram verificados pelas agência de checagem de informações em 2022. Esses materiais foram coletados no *site* Aos Fatos, uma das agências checagem que integram e utilizam os protocolos de verificação de notícias da *International Fact-Checking Network* – IFCN, a exemplo de Agência Lupa, Projeto Comprova, entre outros.

A escolha dessa fonte de dados se dá por três razões. Em primeiro lugar, não cabe a essa pesquisa a verificação das informações presentes nesses enunciados, principalmente pela ausência de *expertise* e credenciamento, os quais já estão presentes nas agências mencionadas. Em segundo lugar, recorrer aos sites de agências de checagens de informação proverá a essa pesquisa um banco de dados bem mais robusto e que não sofrerá enviesamento da parte do pesquisador. Por fim, este estudo deve se concentrar nas estratégias discursivas empregadas por aqueles que produzem a desinformação. Assim, o que será analisado não serão as checagens dessas agências, mas os textos de desinformação em si – os enunciados.

Esse movimento jornalístico de checagem de fatos obteve crescimento em um ambiente no qual a imprensa perdeu a exclusividade como mediadora do debate público. Com a emergência das redes sociais, pode-se dizer que ela perdeu inclusive a autoridade para definir o que é a notícia. Como uma forma de agregação e até mesmo verificação das agências de checagem de notícias, foi constituído internacionalmente o *International Fact-Checking Network* (IFCN – Rede Internacional de Checagem de Fatos). Para receber o selo da entidade, é necessário que a plataforma de verificação obedeça a princípios de transparência e isenção auditados por jornalistas independentes.

No Brasil, a primeira agência de notícias especializado em checagem de dados do país foi a Agência Lupa, com investimento do empresário, produtor e documentarista João Moreira Salles. Em seguida, surgiram outras agências também integrantes do IFCN, como Aos Fatos, Estadão Verifica, UOL Confere. Além da checagem de fatos em si, a Agência Lupa, por exemplo, possui uma parceria com o Google e o Canal Futura para ensinar estudantes sobre conceitos básicos de checagem de fatos. Na percepção de Scofield Jr.:

Não há saída para o combate à desinformação que não passe pela educação. As 146 plataformas de verificação reunidas no planeta jamais conseguirão fazer frente à velocidade com que as notícias falsas se espalham e se replicam, numa espiral de inverdades que representa grande ameaça ao próprio debate democrático. O esclarecimento da população é importantíssimo. Afinal, nem tudo que se vê nas redes e na mídia é checável. O que define isso são os dados usados para bancar determinada afirmação, que precisam ser verificáveis, como estatísticas, dados históricos, comparações ou legalidades. Geralmente, são bancos de dados que trazem o debate para o terreno da objetividade. No sentido contrário estão coisas como opinião, previsões futurísticas ou conceitos amplos (Barbosa, 2022, p. 66).

Na próxima seção da nossa pesquisa, esses enunciados coletados pela agência de checagem Aos Fatos serão analisados em seu processo dialógico, conforme proposto pela teoria bakhtiniana, trazendo referências e estabelecendo suas relações com outros discursos. A perspectiva dialógica de cotejamento, mencionada anteriormente, estará presente durante toda a análise a fim de compreender melhor o *corpus* coletado por este estudo.

5 ANÁLISE DO CORPUS

Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado. (George Orwell, “1984”)

Após a apresentação de aspectos históricos e políticos em que se deram as falsas alegações de fraudes nas eleições, seguida pela discussão acerca de conceitos como pós-verdade, desinformação e diversos elementos concernentes às plataformas de mídias sociais, alcançando ainda uma descrição de aspectos teórico-metodológicos da filosofia de linguagem bakhtiniana que estarão presentes nesta pesquisa, esta seção se dedica à análise de uma série de textos de desinformação que revelam estratégias discursivas recorrentes e a maneira como elas são materializadas nos enunciados. Dessa forma, esses textos se constituem e funcionam como gêneros discursivos que elaboram uma rede de sentido assumida como verdadeira por parte dos sujeitos. Será possível assim discutir possíveis efeitos pretendidos por esses discursos de desinformação e seus impactos na sociedade.

Conforme indicado na seção anterior, os textos aqui reunidos se trata de conteúdos de desinformação relacionados ao sistema eleitoral brasileiro, verificados por agências de checagem de informações em 2022⁸², selecionando particularmente materiais da agência Aos Fatos. Assim, o cotejamento dos conteúdos que serão analisados nesta seção se deu de forma indireta, buscando evitar determinados vieses e garantir a adequada verificação quanto à veracidade desses textos. Com o suporte das informações veiculadas nas notícias desses sites de verificação, será possível ainda oferecer algum contexto de circulação e uma série de dados acerca desses textos de desinformação. Trata-se de conteúdos que foram compartilhados em diversas plataformas de mídias sociais (muitas vezes, em várias ao mesmo tempo), como postagens no Facebook, Twitter/X, além de grupos no Facebook, WhatsApp e Telegram.

Tal fenômeno demonstra ainda como tais textos não possuem uma existência isolada ou mesmo uma estabilidade completa. Eles possuem apenas um acabamento temporário, o qual é relativo e incapaz de exaurir o objeto de estudo (Medviédev, 2016). Dessa maneira, o cotejamento, conforme aplicado nesta dissertação, visa recuperar parcialmente a cadeia infinita de enunciados aos quais cada discurso reflete e refrata. Bakhtin (2011, p. 400) indica o cotejamento como necessário à compreensão da dimensão de sentidos da palavra enquanto

⁸² Como apontado na introdução, não serão aqui analisados textos de desinformação que se resumem a ataques aos participantes desse pleito, mas sim os textos que põem em xeque o sistema eleitoral do Brasil.

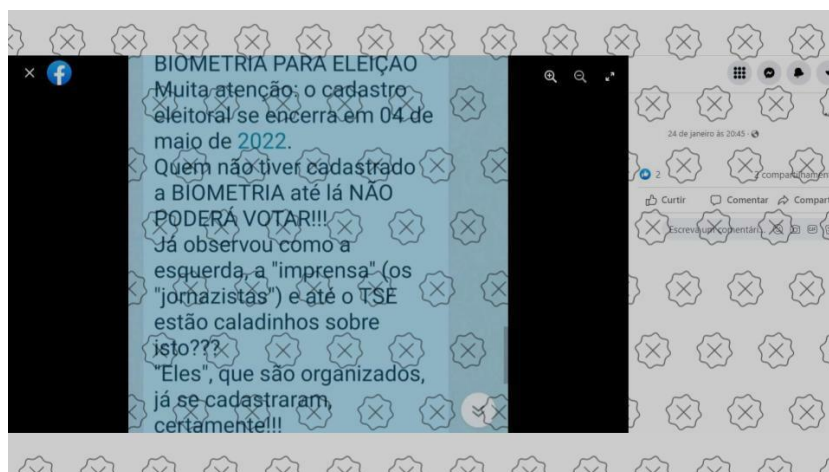
signo ideológico, posto que “cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites” e, ainda, que “toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos”.

Cada subseção neste capítulo irá analisar um texto de desinformação, discorrendo sobre sua materialidade e caracterização enquanto gênero do discurso.

5.1 Cadastro biométrico

O primeiro texto de desinformação presente nesta análise foi publicado no site⁸³ da agência de checagem de informações “Aos Fatos”, em 27 de janeiro de 2022. A autoria da matéria é atribuída a Priscila Pacheco (Pacheco, 2022), afirmando ser falsa a informação de que, em 2022, o eleitor que não tivesse cadastro biométrico não poderia votar, contrariando o texto presente na Figura 2.

Figura 2 – É falso que eleitor sem cadastro biométrico não poderá votar neste ano



Fonte: Pacheco (2022)

A Figura 2 passou por uma edição realizada pela agência de checagem Aos Fatos. Essa escolha visa indicar na própria imagem que esse texto de desinformação (denominado pela “Aos Fatos” como uma “peça de desinformação”) passou por uma verificação, inserindo a logo da agência. Outras agências de checagem inserem uma imagem contendo a palavra “falso” na imagem. Tal prática também visa assegurar que a checagem de informações não tenha um efeito reverso, colaborando para o compartilhamento de desinformação ao criar um arquivo que pode ser utilizado com intenções opostas às da instituição. Por essa mesma razão, essa pesquisa fará uso da mesma imagem editada, de modo a não servir para propagação de desinformação.

A desinformação representada na Figura 2, cuja autoria é anônima, traz o seguinte texto:

⁸³ Cf.: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-eleitor-sem-cadastro-biometrico-nao-podera-votar-neste-ano/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BIOMETRIA PARA ELEIÇÃO. Muita atenção: o cadastro eleitoral se encerra em 04 de maio de 2022.

Quem não tiver cadastrado a BIOMETRIA até lá NÃO PODERÁ VOTAR!!! Já observou como a esquerda, a “imprensa” (os “jornalistas”) e até o TSE estão caladinhos sobre isto???

“Eles”, que são organizados, já se cadastraram, certamente!!!

Antes da análise propriamente dita, é importante destacar novamente que a informação evidenciada na Figura 2 é falsa. Segundo a matéria da agência Aos Fatos, o Tribunal Superior Eleitoral, instituição que organiza o processo eleitoral brasileiro, afirma que, em 2022, foi necessário “apenas apresentar o documento de identificação e regularizar o título de eleitor até 4 de maio. A corte interrompeu o cadastramento de biometria em 2020 devido à pandemia de Covid-19”, e não foi firmada data para a retomada naquele ano (Pacheco, 2022). A matéria ainda afirma que essa publicação contou com centenas de compartilhamentos no Facebook e também no WhatsApp. Ainda segundo o texto, a data citada mensagem (4 de maio) se referiu, na verdade, ao prazo, à época, “para que eleitores solicitem a primeira via do título, peçam a transferência do local de votação ou regularizem pendências sobre ausência ou justificativa por não votar nas últimas três eleições”.

A imagem da representada na Figura 2 se constitui de uma reprodução de uma mensagem enviada no WhatsApp e compartilhada no Facebook, o que pode ser percebido nos elementos visuais característicos do WhatsApp (fonte, alinhamento à esquerda, “balão” de mensagem) e Facebook (ícone da rede, botões de curtir, comentar e compartilhar etc.). É comum diferentes tipos de mensagens serem materializadas nesse meio digital: cumprimentos, informes, avisos, piadas, confissões, entre outros.

De acordo com a concepção bakhtiniana de enunciado (2011), por mais que ele seja único e irrepetível, ele é sempre um eco daquilo que já foi anteriormente dito sobre o mesmo objeto. No caso de uma conversa comum do cotidiano, esse caráter se mostra nas referências a conteúdos anteriores e nos valores repetidos por novos sujeitos em diferentes momentos para novos interlocutores. Da mesma maneira, ainda quando a mesma materialidade é completamente replicada digitalmente em outra circunstância de interação verbal, trata-se de um claro eco de discursos anteriores, dada inclusive sua retransmissão, e também de um ato único e irrepetível, pois é comunicado por diferentes sujeitos a diferentes interlocutores, com diferentes crenças e posicionamentos ideológicos, além de se dar em circunstâncias temporais distintas. Por exemplo, um interação entre dois bolsonaristas em 2022 na qual esse texto seja

repassado terá um caráter completamente distinto de uma interação entre dois linguistas não alinhados ao bolsonarismo.

O enunciado é entendido pelo Círculo de Bakhtin como um evento único e irrepetível, pleno de fios dialógicos que evidenciam que “não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites)” (BAKHTIN, 2011, p. 410). Isso significa que mesmo havendo uma tentativa de reprodução, releitura, citação e até mesmo tradução, o enunciado será uma recriação, uma nova singularidade, visto que produzido por um outro sujeito, situado em uma outra configuração sócio-histórica (Molinari, 2021, p. 91-92).

A mensagem em questão pode ser dividida em duas partes. Na primeira parte, até a expressão “VOTAR!!!”, pode ser caracterizada como uma simples mensagem de alerta para necessidade de cumprir determinados ritos legais na esfera eleitoral (fazer o cadastro biométrico para estar apto para votar na eleição de 2022). Na segunda parte, a partir da expressão “já observou”, o texto se caracteriza como uma espécie de acusação, apontando determinados agentes (“Eles”) que estão em uma espécie de conluio contra um “nós” não mencionado texto, mas que representam no ambiente político de 2022 a parcela bolsonarista da população.

Esse tipo de mensagem sem um autor aparente (ou que facilmente poderia se perder no fluxo de compartilhamentos entre diferentes perfis e grupos nas plataformas de mídias sociais) se encaixa na estratégia de disparos de mensagens em massa via WhatsApp. Em 2018, a jornalista Patrícia Campos Mello publicou uma reportagem afirmando que um conjunto de empresas havia financiado pacotes de disparos em massa contra a campanha do Partido dos Trabalhadores (PT), o que se constituía em uma prática ilegal por se caracterizar doação de campanha não declarada por empresas⁸⁴. Assim, não havendo dados para atribuir uma autoria determinada a essa mensagem, consideramos a existência de um autor anônimo.

Tratando da primeira parte, o autor anônimo utiliza uma espécie de manchete em caixa alta (“BIOMETRIA PARA ELEIÇÃO”) para destacar o assunto da mensagem. Trata-se de uma estratégia comum de usuários da plataforma WhatsApp para chamar a atenção de outros usuários. O autor ainda pede “muita atenção” em seguida, reforçando a importância que deseja imprimir ao conteúdo dessa mensagem. Ele logo afirma que “o cadastro eleitoral se encerra em 04 de maio de 2022. Quem não tiver cadastrado a BIOMETRIA até lá NÃO PODERÁ VOTAR!!!”. Como já estabelecido, é nesse trecho que reside a informação falsa, pois esse não foi o prazo para “cadastro eleitoral” nem mesmo a biometria era obrigatória para o voto. O autor anônimo utiliza uma mecanismos como caixa alta e uma série de exclamações para mobilizar

⁸⁴ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 06 abr. 2024.

uma espécie de urgência e gravidade da questão, o que pode gerar um sentimento de apreensão no leitor. Tais elementos podem levar o usuário a acreditar nessas informações, inclusive por ele não ter condições (seja pela falta de instrução ou pela questão do *zero rating*, cf. p. 51) de checar a veracidade dessa afirmação na web.

A segunda parte da mensagem se baseia na primeira porção do texto para traçar uma espécie de teoria da conspiração que desenvolve em seguida. Logo, pode-se dizer que o autor anônimo não parece interessado em simplesmente divulgar uma informação de utilidade pública para outros usuários, mas sim ter um fundamento (falso) sobre o qual pode atacar alguns setores da sociedade que estariam arregimentados contra o cidadão comum. Logo, o autor se coloca em uma posição externa a esses setores e alinhada aos interesses do leitor da mensagem, o qual estaria igualmente sofrendo uma tentativa de cerceamento do seu direito.

O autor anônimo chega a provocar o leitor para desenvolver o seu mesmo tipo de raciocínio (“Já observou como a esquerda, a ‘imprensa’ (os ‘jornalistas’) e até o TSE estão caladinhos sobre isto???”). Ao utilizar a expressão “já observou”, há uma ideia de que tal situação seria algo perceptível. O leitor assim poderia responsivamente notar essa situação e atribuir veracidade às afirmações do texto enunciadas até então. No entanto, é importante notar que, por se tratar de uma informação falsa, não é de se esperar que qualquer instituição da sociedade divulgue essa informação. Assim, o autor se utiliza do fato de que a informação falsa não estava sendo divulgada como argumento de que tais setores estavam conspirando contra o cidadão. Pela falta de acesso à verificação dos fatos, o leitor possivelmente seria então convencido pelo raciocínio apontado no texto.

O argumento desse texto se baseia fortemente em uma sobreposição de uma espécie de empirismo sobre valores científicos ou institucionais. Em outras palavras, há algo como um “hiperempirismo”, representado em uma resistência a acreditar em qualquer coisa diferente daquilo que se observa (cuja capacidade é limitada e enviesada). Um exemplo evidente desse fenômeno se deu durante a pandemia, quando uma série de textos de desinformação (reverberados em falas públicas de influenciadores e políticos) alegavam que o uso de máscaras gerava intoxicação por inalação de dióxido de carbono⁸⁵. Há nesse exemplo um apelo ao senso comum que compreende haver uma contenção do gás expelido pelo ser humano no interior da máscara, mas em uma quantidade supostamente prejudicial, considerando a dificuldade em respirar utilizando uma máscara. Ignoram-se assim as conclusões contrárias a esse

⁸⁵ Cf. <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/09/14/e-fake-que-uso-de-mascara-eleva-inalacao-de-dioxido-de-carbono-para-nivel-acima-do-suportado-pelo-organismo-humano.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

entendimento de diversos estudos de diferentes entidades científicas e de saúde afirmando não haver qualquer risco da saúde no uso de máscaras, apegando-se unicamente à informação que mais apela ao observável⁸⁶.

Ainda nessa segunda parte, o autor elenca três setores que participam dessa maquinação. O primeiro é a chamada “esquerda”. Não há no texto qualquer valoração explícita quanto a esse setor, exceto pela acusação de que ela faz parte desse conluio. Entretanto, além de um anticomunismo presente desde o início do Séc. XX, há no Brasil e em outros países um enorme sentimento anti-esquerda, o qual é assumido por bolsonaristas mais aguerridos, mas também em certa medida pelo cidadão comum com pouco interesse em política, tamanha é a eficiência presente na propaganda reacionária (cf. p. 39).

O segundo setor é a imprensa. Aqui há uma valoração clara desse grupo. Em um primeiro momento, há o uso de aspas nessa palavra. Tal uso comunica o não-reconhecimento desse segmento como um veículo de jornalismo de fato, sendo, na verdade, um grupo de pessoas que atacavam o governo do presidente em exercício (também chamados pelos bolsonaristas de “comunistas”, assim como outros grupos). O texto ainda segue nomeando os profissionais da imprensa de “jornazistas”, estabelecendo um jogo de palavras entre “jornalistas” e “nazistas”. Utiliza-se assim um símbolo de antagonismo histórico (o nazismo) como uma forma de causar no leitor uma aversão a esse grupo. Nos últimos anos, a imprensa não somente perdeu o seu papel de mediatização do debate público com o advento das plataformas de redes sociais (cf. p. 49), mas também passou por um processo de descredibilização por parte das novas direitas, sendo encarada como um inimigo, desempenhando um papel “vilanesco” contra o líder populista de um movimento reacionário.

Por fim, o terceiro setor é o próprio Tribunal Superior Eleitoral. O autor anônimo utiliza a preposição “até” para exprimir a ideia de que a participação do TSE seria algo improvável, mas ainda assim estaria acontecendo. Esses três setores estariam então “caladinhos” acerca da suposta necessidade de cadastramento biométrico. O uso dessa palavra no diminutivo colabora em atribuir a essa espécie de complô um caráter de descaramento ou indecência. Dessa maneira, o autor anônimo representa esses três setores como reais adversários dos cidadãos. Esse autor é constituído também pelas vozes que antecedem a produção desse texto, de forma que seu

⁸⁶ Aqui não se trata de uma tentativa de restringir a adesão a esse tipo de informação falsa apenas a pessoas com pouca instrução ou sem acesso ao ensino formal. Trata-se de uma característica comum do ser humano utilizar o seu conhecimento empírico para tomar determinadas decisões. Esse apelo aos sentidos atinge seus efeitos ao se unir a outras falácias e mecanismos de engano, como o viés de confirmação, no qual pessoas que já possuem uma predisposição a uma determinada crença simplesmente se utilizam de qualquer suposta evidência para afirmar o que já acreditam.

discurso se alinha à posição axiológica de outras vozes sociais as quais avançam o discurso de que o TSE e outras instituições são corrompidas e estão em uma espécie de conluio. Assim, o autor se torna responsivo a essa cadeia de enunciados historicamente situados e produz um texto que codifica essa posição valorativa

Essa representação fica mais evidente ao denominar esses setores de “eles”. No restante do texto, o autor afirma que esses setores “são organizados” e “já se cadastraram, certamente!!!”. Ao apontar essas supostas informações desses setores (“eles”), o autor não apenas os caracteriza, mas ainda cria um contraponto com o leitor, que não se vê dentro de um grupo organizado nem mesmo chegou a se cadastrar. Logo, o autor se mostra alinhado ao leitor como parte de um grupo (nós) cujo direito de votar estaria sendo ameaçado pela ação desses setores (“eles”). Para Lynch e Cassimiro, a constituição desse “nós” faz sentido com uma campanha populista, que tenta “fabricar uma imagem do povo representante como um corpo homogêneo e com uma vontade de única”.

Nesse texto, o autor desempenha um esforço para alinhar o leitor ao posicionamento defendido. Isso indica que o leitor imaginado pelo autor não é algum bolsonarista, mas alguém que compreende ser capaz de se unir ao grupo. Essa tentativa de interferir na sua identificação (tornar-se parte desse nós) utiliza uma ameaça externa para instigar o sentimento de contra-ataque ou mesmo revanchismo. Assim, para o autor, agora que o leitor estaria ciente de que também havia sido alvo de uma conspiração, este deveria se unir contra a esquerda, a imprensa e o TSE.

É importante destacar que, nesse processo de comunicação social, o leitor do enunciado não se caracteriza como um ser passivo àquilo que compreende. Na realidade, ele assume para consigo uma compreensão ativamente responsiva, ainda que não se manifeste imediatamente em algum ato ou discurso. Conforme aponta Bakhtin, em algum momento, o que foi enunciado encontrará um eco no discurso ou no comportamento de outro sujeito e a responsividade se fará visível “na tonalidade do sentido, na tonalidade da expressão, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição”, pois “o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*” (Bakhtin, 2011, p. 298, grifos do autor).

Conforme aponta Max Fisher, essa tentativa de designação de um nós (um grupo ameaçado) e eles (a ameaça) funciona efetivamente em nosso aparelho mental, o qual desde os primórdios da humanidade instintivamente demarca de forma maniqueísta distinções entre um endogrupo (nós) e um exogrupo (eles) como maneira de estabelecer nossa identidade, com base em um pertencimento a um coletivo. Essa constituição de identidade demonstra ser

extremamente eficiente no combate (e não debate) político, sendo capaz de relativizar inclusive aspectos da factualidade em nome da adesão ao grupo.

O preconceito e a hostilidade sempre avivaram esse instinto. Tribos de caçadores-coletores às vezes competiam por recursos ou por território. A sobrevivência de um grupo podia exigir a derrota de outro. Por conta disso, os instintos de identidade social nos conduzem à desconfiança e, se necessário, a mobilizações contra quem é do exogrupo. Nossa mente incita esses comportamentos dando estímulo particular a duas emoções: medo e ódio. Ambas são mais sociais do que se imagina. O medo de uma ameaça física de causas externas nos leva a ter um sentimento maior de camaradagem com o grupo do qual fazemos parte, ou endogrupo, como se corrêsemos para nossa tribo para nos sentirmos seguros. Também nos deixa mais desconfiados e mais dispostos a ferir aqueles que percebemos como diferentes (Fisher, 2023, p. 48).

Em termos de gênero do discurso, esse enunciado pode assim se constituir como uma mensagem de denúncia, a qual teria como funções: (1) indicar determinados fatos e (2) apontar os seus perigos e autores. A questão da falsidade da informação estaria na primeira função. Contudo, por se tratar de um elemento extralinguístico, ela não foi levada em consideração na categorização do enunciado, pois não constitui intrinsecamente esse gênero do discurso. O conteúdo temático do texto se apresenta como uma denúncia baseada em uma suposta informação de interesse público concernente ao sufrágio, indicando inclusive o problema e o suposto conluio responsável. A construção composicional é identificada pela constituição simples de um texto estruturado em um único parágrafo e característico de uma mensagem compartilhada em uma plataforma de envio de mensagens. Já o estilo de linguagem é evidenciado no tom de indignação presente da mensagem e no uso de diversos termos valorativos (“jornazistas”, “caladinhos”) que representam a suposta ação dos infratores como vil e ameaçadora aos direitos do cidadão comum.

Conforme apontado por Norris, “as opiniões dos cidadãos sobre a justiça e a integridade das eleições estão intimamente ligadas a avaliações mais difusas sobre como funcionam as democracias liberais” (2018, p. 19, tradução nossa⁸⁷). Desse modo, mensagens como essa possuem o potencial de atacar diretamente à democracia ao produzir informações falsas com o objetivo de influenciar eleitores a se contrapor à própria instituição que regulamenta o sufrágio nacional, como também a segmentos importantes da democracia brasileira.

⁸⁷ “Citizens’ views about the fairness and integrity of elections are closely linked with more diffuse evaluations of how liberal democracies work”.

5.2 Certificação pelo Inmetro

O texto de desinformação referente à suposta necessidade de certificação das urnas pelo Inmetro foi publicado também no “Aos Fatos”, dessa vez em 11 de fevereiro de 2022⁸⁸. A autoria da matéria é de Luiz Fernando Menezes (Menezes, 2022a), afirmando a falsidade da informação de que as urnas eletrônicas deveriam ser recolhidas por não terem certificação do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Essa desinformação pode ser verificada na Figura 3.

Figura 3 – É falso que urna eletrônica deveria ser certificada pelo Inmetro



Fonte: AFP (2022⁸⁹)

⁸⁸ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/urna-eletronica-tse-certificada-inmetro/>. Acesso em: 14 maio 2024.

⁸⁹ Cf.

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/factcheck/2022/02/10/interna_internacional,1343960/urnas-eletronicas-nao-estao-na-lista-de-produtos-que-necessitam-de-certific.shtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

Nessa figura, optamos por utilizar uma imagem de outra fonte. No site da agência Aos Fatos, Menezes utilizou uma imagem sem autoria aparente, compartilhada como foto na plataforma Facebook. A escolha dessa pesquisa pela imagem divulgada no site Estado de Minas (AFP, 2022) se dá por ela preservar a autoria do texto, apesar de termos optado por editar a imagem para disfarçar a autoria. Essa escolha aparentemente contraditória tem base novamente no princípio de querer evitar neste estudo a divulgação não apenas de textos de desinformação (como explicado na Figura 2, cf. p. 68), mas também de influenciadores da extrema direita responsáveis pela produção e compartilhamento de conteúdo falso nas redes, o que se constituiria um prejuízo para o combate à desinformação.

A Figura 3 é composta por duas imagens compartilhadas: o símbolo do Inmetro (abaixo à esquerda) e uma foto do ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE (abaixo à direita). No topo, há uma legenda acrescentada por um terceiro responsável pelo compartilhamento da postagem inicial. A legenda diz: “Se não é reconhecido pelo INMETRO não tem validade, será que querem fraudes?”. No centro, há o conteúdo da postagem original, com o seguinte texto:

E aí presidente do TSE?
 Detalhe; As urnas eletrônicas não tem o certificado de qualidade do INMETRO que é o órgão regulador de aferição dos produtos utilizados no Brasil.
 O presidente do INMETRO Cel. Marcos Heleno Guerson declarou que as URNAS eletrônicas não possuem certificação e aferição do INMETRO.
 A pergunta é: Quem aferiu as URNAS eletrônicas? Se o INMETRO não aferiu, quem aferiu?
 O INMETRO é o único órgão aferidor do Brasil.
 . Afff, deveriam ser recolhidas como ocorre com tantos outros produtos que não tem o selo do INMETRO.

A Figura 3 indica que essa postagem obteve 673 compartilhamentos⁹⁰. Contudo, segundo Menezes (2022a), até o dia 11 de fevereiro de 2022, o conteúdo enganoso obteve ao menos 5 mil compartilhamentos no Facebook e também circulou no WhatsApp⁹¹. Ademais, Bruno Nomura revela ainda que esse texto também circulou em formato de vídeo, tendo recebido, até 8 de fevereiro de 2022, um total de 145 mil visualizações no Facebook (Nomura, 2022). De acordo com Menezes (2022a), “a certificação de qualidade desses equipamentos não é uma atribuição do órgão, que avaliza insumos, serviços ou produtos finais vendidos no Brasil”. As urnas são, na verdade, avaliadas por quatro laboratórios, os quais são credenciados

⁹⁰ Apesar de esse número já indicar um volume enorme de divulgação desse conteúdo, diversos textos de desinformação utilizam uma captura da imagem de uma mensagem para divulgar a informação, cuja circulação não seria mensurada nos números evidentes na mensagem original.

⁹¹ Ainda segundo a matéria do Estado de Minas (AFP, 2022), essa desinformação circulava desde 5 de fevereiro.

pelo instituto. Assim, pode-se dizer que “o Inmetro participa indiretamente de certificações das urnas eletrônicas, já que é o órgão acreditador de laboratórios envolvidos na análise dos equipamentos de votação e produz regulamentos técnicos”.

Ao tratar de aspectos dialógicos desse texto de desinformação, é possível apontar que ele reflete distorcidamente uma declaração de Marcos Guerson, presidente do Inmetro, em uma transmissão ao vivo do então presidente Jair Bolsonaro em 3 de fevereiro de 2024. Ao ser perguntado sobre a participação do instituto na certificação das urnas, Guerson afirmou que “o Inmetro nunca foi chamado a participar e, na verdade, não está, em princípio, na competência dele [avaliar esses equipamentos]” (Menezes, 2022a). Na matéria do portal Estado de Minas, podem ser acessadas diversas replicações dessa mesma desinformação em outros perfis do Facebook e nas plataformas Instagram e Twitter (AFP, 2022). Já na matéria do Aos Fatos, a postagem analisada inclui comentários de outros usuários acerca desse mesmo texto de desinformação.

Diferentemente da desinformação anônima apresentada na Figura 2, a captura de tela da Figura 3 mostra uma postagem atribuída a um perfil de alto engajamento em diversas plataformas, conhecido pela sua atuação alinhada ao bolsonarismo e à extrema-direita⁹². Seu papel enquanto ativista digital, juntamente com diversos “influenciadores” de extrema-direita ativos no Brasil e no mundo, se divide em dois objetivos. O primeiro diz respeito propriamente à indução de seus seguidores quanto às percepções e atitudes que devem assumir, orientando o procedimento desse público. Segundo Taylor Lorenz, “influenciadores digitais” da extrema-direita estabeleceram um protocolo “vasculhar as notícias em busca de algo que acham que vai incomodar seu público, depois fazem disso uma grande algazarra para torná-lo viral” (Lorenz, 2023, tradução nossa). Ainda de acordo com o artigo, no intuito de performar de modo mais efetivo nas plataformas de mídias sociais, é comum que esses perfis “se posicionem não apenas como uma fonte de informação para seu público, mas também como uma fonte de entretenimento”. Para tanto, tais “influenciadores” publicam conteúdos irônicos, recheados de neologismos, ataques a figuras políticas adversárias, além de se utilizarem de informações enganosas.

⁹² Além de participar de programas como Jovem Pan e ter seu próprio canal no YouTube, a “influenciadora digital” chegou a ter o acesso a sua conta do Instagram bloqueado por decisão do STF em janeiro de 2023, juntamente com diversos “influenciadores” da extrema-direita. Cf. <https://pleno.news/brasil/moraes-libera-redes-sociais-de-barbara-do-canal-te-atualizei.html>. Acesso em: 15 maio 2024. Seu alinhamento também fica perceptível na Figura 3 por conta do uso de uma bandeira do Brasil junto ao nome do seu perfil, prática que se tornou bastante comum entre bolsonaristas.

O segundo objetivo diz respeito à obtenção de lucros. “Qualquer tipo de evento noticioso que possa ser politizado para criar indignação é uma oportunidade para os influenciadores de direita ganharem dinheiro”, aponta Emily Dreyfuss, diretora do Shorenstein Center News Lab da Universidade de Harvard, um centro de pesquisa que investiga o impacto das mídias sociais (Lorenz, 2023, tradução nossa). Essas oportunidades se referem tanto ao patrocínio por parte de atores da direita com grande poder aquisitivo, os quais bancam influenciadores alinhados ideologicamente, quanto à presença de anunciantes que divulgam seus produtos em ambientes digitais com grande engajamento, concordando ou não com o seu conteúdo. Para tanto, tais “influenciadores” demonstraram enorme capacidade de manipular notícias em alta de acordo com a sua agenda política, atraindo muita atenção e se tornando um espaço amplo de publicidade. Para tanto, o uso de desinformação se torna crucial. Segundo pesquisa do grupo Cybersecurity for Democracy, fontes de notícia da extrema-direita possuem um alto engajamento no Facebook (plataforma pesquisada pela equipe), principalmente quando há desinformação:

No tocante à extrema-direita, as fontes de desinformação superam em muito em termos de engajamento as fontes cujo conteúdo não envolve desinformação. As fontes de extrema-direita designadas como espalhadoras de desinformação tiveram uma média de 426 interações por mil seguidores por semana, enquanto as fontes não relacionadas à desinformação tiveram uma média de 259 interações semanais por mil seguidores (Cybersecurity for Democracy, 2021, tradução nossa⁹³).

Como parte da Mídiosfera Extremista apresentada na Figura 1, esses “influenciadores” atuam pautando os temas que devem reverberar na base de apoiadores, muitas vezes distorcendo informações referentes a adversários políticos. Tal performance comumente reflete enunciados ou atos da figura populista e refrata esses “comandos” para seus seguidores em redes sociais. Como demonstrado na seção 2.1.1, o então presidente Jair Bolsonaro desempenhou uma série de ataques ao sistema eleitoral brasileiro. Desse modo, os divulgadores alinhados ao seu discurso promovem novos ataques ao sistema eleitoral, até mesmo “dividindo a responsabilidade” por sua produção (não sendo assim apenas o presidente a questionar as urnas) e criando a aparência de uma grande mobilização orgânica em torno do tema.

O texto da postagem inicia com uma espécie de provocação ao Ministro Luiz Roberto Barroso, então presidente do TSE (“E aí presidente do TSE?”), como que o instando a prestar explicações sobre o conteúdo de sua postagem, ao mesmo tempo em que direciona a indignação

⁹³ “Looking at the far-right, misinformation sources far outperform non-misinformation sources. Far-right sources designated as spreaders of misinformation had an average of 426 interactions per thousand followers per week, while non-misinformation sources had an average of 259 weekly interactions per thousand followers”.

do seu público a essa figura, considerando dialogicamente as respostas futuras dos seus seguidores. Essa segunda intenção também é reforçada pela publicação de uma foto do ministro na mesma postagem.

Em seguida, a autora da postagem informa que as urnas eletrônicas do sistema eleitoral brasileiro não possuem uma certificação do Inmetro (“As urnas eletrônicas não tem o certificado de qualidade do INMETRO que é o órgão regulador de aferição dos produtos utilizados no Brasil. O presidente do INMETRO Cel.⁹⁴ Marcos Heleno Guerson declarou que as URNAS eletrônicas não possuem certificação e aferição do INMETRO”). Como apontado no início desta seção, tal informação não é de todo inverídica, pois de fato as urnas não contam com essa certificação. No entanto, como já apontado, elas recebem uma aferição, mas de outros institutos. Outro equívoco a ser destacado é a informação sugerida de que somente o Inmetro atua como órgão regulatório dos produtos utilizados no Brasil. Na verdade, somam-se a esse instituto a Anvisa (responsável por cosméticos, alimentos, agrotóxicos, embarcações, medicamentos etc.) e o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Contudo, essas informações não aparecem na postagem. Elas provêm de fontes externas. Essa seleção de informações tem o potencial de fazer o leitor acreditar que as urnas seriam então irregulares e passíveis de alguma espécie de erro ou mesmo de fraude, como indica a legenda do usuário que compartilhou a postagem original (“Se não é reconhecido pelo INMETRO não tem validade, será que querem fraudes?”).

Depois, a autora questiona a aferição das urnas e reforça que o único órgão regulatório seria o Inmetro (“A pergunta é: Quem aferiu as URNAS eletrônicas? Se o INMETRO não aferiu, quem aferiu? O INMETRO é o único órgão aferidor do Brasil”). Como já mencionado, a autora do texto utiliza então a ausência de certificação do Inmetro para questionar a validade das urnas eletrônicas. Ela materializa essa percepção mediante indagações, instando seu público a fazer os mesmos questionamentos e assim chegar à mesma conclusão.

Finalmente, a autora busca conduzir seu público para uma determinada conclusão (“. Afff, deveriam ser recolhidas como ocorre com tantos outros produtos que não tem o selo do INMETRO”). Esse desfecho faz menção a um fenômeno possivelmente já conhecido pelo leitor da postagem, que é o recolhimento de produtos irregulares segundo a aferição do Inmetro. Assim, o leitor é convocado a se unir a ela nessa indignação por conta de uma suposta inequidade na ação do Inmetro, deixando de seguir um aparente protocolo que seria esperado nessa situação.

⁹⁴ O fato de a autora evidenciar que o então presidente do Inmetro se tratava de um militar pode ser relacionado ao prestígio que os membros da caserna recebiam do público bolsonarista.

Sobre isso, Bakhtin (2011) indica que, ao enunciar, consideramos quem é o interlocutor, quais são as suas crenças, seus preconceitos, seus posicionamentos diante de certas situações e o seu conhecimento de mundo, bem como o conhecimento sobre o objeto ao qual nosso enunciado se refere.

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios linguísticos, isto é, o estilo do enunciado (Bakhtin, 2011, p. 302).

Assim, em termos de gênero discursivo, a autora utilizou uma postagem de denúncia para efetuar seus propósitos comunicativos. O conteúdo temático do texto se apresenta como uma denúncia pelo apontamento de uma suposta irregularidade, assim como pela descrição da natureza dessa irregularidade, além de apontar um suposto agente responsável por esse problema (o ministro Luiz Roberto Barroso). A construção composicional se mostra na presença de uma legenda acima de uma imagem (a qual é facultativa) publicada no perfil de uma plataforma de mídia social aberta. Finalmente, quanto ao estilo da linguagem, a autora utiliza um tom de provocação e de indignação para instigar o seu leitor a um alinhamento com sua pauta. O texto ainda é marcado por várias perguntas retóricas que intentam conduzir seu leitor a fazer os mesmos questionamentos.

5.3 Ministro do TSE

A coleta do discurso de desinformação acerca de um suposto partidarismo de um dos ministros do TSE no período durante o período eleitoral em 2022 se deu no site “Aos Fatos”, em 16 de setembro de 2022⁹⁵. A autoria da matéria é também de Luiz Fernando Menezes (Menezes, 2022b), o qual afirma não ser real a foto em que o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Benedito Gonçalves aparece vestido com uma blusa alusiva ao então presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como afirmam publicações nas redes. Essa desinformação pode ser verificada na Figura 4.

⁹⁵ Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/e-montagem-foto-de-ministro-do-tse-com-blusa-de-lula/>. Acesso em: 16 maio 2024.

Figura 4 – É montagem foto de ministro do TSE com blusa de Lula



Fonte: Menezes (2022b).

A Figura 4 foi igualmente editada pela agência de checagem Aos Fatos – obviamente, no que diz respeito unicamente às várias inserções do logotipo da agência –, novamente para prevenir que a imagem seja utilizada para divulgação de desinformação. Diferentemente do exemplo anterior (Figura 3), em que as imagens possuíam um papel secundário na constituição da desinformação, este texto se ancora de maneira plena em uma suposta imagem do ministro Benedito Gonçalves utilizando uma vestimenta alusiva a um dos candidatos do pleito de 2022. Menezes então aponta que tal representação é na realidade uma montagem, termo que indica uma mescla de diferentes imagens para a produção de um novo produto (possivelmente com intenções enganosas ou mesmo artísticas ou publicitárias), evidenciando “o rosto do juiz e a estampa do petista sobre uma imagem que, originalmente, mostra o blogueiro de moda Bruno Barretto” (Menezes, 2022b). A montagem⁹⁶ assim inseriu digitalmente o rosto do ministro do TSE – retirado de uma imagem de ampla divulgação – sobre uma fotografia pessoal desse influenciador, retirada do seu perfil no Instagram, sendo ainda adicionada uma efígie do então

⁹⁶ Nenhuma das agências que verificaram essa desinformação consideraram a montagem como um *deepfake*, termo reservado ao uso de inteligência artificial (IA) para confecção de imagens digitais com base em um extenso banco de dados visual. A possibilidade de verificar a origem das imagens utilizadas na montagem é também um indício de que se tratou de uma ação “manual”, sem o uso de IA, que normalmente utiliza imagens reais apenas como referência, não necessariamente gerando algo novo por meio de uma mescla de imagens.

candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para indicar uma suposta parcialidade flagrante do ministro⁹⁷. As peças da montagem fraudulenta podem ser visualizadas na Figura 5.

Figura 5 – Fotos originais utilizadas na montagem da foto de ministro



Fonte: Menezes (2022b)⁹⁸.

À época (setembro de 2022), o então candidato à reeleição enquanto presidente Jair Bolsonaro havia participado das comemorações cívicas referentes ao Bicentenário da Independência do Brasil (7 de setembro) em Brasília. Essas comemorações foram seguidas por um discurso bastante personalista para seus apoiadores, o que foi visto como uma performance de caráter eleitoreiro⁹⁹. Em 10 de setembro de 2022, o ministro do TSE Benedito Gonçalves decidiu atender a um pedido da coligação do PT e do partido União Brasil e impedir a veiculação das imagens oriundas do evento de comemoração do 7 de Setembro no horário de

⁹⁷ É importante salientar que, apesar da menção ao candidato de oposição ideológica ao bolsonarismo, este discurso de desinformação foi adicionado como *corpus* desta pesquisa pelo fato de sua tônica residir na associação de um membro do judiciário do poder eleitoral com esse candidato. Assim, não se constitui em uma desinformação sobre o agente político, mas sim sobre o magistrado.

⁹⁸ A matéria de Menezes lista ao final da matéria as diversas fontes das imagens aqui reunidas.

⁹⁹ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62821211>. Acesso em: 15 maio 2024.

propaganda eleitoral de Jair Bolsonaro¹⁰⁰. Tal sequência de eventos muito provavelmente motivou a elaboração dessa imagem falsa e seu compartilhamento.

Finalmente, a Figura 4 é composta pela imagem adulterada do ministro do TSE Benedito Gonçalves, um texto diretamente sobre a imagem, que o identifica (“Ministro Benedito Gonçalves Tribunal Superior Eleitoral TSE”) e uma legenda com texto na parte superior. Segundo Menezes (2022b), esse discurso de desinformação contou com centenas de compartilhamentos no Facebook, sem contar sua circulação em plataformas de mensagens como WhatsApp, cuja estimativa de compartilhamento é de difícil obtenção. Na imagem coletada no site da agência Aos Fatos, observa-se na parte inferior alguns elementos visuais característicos da plataforma Facebook¹⁰¹. Contudo, ressalta-se a existência de diferentes reelaborações do mesmo conteúdo desse texto, com diferentes legendas (ou mesmo sem legenda), repassando, porém, a mesma imagem¹⁰².

Quanto a essas reelaborações, conforme dito no texto anterior, por mais semelhante que seja a reprodução do discurso, ao deslocar uma fala do seu contexto original e inseri-la em outro contexto, ocorrerão, nessa dinâmica, reacentuações e alterações de ordens diversas. Essa nova enunciação dialógica inclusive “determina também o destaque dado a determinados elementos” (Bakhtin, 2011, p. 297), como os adjetivos utilizados, os supostos desvios de conduta cometidos, ainda assim preservando a falsa tese de um partidarismo do ministro do TSE com base na montagem produzida.

A legenda na Figura 4, cuja autoria continua em anonimato, traz o texto a seguir:

FOI ESTE TRAVESTIDO DE MAGISTRADO, QUE COM UMA SÓ
CANETADA PROIBIU BOLSONARO DE MOSTRAR AS IMAGENS DO
DIA SETE DE SETEMBRO NA SUA PROPAGANDA ELEITORAL
GRATUITA NA TELEVISÃO.... MAIS UM PTralha DE TOGA A...¹⁰³

¹⁰⁰ Cf. <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/09/ministro-do-tse-proibe-bolsonaro-de-usar-imagens-de-7-de-setembro-no-horario-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁰¹ É possível perceber na imagem um alto número de compartilhamentos (63) em relação à quantidade de comentários (11) e de reações, incluindo “curtidas” (31). Esses dados podem indicar algo do comportamento do público desse tipo de postagem, denotando uma preferência pelo repasse informações sem a necessidade de alguma interação com o post original.

¹⁰² A mesma montagem voltou a circular em 2023, à época do julgamento acerca da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, sendo agora reorientada para gerar revolta pela presença de um ministro supostamente parcial para atuar como relator dessa ação. Ironicamente, a imagem utilizada para confecção desse novo discurso de desinformação foi justamente retirada do site da Aos Fatos, a Figura 5 nesta dissertação, inclusive evidenciando as fotos originais utilizadas para a montagem. Cf. <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.33DY9TQ>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁰³ É possível perceber uma supressão no texto postado na plataforma Facebook, que tem como política a necessidade de ativação de um comando para leitura do texto completo a partir de certo número de caracteres. Não foi possível encontrar a postagem original. Porém, vale salientar que a imagem circulou dessa maneira nas demais plataformas de mídias sociais. Em outros casos, os usuários postavam a legenda até a supressão. Cf. <https://www.instagram.com/p/Cii7NfXJsr3/?igsh=MWJheHlvc3Jla2dvMA==>. Acesso em: 18 maio 2024.

Assim como reproduzido nesse excerto, a legenda da Figura 4 aparece totalmente grafada em letras maiúsculas. Como discutido na seção 5.1, o uso desse recurso tipográfico tem sido usado no ambiente de interação digital para exprimir uma ideia de urgência, exclamação, alto volume de voz, alerta etc. O conteúdo da legenda possui como tema a identificação um agente jurídico supostamente parcial, o qual se interpôs aos interesses do então candidato Jair Bolsonaro, desagradando também os seguidores do político de extrema-direita. Assim, de maneira distinta dos exemplos anteriores, os quais argumentavam com vistas a convencer um eleitor independente, esse discurso de desinformação foi elaborado principalmente para atingir um público já ideologicamente alinhado ao bolsonarismo¹⁰⁴. Isso se mostra, além de por outras questões que serão discutidas a seguir, pelo uso da imagem do presidenciável que é o opositor político do bolsonarismo e também de um dos termos utilizados para se referir aos adversários ideológicos desse grupo: “PTralha”.

Outra distinção entre o discurso de desinformação da Figura 4 e os anteriores é que estes dependem menos de um habilidade técnica de elaboração, que poderia se mostrar em um levantamento de dados estatísticos falso ou, como no caso do texto em questão, na manipulação digital de uma imagem. Por isso, apesar de ser possível apontar a participação de usuários comuns de plataformas de mídias sociais no compartilhamento desse conteúdo, a elaboração da imagem que o ensinou se deu pela ação de um indivíduo ou equipe hábil e muito provavelmente com alinhamento ideológico ao bolsonarismo.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro¹⁰⁵, diversas fontes afirmaram a existência do que posteriormente passou a ser investigado pelas autoridades brasileiras como o “Gabinete do Ódio”. Segundo um documento pelo juiz Aírton da Veiga, auxiliar do ministro Alexandre de Moraes, trata-se de um grupo que “sob as ordens do Palácio do Planalto, espalharia fake news e afirmações agressivas contra adversários do atual governo” (Lago, 2022). No documento, Veiga afirma ainda que se tratava de verdadeira “organização criminosa”, de forte atuação digital, com núcleos de “produção”, “publicação” e “financiamento” com a finalidade clara de “atentar contra a Democracia e o estado de Direito”,

¹⁰⁴ Em contraposição, pode-se ressaltar que o apelo à indicação de um juiz partidário pode convencer algum interlocutor sem marcação ideológica clara. Contudo, pelas razões indicadas, essa não parece ser a intenção do autor texto. A adesão de um público externo ao grupo ideológico bolsonarista seria algo como um efeito colateral.

¹⁰⁵ Antes da eleição de Jair Bolsonaro, é possível já apontar a existência de uma organização em torno da produção de conteúdos de ódio e de desinformação por apoiadores do então candidato, incluindo sua equipe de marketing. Essa organização evoluiu então para a iniciativa descrita no parágrafo, que utilizava recursos estatais para suas atividades. Para mais informações sobre a atuação dessa organização antes da eleição de 2018, cf. o cap. 6 do livro “O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo”, da jornalista Consuelo Dieguez.

incluindo como participantes assessores presidenciais de Jair Bolsonaro¹⁰⁶. Apesar de não ser possível precisar que o discurso de desinformação da Figura 4 foi produzido pelo chamado “Gabinete do Ódio”, é importante estabelecer que a elaboração e a divulgação digitais de conteúdos falsos não se caracterizam como um processo meramente espontâneo. Havia a participação ativa de grupos organizados que muniam os usuários da plataforma com novas pautas e textos prontos para compartilhamento¹⁰⁷.

Três termos chamam a atenção na legenda da Figura 4. O primeiro deles é uma direta tentativa de caracterização do ministro do TSE Benedito Gonçalves enquanto alguém que não seria digno de sua investidura: “TRAVESTIDO DE MAGISTRADO”. O uso do termo “travestido” aqui intenta indicar que Gonçalves, por conta de uma suposta parcialidade, faria parte do “antipovo” (Lynch; Cassimiro, 2022), contrário as aspirações de um “cidadão de bem”, o que se revela em elemento como sua indicação em 2008 pelo então presidente Lula para compor o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e, de maneira mais evidente, na suposta imagem divulgada nesse discurso falso, alegadamente indicando alguma forma de partidarismo nas decisões do magistrado.

A palavra “travestido” é utilizada para caracterizar o indivíduo que está vestido com roupas e acessórios convencionados como do sexo oposto (e.g.: um homem se vestir com roupas consideradas femininas). Por extensão, também tem sido utilizada para dizer que algo não é exatamente o que parece (e.g.: “aquele programa sensacionalista travestido de noticiário”). Entretanto, o termo se constitui como altamente problemático pelo seu caráter preconceituoso, ao traçar uma evidente associação entre o travestismo e a suposta falta de ética no exercício da magistratura. Por conta das pautas, comuns entre setores de extrema-direita, de discriminação de gênero contra determinados grupos sociais, pode-se sugerir também o interesse do autor desse discurso de desinformação de motivar mais interações de grupos contrários à ideologia bolsonarista (respostas, comentários etc.) e assim obter mais engajamento na plataforma, atingindo um público maior, considerando o mecanismo de entrega de conteúdos do Facebook.

¹⁰⁶ Para um histórico das investigações, cf. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 10 maio. 2024.

¹⁰⁷ A atuação dessa organização criminoso pode ter se pautado nas iniciativas investigadas de intervenção de indivíduos e entidades russas na eleição estadunidense de 2016. As acusações do Departamento de Justiça dos EUA dão conta de que indivíduos russos utilizando perfis cidadãos americanos, roubando as identidades de americanos reais, para criar personagens falsos, implantar notícias falsas em apoio ao então candidato a presidente Donald Trump e desmobilizar democratas mediante falsas campanhas (por exemplo, ao promover uma manifestação com o slogan "Apoie Hillary. Salve os muçulmanos americanos" para fazer acreditar que a candidata apoiava alguma espécie de lei islâmica para os EUA, algo falso e que serviria de munição para republicanos. Para mais detalhes, conferir a série documental “Agentes do Caos”, produzida em 2020. Sobre a investigação do Departamento de Justiça dos EUA, cf. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/justica-americana-indicia-13-russos-acusados-de-interferir-na-eleicao-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2024.

O segundo termo de destaque na legenda da Figura 4 é a expressão “CANETADA”. A palavra evidentemente alude ao objeto caneta, o qual tem recebido uma conotação ligada à ideia de detenção de poder (o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro costumeiramente utilizava essa expressão nesse sentido). Por um lado, a palavra “caneta” foi valorada positivamente bolsonaristas e pelo próprio Jair Bolsonaro, indicando o poder que detinha enquanto presidente da república (“Porque a minha caneta funciona. Não tenho medo de usar a caneta”¹⁰⁸). Assim, o conceito é assim validado por apoiadores como algo que convinha ao chefe de Estado. Por outro lado, o uso do termo derivado “canetada” sugere um uso abusivo de poder, seja de forma inapropriada ou por pessoas que não deveriam detê-lo, como no argumento falso presente na Figura 4. Nesse caso, essa palavra adquire uma conotação negativa, apontando uma ação autoritária, individual e ilegítima do indivíduo¹⁰⁹. É possível notar um uso significativo dessa expressão direcionada aos aversários políticos do então presidente Jair Bolsonaro¹¹⁰.

Por fim, o terceiro destaque da legenda aparece no uso da expressão “PTralha DE TOGA”. Também escrito como “petralha”, sem o “p” mudo, considera-se que o termo foi cunhado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, para designar os correligionários do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais eram considerados por ele como corruptos e criminosos¹¹¹. O termo também alude a um grupo de personagens de quadrinhos, uma quadrilha de ladrões chamada “Irmãos Metralha”. Assim, a expressão “petralha” – ou “PTralha” – tem sido usada conservar em qualquer referência a algum adversário político ou indivíduo que é parte do “antipovo” a ideia de que se trata de alguém maculado, ilegítimo, pérfido. Para isso, o autor do texto inclusive utiliza letras minúsculas para ressaltar a suposta vinculação do ministro Benedito Gonçalves ao Partido dos Trabalhadores.

Quanto ao gênero discursivo, o texto se caracteriza também como uma postagem de denúncia. Assim como no exemplo anterior, o conteúdo temático se constitui na indicação de um suposto desvio de conduto do ministro do TSE, a qual se constitui por meio de uma montagem fraudulenta. A construção composicional também se caracteriza pela presença da legenda acima da imagem publicada no perfil de uma plataforma de mídia social aberta, no caso, o Facebook. Contudo, de maneira distinta, o aspecto visual desse texto atua de maneira mais determinante no propósito comunicativo do autor, servindo como a suposta prova dos

¹⁰⁸ Cf. <https://www.jb.com.br/pais/politica/2020/04/1023171--vai-chegar-a-hora-deles---bolsonaro-ameaca-usar--caneta--contra-membros-do-governo.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

¹⁰⁹ Cf. <https://www.estadao.com.br/opiniao/o-dano-colateral-da-canetada-de-toffoli/>. Acesso em: 13 maio 2024.

¹¹⁰ Durante seu governo, a expressão era comumente utilizada contra membros dos judiciário. Atualmente, nota-se o uso do termo para membros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

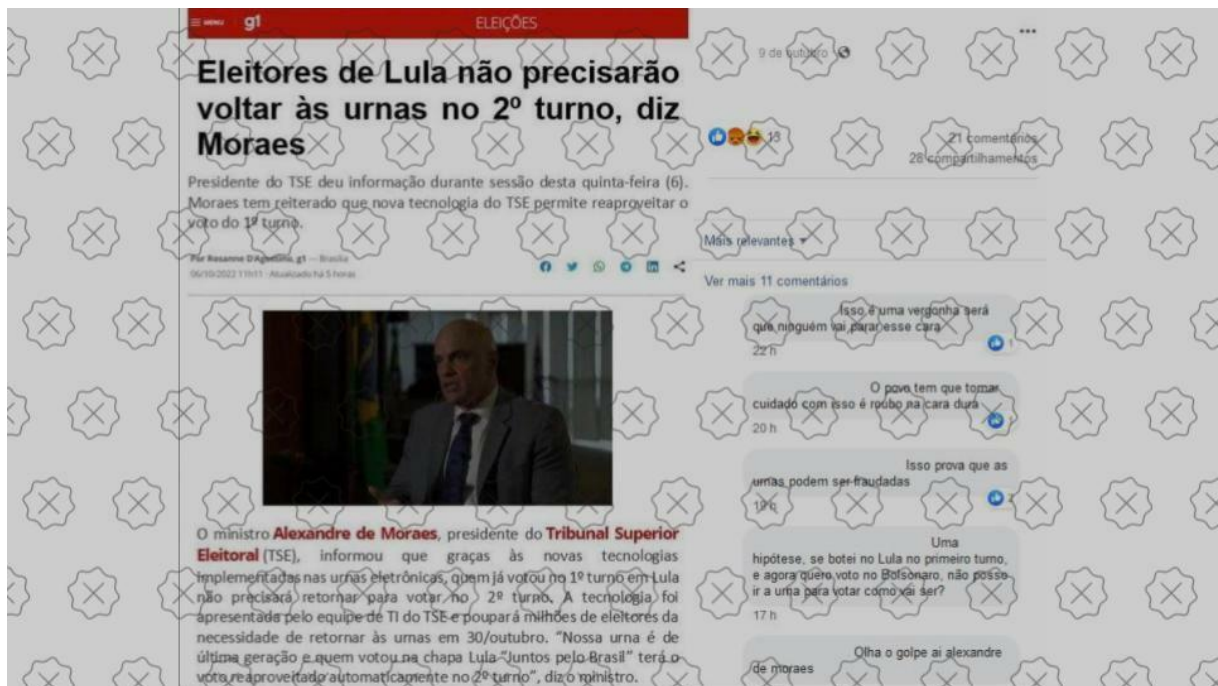
¹¹¹ Além de estar presente em diversos artigos e participações em jornais, o termo se estabilizou com a publicação do autor “O País dos Petralhas”,

enunciados indicados na legenda. Por fim, o estilo de linguagem do texto é marcado também por um tom de indignação e, mais fortemente, ofensa quanto ao alvo da desinformação. Elementos como a caixa alta da fonte e termos intensamente marcados ideologicamente (“TRAVESTIDO”, “PTralha”) funcionam ainda para incitar uma resposta de maior revolta do público visado do texto, o qual é imaginado como ideologicamente alinhado.

5.4 Voto no segundo turno

O último texto de desinformação referente à dispensa dos eleitores do candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência de comparecerem às urnas para a votação no segundo turno foi publicado também no “Aos Fatos”, em 11 de outubro de 2022¹¹². A autoria da matéria é de Luiz Fernando Menezes (Menezes, 2022c), afirmando ser falsa a informação de que eleitores do ex-presidente e candidato do PT ao Planalto não precisam comparecer ao segundo turno, e que isso teria sido indicado pelo então presidente do TSE, o ministro Alexandre de Moraes. Essa desinformação pode ser verificada na Figura 6.

Figura 6 – É falso que eleitor de Lula não precisará votar no 2º turno



Fonte: Menezes (2022c).

A Figura 6 foi também editada pela agência Aos Fatos para prevenir seu uso na divulgação de desinformação. Segundo Menezes (2022c), o TSE corroborou que “a afirmação

¹¹² Cf. <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-eleitor-lula-nao-precisa-votar-2-turno/>. Acesso em: 15 maio 2024.

é ‘totalmente inverídica’ e ressaltou a necessidade de comparecer aos dois turnos das eleições presidenciais”. A matéria também indica que a publicação foi compartilhada centenas de vezes no Facebook e também circulou em plataformas como WhatsApp. A Figura 6 se trata de uma captura de tela (editada) da plataforma Facebook, caracterizada por elementos como cores, emojis, *design* etc. Pode-se identificar na figura a imagem que simula uma captura de tela de um site de imprensa, comentários¹¹³ de usuários da plataforma de mídias sociais e algumas métricas, como o número de reações, de comentários e de compartilhamentos.

Assim como no exemplo anterior, o conteúdo de desinformação da figura 6 inclui uma manipulação de imagem digital. Segundo Menezes (2022c), essa e outras postagens “ simulam uma reportagem do G1, que jamais publicou tal alegação”. O autor afirma ainda que “não há nenhuma (*sic*) notícia semelhante publicada pelo site, e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) negou, em nota, que Moraes tenha dito algo nesse sentido”. É possível ainda recuperar parte da imagem original utilizada na confecção desta montagem, que é oriunda de uma reportagem publicada pelo G1 em 6 de outubro, evidenciando uma fala de Moraes sobre os testes de integridade das urnas. Uma comparação entre a montagem fraudulenta e sua imagem original pode ser visualizada na Figura 7.

Figura 7 – Montagem e imagem original da desinformação sobre voto no segundo turno



Fonte: Menezes (2022c).

¹¹³ Apesar de ser um conteúdo passível de análise, esta pesquisa optou por não tratar dos comentários presentes na imagem, por 1) não ser um conteúdo presente nos diversos compartilhamentos realizados nas plataformas de mídias sociais, os quais normalmente incluíam apenas a imagem – como se vê em outras matérias de checagem de fatos sobre esse mesmo texto; e por 2) não se tratar especificamente do texto elaborado pelo autor desse discurso de desinformação.

Como se percebe as imagens da Figura 7, o autor anônimo deste texto de desinformação realizou uma tentativa de cópia visual de um conteúdo real veiculado no *site* do veículo de imprensa G1. É possível perceber semelhança nos caracteres tipográficos, nos botões de ação para compartilhamento em cada forma de mídias sociais, além de elementos que não se manifestam na imagem à direita, mas que notadamente fazem parte atualmente da identidade visual do *site* do G1, como a presença de *hyperlinks* grafados na cor vermelha – a qual é predominante no restante do *site* do G1. Ademais, o autor anônimo optou por utilizar a mesma imagem do então presidente do TSE, além de dados da matéria, como autoria, cidade, data e hora de publicação.

Quanto à imagem propriamente dita, reproduz-se a seguir o conteúdo da manchete, do subtítulo e do *lead* (primeiro parágrafo do corpo de texto).

Eleitores de Lula não precisarão voltar às urnas no 2º turno, diz Moraes

Presidente do TSE deu informação durante sessão desta quinta-feira (6). Moraes tem reiterado que nova tecnologia do TSE permite reaproveitar o voto do 1º turno

O ministro Alexandre de Moraes¹¹⁴, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informou que graças às novas tecnologias implementadas nas urnas eletrônicas, quem já votou no 1º turno em Lula não precisará retornar para votar no 2º turno. A tecnologia foi apresentada pelo equipe de TI do TSE e poupará milhões de eleitores da necessidade de retornar às urnas em 30/outubro. "Nossa urna é de última geração e quem votou na chapa Lula "Juntos pelo Brasil" terá o voto reaproveitado automaticamente no 2º turno", diz o ministro.

Conforme já discutido, o texto desse discurso de desinformação visa simular uma publicação real de um veículo de imprensa. Diferentemente dos exemplos anteriores, em que os autores comunicavam a desinformação de maneiras que podem ser consideradas mais simples (como uma captura de tela de um texto em um aplicativo de mensagens ou de uma postagem no Facebook), a pessoa que elaborou este texto escolheu fazê-lo como uma matéria jornalística.

A razão para isso pode estar relacionada ao público provavelmente visado por esse enunciado. Enquanto os exemplos anteriores parecem direcionados a um interlocutor alinhado ao bolsonarismo, o qual será instigado a produzir um sentimento de indignação e revolta, o discurso da Figura 6 parece se direcionar particularmente ao grupo que ele nomeia: “eleitores

¹¹⁴ Na imagem, os trechos “Alexandre de Moraes” e “Tribunal Superior Eleitoral” aparecem em vermelho, simulando se tratar de *hyperlinks*, mecanismo de interação que direciona o leitor para outros textos, normalmente do mesmo portal, na *web*.

de Lula”. Ao indicar uma desobrigação desse público em votar no segundo turno para manifestar sua escolha quanto ao presidente, o texto intenta gerar uma inação entre esses eleitores, de maneira a reduzir o número de votos do então candidato do PT.

Tamanho intento parece ter motivado tanto a simulação de uma matéria de um veículo de imprensa como também a legitimação do seu conteúdo em uma suposta fala do ministro do TSE Alexandre de Moraes. O autor anônimo do texto desinformação aparentemente se baseou no fato de que tanto o G1/Grupo Globo quanto o ministro Alexandre de Moraes contam com alguma simpatia da parte dos eleitores de Lula, particularmente por conta de suas atuações, seja pelas matérias de denúncia¹¹⁵ ou pelas decisões judiciais¹¹⁶, que contrariaram os interesses bolsonaristas. Assim, esta pesquisa acredita que essa escolha quanto ao gênero discursivo foi motivada pela percepção de que ela produziria um texto mais convincente ao público intencionado¹¹⁷.

De todo modo, a opção de aparentar uma notícia real de um veículo de imprensa advoga pela importância ainda remanescente do jornalismo enquanto uma fonte (questionável, mas mesmo assim) reconhecida em termos de autenticidade e validade. Mesmo na percepção de quem se opõe à sua atuação, apesar do processo de desintermediação (cf. seção 3.2) que acompanhou o fenômeno nas mídias sociais, a imprensa é encarada como um símbolo de bastante autoridade no imaginário da população, principalmente para a parte da sociedade brasileira que se posiciona de forma contrária ao bolsonarismo.

Para tanto, pode-se notar uma aparente neutralidade na materialização do texto desse discurso de desinformação. Tal escolha se mostra na ausência de adjetivos ofensivos a figuras públicas, como no caso do discurso de desinformação anterior, e por atribuir as informações dos textos a vozes externas, com o uso de verbos *discendi* (“Presidente do TSE deu informação”, “O ministro Alexandre de Moraes [...] informou” etc.). Cabe destacar que, conforme Bakhtin (2011, p. 289), é impossível que um enunciado seja absolutamente neutro, uma vez que “a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse

¹¹⁵ Cf. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/30/bolsonaro-ofende-a-tv-globo-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

¹¹⁶ Cf. <https://oglobo.globo.com/politica/entenda-como-alexandre-de-moraes-se-tornou-inimigo-1-de-bolsonaro-25189084>. Acesso em: 20 maio 2024.

¹¹⁷ Pode-se discutir ainda a real efetividade desse tipo de estratégia tendo em vista o aparato de comunicação utilizado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Seja por conta dos grupos em aplicativos de mensagens, cuja participação se restringe aos bolsonaristas, ou pelos filtros presentes em plataformas como o Facebook e X/Twitter, que segmentam os conteúdos que atingirão os usuários da rede social, há uma grande tendência de que esse tipo de conteúdo de alinhamento reacionário não aparecerá no *feed* de pessoas ligadas à esquerda. Outra possibilidade seria contar com atuação de apoiadores de ex-presidente Jair Bolsonaro compartilharem esse texto com pessoas conhecidas de perfil ideológico oposto, no intuito de convencê-las a não irem votar, sendo ainda questionável o sucesso desse tipo de medida.

objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”. Assim, a tentativa de neutralidade aqui percebida não é concebida como um completo afastamento do enunciador quanto à temática do texto, mas sim de um esforço (mal-intencionado) de construir uma representação supostamente objetiva do assunto.

Outra distinção entre o discurso de desinformação presente na Figura 6 e os anteriores reside no uso de um tom positivo na sua elaboração, em contraposição ao caráter alarmante e de indignação visto nos casos até então. Trechos como “não precisarão voltar às urnas” (que indica uma desobrigação, a isenção de um dever), “nova tecnologia” (alusivo a uma ideia de inovação), “graças às novas tecnologias” (apreciando a dispensa de obrigações pelo avanço tecnológico) “poupará” (prometendo alívio dos deveres) e “de última geração” (apelando novamente para o potencial da nova tecnologia) buscam representar a informação fraudulenta positivamente, visando gerar no público de “eleitores de Lula” um sentimento positivo de descanso do dever. Apesar do sucesso desse tipo de iniciativa ser discutível, é importante salientar que, principalmente ao simular uma matéria de imprensa baseada supostamente nos dizeres do ministro do TSE Alexandre de Moraes – incluindo até mesmo citações diretas –, textos de desinformação como esse possuem a capacidade de tumultuar o processo eleitoral de um país, ao deixar o cidadão em dúvida sobre a veracidade de determinadas decisões referentes ao pleito e confuso sobre a confiabilidade das variadas fontes de informação, inclusive as mais consagradas.

Assim, em termos de gênero de discurso, essa desinformação é elaborada como uma notícia digital de imprensa. O conteúdo temático se mostra em um suposto fato de interesse público (regulamentação do sufrágio), que se caracteriza como um assunto adequado a um texto de imprensa e, portanto, teria motivado a elaboração da matéria. A construção composicional se mostra na estrutura típica de um texto jornalístico, com título, subtítulo, *lead*, imagem, dados da matéria, *hyperlinks* e mecanismos de compartilhamento do *site* no espaço digital. Já quanto ao estilo, em contraposição à informalidade dos discursos de desinformação anteriores, o texto em questão é marcado pela formalidade, uso de diferentes referentes ao ministro Alexandre de Moraes, correção gramatical e uso de discurso direto para mobilizar a voz do então presidente do TSE.

5.5 Panorama da análise

Segundo Bakhtin (2011), todo enunciado possui sempre autor e destinatário, ainda que este seja virtual. Conforme foram analisados cada um dos discursos de desinformação coletados nesta dissertação, ficou clara a maneira como as escolhas temáticas e de realização léxico-

gramatical dos textos eram reflexos das escolhas dos autores anônimos quanto ao seu destinatário. Enquanto o quarto texto de desinformação (aparentemente voltado aos “eleitores do Lula”) apresentava um caráter mais formal, positivo e pretensamente neutro (cf. seção 5.4), o terceiro texto (direcionado ao público bolsonarista) mobilizava uma postura de ataque, com diversos adjetivos ofensivos e tons de indignação. Esse quadro demonstra que tais textos consideraram o seu público para sua produção, visando às respostas do leitor a esses textos. Quando a interpretação do receptor/destinatário se baseia, sobretudo, apenas em suas próprias crenças e convicções, os textos de desinformação tendem a ser mais facilmente aceitos e assumidos pelo leitor como verdadeiros. Assim, o “enunciador sempre leva em consideração a percepção do seu discurso pelo destinatário, quais são as suas crenças, posicionamentos e o conhecimento sobre o objeto ao qual ele se refere” (Molinari, 2021, p. 111).

No caso dos textos digitais, a resposta do público não se mostra simplesmente na sua anuência quanto às teses mobilizadas nos textos de desinformação. Sua resposta também fica patente na maneira como esse público poderia responder em termos de interação nas plataformas de mídias sociais. Nos casos em que há um alinhamento ideológico entre o autor do texto e seu público, espera-se que este contribua com a mobilização de propaganda do líder populista ao compartilhar o texto com outros usuários, postar o texto em seu próprio perfil, enviar o texto para outras plataformas de mídias sociais, reagir com curtidas e comentários à postagem principal, além de outras ações que também seriam possíveis no caso de um texto analógico – debater com outras pessoas pessoalmente sobre o tema do texto, ficar mais engajado com a causa do líder populista, entre outras atitudes esperadas de um “súdito ideal” (Arendt, 2012).

Por outro lado, nos casos em que não há esse alinhamento ideológico, há também uma expectativa quanto à resposta desse público. Além de uma eventual anuência quanto ao tema mobilizado, por conta da arquitetura digital das plataformas de mídias digitais quanto ao chamado “engajamento” (repercussão de um conteúdo no âmbito interno da rede social), basicamente qualquer forma de interação de um público (inclusive em oposição ideológica) com esse conteúdo irá torná-lo mais visível (“engajado”) para os demais usuários da plataforma. Em outras palavras, quando um usuário compartilha com um amigo determinada postagem com desinformação na intenção de desacreditá-la, ou quando ele comenta na postagem dizendo se tratar de uma mentira, tal postagem é identificada pelo aparelho algorítmico da rede (cf. seção 3.2) como capaz de gerar interesse em outros usuários. Logo, ela é “entregue” para um público maior, dando ainda mais visibilidade à desinformação, chegando até mesmo a pautar o debate público (assim, tal atitude do usuário não alinhado ao conteúdo da postagem acaba por

indiretamente ajudar a propagar a sua circulação digital). Dessa maneira, o autor de um texto de desinformação busca também que esse público opositor interaja de alguma forma com o conteúdo no âmbito das plataformas, por meio de textos engenhados para incitar esse tipo de interação.

Em uma entrevista com o pesquisador Rodrigo Carneiro, o jornalista Luiz Zak (2022) descreve como a interação (seja quem for o usuário) mobiliza o texto de desinformação nas redes sociais, por conta da estrutura dos algoritmos:

O algoritmo é uma sequência de ações computacionais pré-estabelecidas que pode mudar ou se adaptar ao contexto em que é aplicado. “No caso das notícias falsas, os algoritmos estão ligados ao funcionamento das redes sociais, que basicamente buscam oferecer ao usuário conteúdo que pressupõe que a pessoa vai interagir de alguma forma”, explica o pesquisador, que continua: “Essas ferramentas não fazem distinção de que tipo de conteúdo é esse, portanto, as fake news prosperam porque há público consumidor que interage com elas, comenta, repassa, dá like, etc.”

Esse fenômeno é identificado na Análise Dialógica do Discurso como relativo à questão da responsividade. Como já apontado, na perspectiva bakhtiniana, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (Bakhtin, 2011, p. 300). Tal responsividade acontece inclusive quando uma agência de checagem de informações decide realizar a verificação de determinado conteúdo. Apesar de seu papel no combate à desinformação, tal atividade contribui para repercutir determinados textos de desinformação, o que pode, de alguma maneira, beneficiar os produtores desses discursos falsos, caso essa repercussão se dê inapropriadamente¹¹⁸. Pode-se assim dizer que “o enunciado é sempre orientado para um interlocutor – é um projeto enunciativo de alguém para outro alguém” (Molinari, 2021, p. 73).

Parte dessa orientação ao interlocutor se mostra ainda na predominância de textos com caráter de denúncia. Tais discursos se mostram extremamente eficientes em unir um grupo supostamente ameaçado em torno de um inimigo em comum (conforme a discussão sobre endogrupo e exogrupo no final da seção 5.1). Ademais, essas denúncias também são marcadas por um enorme caráter de urgência, instigando o leitor a tratar sobre o assunto o quanto antes. Tal ritmo de urgência é bastante característico do ambiente digital, principalmente em redes como X/Twitter, influenciando também o comportamento do usuário.

¹¹⁸ Um exemplo disso é o caso relatado na nota de rodapé 112, que destaca o fato da imagem da Figura 4 ter sido “reaproveitada” para um novo discurso de desinformação, o qual se constituiu utilizando justamente a imagem presente na matéria da checagem. Apesar da intenção de combater a desinformação, apesar da edição da imagem, a atividade terminou por colaborar para a produção de novos textos fraudulentos.

A escolha pelo alto fluxo de produção de textos digitais também é reflexo da imersão do ser humano atual em uma esfera de comunicação pautada justamente por esses tipos de textos. Apesar desta dissertação tratar unicamente de textos verbais escritos, é importante ressaltar que uma parte massiva de comunicação dessa frente de ataque ao sistema eleitoral brasileiro também se realiza por vídeos, áudios, lives, entre outros. Como aponta Medviédev, “uma coletividade possuidora de percepção ideológica cria formas específicas de comunicação social” (2016, p. 53). As escolhas de quanto a gêneros e mídias utilizadas para propagação de desinformação refletiram a intenção de dialogar com indivíduos rodeados por memes, vídeos, áudios, notícias, manchetes, entre outros.

O meio ideológico é sempre dado no seu vir a ser dialético vivo; nele, sempre existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem. Mas para cada coletividade, em dada época do seu desenvolvimento histórico, esse meio se manifesta em uma totalidade concreta, singular e única, reunindo em uma síntese viva e imediata da ciência, a arte, a moral e outras ideologias. (Medviédev, 2012, p. 57).

Tais elementos corroboram ainda a necessidade de consideração do construto social em que se dão os enunciados, frutos da interação de vozes sociais que materializam os discursos. Esse caráter fica evidente na perspectiva bakhtiniana ao conceber o discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária a alguns aspectos da vida concreta do discurso” (Bakhtin, 2008, p. 207).

Observou-se ainda em boa parte dos textos de desinformação coletados no *corpus* o uso de elementos como textos em negrito, fontes em caixa alta, uso de imagens de forma periférica, itens que promovem destaque à dimensão visual do enunciado. Esses elementos, combinados com as escolhas lexicais dos textos (escolhidos para fomentar indignação ou revolta, por exemplo), evidenciam o tom emotivo-volitivo do enunciado:

O tom volitivo-emocional, embora vinculado à palavra e como que fixado a sua imagem sonora tonalizante, evidentemente não diz respeito à palavra mas ao objeto que esta exprime, mesmo que este não se realize na consciência como imagem visual; só pelo objeto assimila-se o tom emocional mesmo que este se desenvolva junto com o som da palavra (Bakhtin, 2011, p. 86).

Como já estabelecido, a presença desses termos parece colaborar com uma resposta mais engajada dos leitores. Segundo a pesquisa de Fisher (2023), esse tipo de mobilização das emoções evidenciado nos três primeiros discursos de desinformação possui bastante efeito no alcance desses textos. Segundo o autor, uma pesquisa de uma equipe de psicólogos chefiada

por William Brady identificou que tuítes com os chamados “termos moral-emotivos” tinham um alcance na plataforma 20% maior.

Independentemente do tópico, independentemente da facção política, o que os psicólogos tratam como “termos moral-emotivos” impulsionava várias vezes o alcance de qualquer tuíte. Termos moral-emotivos transmitem sentimentos como repulsa, vergonha ou gratidão (“Refugiados merecem compaixão”, “As opiniões daquele político são repugnantes”.) Mais do que meras palavras, são expressões de (e convocações ao) julgamento da comunidade, seja ele positivo ou negativo. Quando você diz: “O comportamento de Suzy é pavoroso”, na verdade está dizendo: “Suzy cruzou um limite moral; a comunidade devia perceber e, talvez, agir” (Fisher, 2023, p. 190).

Finalmente, é importante estabelecer ainda que tais discursos são frutos de uma iniciativa política populista reacionária (cf. seção 2.2), que tem no seu líder e correligionários a base para os temas e estratégias discursivas implementadas. Como aponta Volóchinov, “o centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão, não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo” (2017, p. 216). Assim, os textos de desinformação coletados nesta pesquisa refletem as aspirações, defesa e comando do ex-presidente Jair Bolsonaro durante o seu mandato (cf. seção 2.1.1), seja, por exemplo, nas tentativas de desacreditização do TSE em suas falas públicas ou na sua indignação contra o judiciário, que constantemente repelia seus avanços de caráter antidemocrático.

As falas de Jair Bolsonaro e desses discursos de desinformação demonstravam como as escolhas (e também as não-escolhas) lexicais estão associadas às tonalidades valorativas, ao se referir aos sistema eleitoral brasileiro e ao sistema de justiça eleitoral. Ademais, esses textos de desinformação particularmente evidenciam como “os enunciados dos outros podem ser recontados com um variado grau de reassimilação” (Bakhtin, 2011, p. 297). Assim, elementos como ataque à imprensa, ataque ao TSE e a políticos de esquerda em discursos de desinformação correntes no ambiente digital refletem as posições valorativas do líder populista com esses objetos de seu discurso, constituindo-se “uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo” (p. 297). Como diz ainda o autor (p. 371), o enunciado “sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro nem o último. Ele é apenas um elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado”.

6 ACABAMENTO TEMPORÁRIO

Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de abandoná-lo. (George Orwell, “1984”)

Esta dissertação foi orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: como se caracterizam esses textos digitais de desinformação acerca do sistema eleitoral brasileiro em termos de gênero discursivo? Dessa forma, sua análise buscou tratar de aspectos relativos à identificação da materialização desses discursos de desinformação enquanto gêneros discursivos, nos moldes do pensamento bakhtiniano. Para isso, outros conceitos da Análise Dialógica do Discurso foram mobilizados, como relações dialógicas, responsividade, tom emotivo-volitivo, entre outros.

Desse modo, para responder à pergunta de pesquisa elencada, na segunda seção, esta pesquisa descreveu o contexto social em que se deram essas falsas alegações de fraudes nas eleições, tanto no mundo como no Brasil, além da descrição e análise dos elementos sociais e políticos determinantes para a eleição de 2022. Na terceira seção, foram tratados aspectos teóricos acerca da desinformação enquanto fenômeno, incluindo pós-verdade e questões relativas às plataformas de mídias sociais enquanto ambientes de realização e fomento à desinformação. Na quarta seção, foram apresentados os aspectos teórico-metodológicos que embasaram esta pesquisa, incluindo um referencial da Análise Dialógica do Discurso, particularmente a categoria de gêneros discursivos, a noção de cotejamento e ainda elementos da metodologia de verificação das agências de checagem de informações. Finalmente, a quinta seção conteve a análise do *corpus* reunido nesta pesquisa.

Ao adotar a perspectiva dialógica de análise, foi estabelecido que os enunciados não podem ser estudados fora da cadeia discursiva e do seu contexto sócio-histórico. Por essa razão, foi realizado o cotejamento de textos e a descrição de seus contextos, tanto imediatos quanto macro, contemplando aspectos políticos, sociais, ideológicos e relativos à desinformação. Tal percurso teórico-analítico do trabalho se constituiu dessa maneira para, desse modo, buscar compreender os sentidos produzidos no interior desses enunciados. Consideramos que o *corpus* selecionado abrangeu não só diferentes manifestações enunciativas, mas também temáticas variadas, de modo que foi possível contemplar diversos acontecimentos que se sobressaíram durante as disputas discursivas desse período.

O primeiro objetivo específico elencado por esta pesquisa foi investigar quais estratégias discursivas são recorrentes e de que maneira elas são materializadas nos enunciados analisados. Neste trabalho, foi possível identificar um conjunto de estratégias discursivas recorrentes, de acordo com o público visado pelo autor do texto. Inicialmente, em especial nos três primeiros

textos, é possível apontar o caráter de denúncia em sua materialização, a qual se deu pela identificação de um problema, seus riscos e seus agentes. Também foi bastante recorrente o uso de imagens, sejam verídicas ou montadas, as quais indicam ao leitor o tema do texto verbal ou mesmo servem como supostas provas de irregularidades. Pode-se ainda apontar o tom de indignação presente nos três primeiros textos, constituído da descrição de supostas ameaças, perguntas retóricas e adjetivos ofensivos. Além disso, o mesmo efeito é oriundo dos trechos grafados em caixa alta para catalisar a indignação. Em contraposição, o quarto texto foi caracterizado como pretensamente neutro e formal, distinguindo-se dos anteriores. Ademais, percebe-se ainda a recorrência do anonimato nesses textos, exceto no caso do segundo, atribuído a uma influenciadora bolsonarista.

O segundo objetivo específico foi compreender como os textos de desinformação podem se beneficiar do contexto social de 2022, em que os fatos são contestados apesar das evidências. Assim, o percurso teórico do texto identificou o ambiente político em que ocorreram as eleições de 2022 como marcado pelo chamado “bolsonarismo”, o qual é o resultado de uma série de acontecimentos e fenômenos que se deram desde 2013 e possui um caráter populista reacionário. Ademais, por conta da arquitetura das plataformas de mídias sociais, esse movimento populista atuou de maneira a instar parte da população a, de maneira deliberada, rejeitar fontes de informação contrárias àquelas designadas pelo líder populista (imprensa, judiciário, esquerda etc.). Tal comportamento foi descrito como oriundo de um ambiente de pós-verdade, em que o apelo à emoção ou crença pessoal são grandemente influentes na formação da opinião de determinado público. Assim, ficaram patentes na maior parte dos textos de desinformação do *corpus* dessa pesquisa as tentativas de apelo às crenças pessoais e emoções do leitor, seja incitando indignação, revolta ou a noção pessoal de justiça.

O terceiro objetivo específico foi identificar de que maneira esses discursos falsos buscam reforçar os grupos ideológicos já constituídos. Retomando o que já foi dito na seção anterior, os três primeiros textos foram marcados por uma tentativa de denunciar uma injustiça, apontando supostos agentes desse mal. Apesar do primeiro texto ter sido identificado como não orientado a um bolsonarista, mas ainda assim alguém capaz de se alinhar ideologicamente a essa pauta, a análise deixou evidente a materialização de uma contraposição entre nós (o povo) e eles (o antipovo), seja de maneira ligeiramente mais sutil (como no primeiro texto) ou mais explícita (o segundo e o terceiro). Assim, esse reforço dos grupos ideológicos pode ser realizado por meio da captação de mais adeptos (ao movimento ou ao menos à concordância com determinadas pautas) ou ainda instigação e orientação quanto às pautas ideológicas que tais

grupos devem manifestar. Desse modo, há uma tentativa de fortalecimento dos grupos constituídos no que diz respeito a aspectos ideológicos e de ação.

Já o quarto objetivo específico foi analisar os possíveis efeitos pretendidos por esses discursos de desinformação. Em termos gerais, tais discursos visaram desacreditizar e tumultuar o debate público acerca do sistema eleitoral brasileiro, seja falsamente divulgando informações falsas sobre prazos e protocolos para a eleição, questionando de maneira infundada a segurança das urnas eletrônicas, apontando um suposto partidarismo de um ministro do TSE ou ainda desobrigando o eleitor do partido opositor a não ir votar por conta de uma suposta nova tecnologia. Assim, os efeitos pretendidos incluem: gerar em uma parcela do eleitorado um alinhamento ideológico quanto ao sistema eleitoral brasileiro, fomentar a desconfiança sobre as urnas eletrônicas e os membros do judiciário eleitoral, além de dificultar o acesso às informações verdadeiras e pautar o debate público sobre temas que servem ao interesse ideológico. Esse conjunto de efeitos visa, no fim das contas, alcançar a expansão ou ao menos a manutenção do poder já garantido, buscando limitar o raio de ação da oposição e inflamando sua base de apoio para pressionar pela vitória do líder populista.

Finalmente, o objetivo geral foi compreender de que maneira os discursos de desinformação sobre o sistema eleitoral se constituem e funcionam como gêneros discursivos de modo a elaborar uma rede de sentido assumida como verdadeira por parte dos sujeitos. A análise demonstrou uma predominância no uso de gêneros marcados por um tom de denúncia. Tal elemento esteve presente nos três primeiros textos. O primeiro discurso de desinformação foi caracterizado como uma mensagem de denúncia, por manter essa temática e se materializar como um texto compartilhado em uma plataforma de troca de mensagens, de caráter informal e simples. Já o segundo e o terceiro discurso foram definidos como postagens de denúncia, diferenciando-se por seu meio de materialização ser a plataforma Facebook e estarem presentes como postagens na linha do tempo da rede social, mas conservando a informalidade e simplicidade. Finalmente, o último discurso foi definido como uma notícia digital de imprensa, devido à sua construção, estilo e tema como característicos desse tipo de gênero, marcado pela formalidade e aparente neutralidade.

Ao se configurar em gêneros discursivos já conhecidos pelo público (mensagem de denúncia, postagem de denúncia e notícia digital de imprensa), esses conteúdos adquirem maior capacidade de adesão dos leitores, que podem perceber nessas formas familiares um indicativo de credibilidade dessas informações. Ao se deparar com uma mensagem de denúncia em uma plataforma de mensagens, o interlocutor reconhece aquele gênero como algo comum e aparentemente genuíno. Além disso, a escolha de cada gênero analisado nesta pesquisa se

adequou à pretensão específica de cada texto, sendo assim capaz de adicionar mais uma camada de verossimilhança aos conteúdos de desinformação.

Com base no exposto, conclui-se que os enunciados desinformativos são manifestações discursivas inerentemente ideológicas que se manifestam em diversos gêneros a depender do público com que dialogam e os efeitos pretendidos pelo autor. Tais textos se constituem como reflexo de um ambiente político marcado pelo desrespeito às instituições e pela busca do poder a qualquer custo. Além de nocivos à democracia, tais discursos fomentam um antagonismo entre os cidadãos e geram obstrução para o alcance de informações verdadeiras, cabendo assim a responsabilização desses agentes políticos e também das plataformas de mídias sociais que pouco colaboram com a formação de um espaço público saudável para o debate.

REFERÊNCIAS

- AFP. Urnas eletrônicas não estão na lista de produtos que necessitam de certificação do Inmetro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 de fev. de 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/factcheck/2022/02/10/interna_internacional,1343960/urnas-eletronicas-nao-estao-na-lista-de-produtos-que-necessitam-de-certific.shtml. Acesso em: 08 maio 2024.
- ARAÚJO, Victor. Era das fake news: o Brasil real e o Brasil do WhatsApp. **Nexo Jornal**, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/03/09/era-das-fake-news-o-brasil-real-e-o-brasil-do-whatsapp>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: UNESP, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARBIERI, Laíssa F. **Pós-verdade e fake news na eleição presidencial de 2018: sexualidade e pânico no contemporâneo**. 2021. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFFS, Erechim, 2011.
- BARBOSA, Mariana (Org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019**. Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- BORTOLINI, F. L.; VALÉRIO, P. S. Por que é preciso aprofundar o conceito de gêneros do discurso?. **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/12587>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- CAJADO, Ane F. R.; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda C. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CYBERSECURITY FOR DEMOCRACY. Far-right news sources on Facebook more engaging. **Medium**, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://medium.com/cybersecurity-for-democracy/far-right-news-sources-on-facebook-more-engaging-e04a01efae90>. Acesso em: 20 abr. 2024.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIEGUEZ, Consuelo. Direita, volver: pré-candidato à Presidência, Jair Bolsonaro coloca o ultraconservadorismo no jogo eleitoral. **Piauí**, São Paulo, ed. 120, set. 2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e bolsonarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DONOGHUE, Robert; VIEIRA, Tiago. O que acontece quando seu chefe é substituído por um algoritmo. **Nexo Jornal**, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2022/10/14/o-que-acontece-quando-seu-chefe-e-substituido-por-um-algoritmo>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DOURADO, Tatiana M. S. G. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. 308f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – UFBA, 2020.

DUTRA, Elaine C. A. S. **Fake News**: incursões à liberdade de expressão na propaganda eleitoral e sua influência no resultado do pleito. 2020. 106f. Dissertação (Mestrado em Direito) – UFS, Aracaju, 2020.

FGV DAPP. **Fraude nas urnas e ‘kit gay’ têm mais impacto que outras notícias falsas**. Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA, Lucas; CARVALHO, Ernani. The forensics of fraud: evidence from the 2018 Brazilian presidential election. **Forensic Science International: Synergy**, v. 5, p. 100286, 2022.

FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023. *Kindle*.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGe. **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. Caderno de estudos IV para iniciantes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 19-39.

GOMES, Matheus A. **Desinformação, fake news e a eleição presidencial de 2022**: análises dos casos e formas de combate nas eleições. 2023. 120f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, UFS, São Cristóvão, 2023.

GRAGNI, Juliana. Como planos de celular com Facebook e WhatsApp ilimitados podem potencializar propagação de notícias falsas. **BBC News Brasil**, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43715049>. Acesso em: 20 abr. 2024.

HANNAH, Arendt. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. *Kindle*.

HELAL FILHO, William. Caos nas eleições de 1994 mostra como era apuração de votos antes da urna eletrônica. **O Globo**, 09 ago. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/cedulas-de-papel-como-o-juiz-luiz-fux-combateu-fraude-nas-eleicoes-de-1994-e-foi-ameacado-de-morte.html>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LAGO, Rudolfo. Documento do STF explica como funciona o “Gabinete do Ódio”. **Congresso em Foco**, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 10 maio 2024.

LITT, David. Claims of 'voter fraud' have a long history in America, And they are false. **The Guardian**, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/dec/04/trump-voter-fraud-america-false>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LOPES, Marcelo Frullani. A nova fase da regulação das redes sociais. **Nexo Jornal**, 01 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/a-nova-fase-de-regulacao-das-redes-sociais>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LORENZ, Taylor. Meet the woman working to stop the far-right creator money machine. **The Washington Post**, Washington DC, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2023/12/13/nandini-jammi-alex-jones-demonetization/>. Acesso em: 18 maio 2024.

LOUREIRO, Eliana R. L. “**Isso a Globo não mostra**”: convocações afetivas ao consumo de fake news e descredibilização da grande mídia nas eleições 2018. 2020. 182f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2020.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo H. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MAGENTA, Matheus. Eleições: o que tem levado cada vez mais políticos a alegar fraude nas urnas pelo mundo. **BBC News Brasil**, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57466366>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MARTINI, Mara Rovida; COSTA, Jhenifer Neves. Algoritmos no Facebook: como entendê-los e considerá-los na produção de notícias. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 20, p. 148-161, jul./dez. 2019.

MARTINS, Werner M. W. **Democracia em risco**: o embate entre fake news e liberdade de expressão/opinião no processo eleitoral. 2021. 103f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Sociedade) – Pós-Graduação em Direito, UNESC, Criciúma, 2021.

MCINTYRE, Lee. **Post-Truth**. Cambridge: The MIT Press, 2018.

MEARSHEIMER, John J. **Por que os líderes mentem**: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. *Kindle*.

MEDVIÉDEV, Pável N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, Patrícia C M. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. *Kindle*.

MELO, Ulisses M. B. F. **Feita sob medida**: a estrutura de uma notícia falsa e seu papel no convencimento do eleitor. 2022. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPE, Recife, 2022.

MENEZES, Luiz F. Postagens enganam ao alegar que urna eletrônica deveria ser certificada pelo Inmetro. **Aos Fatos**, São Paulo, 11 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/urna-eletronica-tse-certificada-inmetro/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MENEZES, Luiz F. É montagem foto de ministro do TSE com blusa de Lula. **Aos Fatos**, São Paulo, 18 set. 2022b. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-montagem-foto-de-ministro-do-tse-com-blusa-de-lula/>. Acesso em: 15 maio 2022.

MENGER, Jonathan B. Signo ideológico e enunciado na construção e disseminação de fake news: uma possibilidade de análise do fenômeno sob o viés bakhtiniano. **Revista Heterotópica**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 136–155, 2019. DOI: 10.14393/HTP-v1n2-2019-50166. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/50166>. Acesso em: 13 mar. 2022.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade / a sujeição das mulheres**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2017.

MOLINARI, Clara M. **Pandemia de (des)informações**: um estudo discursivo das *fake news* sobre a COVID-19. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/213978>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NAYLOR, Brian. Read Trump's Jan. 6 Speech, A Key Part Of Impeachment Trial. **NPR**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/02/10/966396848/read-trumps-jan-6-speech-a-key-part-of-impeachment-trial>. Acesso em: 28 dez. 2023.

NERDCAST 626: Como funciona o Brasil: urna eletrônica. Entrevistadores: Alexandre Alotoni, Deive Pazzos e Fernando Russel. [S. l.]: Nerdcast, jun. 2018. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4XdwE6ou5XnXtOOl6VjPNJ?si=7a27da5553074d73>. Acesso em: 27 dez. 2023.

NOMURA, Bruno. Certificação de qualidade das urnas eletrônicas não é atribuição do Inmetro. **Agência Lupa**, São Paulo, 08 fev. 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/08/verificamos-inmetro-urnas-eletronicas>. Acesso em: 15 abr. 2024.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NORRIS, Pippa. Do perceptions of electoral malpractice undermine democratic satisfaction? The US in comparative perspective. **International Political Science Review**, v. 40, n. 1, p. 5-22, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512118806783>. Acesso em: 26 dez. 2023.

OLIVEIRA, Luciana T. **Limites da liberdade de expressão no âmbito eleitoral**: o impacto da desinformação nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. 2023. 168f. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023.

OTÁVIO, Chico; TARDÁGUILA, Cristina. **Você foi enganado**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

PACHECO, Priscila. É falso que eleitor sem cadastro biométrico não poderá votar neste ano. **Aos Fatos**, São Paulo, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-eleitor-sem-cadastro-biometrico-nao-podera-votar-neste-ano/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PINI, André M. **Desinformação e populismo radical de direita**: o caso da eleição de Donald Trump em 2016. 2021. 302f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNB, Brasília, 2021.

PORTELLA, Luiza C. **Desinformação e democracia**: um panorama jurídico eleitoral. 2022. 159f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2022.

QUEM somos. **Aos fatos**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/quem-somos/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SAMPAIO, Bruna P. **Mídias sociais e eleição presidencial 2018**: uma análise da dinâmica do WhatsApp na campanha eleitoral no Brasil. 2021. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCAR, São Carlos, 2021.

SANTOS, Fernanda A. M. ; OBREGON, Marcelo F. Q. A ascensão dos partidos políticos de extrema direita na Europa. **Revista de Derecho y Câmbio Social**, v. 56, p. 388-406, abr./jun. 2019.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018. *Kindle*.

SULTON, Kelsey. Trump calls CNN 'fake news,' as channel defends its reporting on intelligence briefing. **Político**, 01 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/blogs/on-media/2017/01/trump-refusing-to-answer-question-from-cnn-reporter-you-are-fake-news-233485>. Acesso em: 04 abr. 2023.

TSE. **Por que o voto é eletrônico?** [20??]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/internet/temporarios/urna-seguranca/historico-das-fraudes-nas-eleicoes.html>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VENCESLAU, Pedro; CHAPOLA, Ricardo. Auditoria do PSDB conclui que não houve fraude na eleição. **Exame**, 11 out 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: 34, 2017.

WARDLE, Claire. **Entender a desordem informacional**. First Draft, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x76851. Acesso em: 15 mar. 2022.

WARDLE, Claire; DOTTO, Carlotta. Closed Groups, Messaging Apps and Online Ads. **First Draft**, Essential Guides, 22 sep. 2020. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/long-form-article/closed-groups-messaging-apps-and-online-ads/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ZAK, Luiz. Notícias falsas são impulsionadas por erros das plataformas sociais. **Comunicação**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2022/09/noticias-falsas-sao-impulsionadas-por-erros-das-plataformas-sociais/>. Acesso em: 14 maio 2024.